



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - 2021
MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE

PROCESSO N.º:	412899/2021
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE
CNPJ:	07.209.245/0001-72
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	ORLEI JOSE GRASSELLI
RELATOR:	SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	IPIRANGA DO NORTE
NÚMERO OS:	2915/2022
EQUIPE TÉCNICA:	NUCIA FALCAO CAMARGO DA SILVA



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	1
2.1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	1
2.2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2016 A 2020	1
2.3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS – 2016 A 2020	2
2.4. GESTORES E RESPONSÁVEIS	3
2.5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA	3
3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4
3.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)	4
3.1.1. PLANO PLURIANUAL - PPA	5
3.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	5
3.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	7
3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	8
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13
4.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	13
4.1.1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	13
4.1.1.1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – VALORES INFORMADOS PELA STN	13
4.1.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14
4.1.3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA	16
4.1.4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	18
4.1.5. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS	19
4.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	21
4.2.1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	21
4.2.2. PROGRAMAS OU AÇÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO DA COVID - 19	23
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS	24
5.1. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	24
5.1.1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER)	24
5.1.2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED)	25
5.1.3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	26
5.1.3.1. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE (QEOCO)	27
5.1.3.2. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL (QEOCA)	27
5.1.3.3. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	28
5.1.3.4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	28
5.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	30
5.2.1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	30
5.2.1.1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	30
5.2.1.2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	31
5.2.1.3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	32
5.2.1.4. QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE	32
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33



6.1. DÍVIDA PÚBLICA	33
6.1.1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	33
6.1.2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	34
6.1.3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	35
6.2. EDUCAÇÃO	35
6.2.1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	37
6.3. SAÚDE	40
6.4. DESPESAS COM PESSOAL	41
6.4.1. REGIME PREVIDENCIÁRIO	42
6.4.1.1. NORMAS GERAIS - UNIDADE GESTORA ÚNICA	42
6.4.1.1.1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DOS SEGURADOS	43
6.4.1.1.2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	46
6.4.1.1.3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP	46
6.4.2. PESSOAL - LIMITES LRF	47
6.4.2.1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	49
6.5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	49
6.6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	51
7. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	54
7.1. RESULTADO PRIMÁRIO	54
7.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS	55
8. PRESTAÇÃO DE CONTAS	56
8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	56
9. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	57
10. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	58
11. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO	59
11.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	59
11.2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO	60
Anexo 1 - ORÇAMENTO	62
Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária	62
Quadro 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit	66
Quadro 1.3 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito	69
Quadro 1.4 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)	72
Quadro 1.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias	75
Quadro 1.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento	76
Anexo 2 - RECEITA	78
Quadro 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita	78
Quadro 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de Receitas (Valores Líquidos)	79
Quadro 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)	79
Quadro 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)	80
Quadro 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)	80
Quadro 2.6 - [AUXILIAR] - Totalização do FPM (Valores Líquidos)	81
Anexo 3 - DESPESA	82
Quadro 3.1 - Despesa por Categoria Econômica	82
Quadro 3.2 - Despesa por Função de Governo	83



Quadro 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução	85
Anexo 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	88
Quadro 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado – 2021 - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS	88
Quadro 4.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado	89
Quadro 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS	91
Quadro 4.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS	96
Anexo 5 - RESTOS A PAGAR	97
Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados	97
Quadro 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)	98
Quadro 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)	100
Quadro 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)	101
Quadro 5.5 - [AUXILIAR] - Disponibilidade Caixa e Restos a Pagar - Exceto RPPS	102
Anexo 6 - DÍVIDA PÚBLICA	103
Quadro 6.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS	103
Quadro 6.2 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS	104
Quadro 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS	108
Quadro 6.4 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS	109
Quadro 6.5 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS	110
Quadro 6.6 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)	110
Anexo 7 - EDUCAÇÃO	112
Quadro 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)	112
Quadro 7.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar do ensino em 31/12	112
Quadro 7.3 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)	113
Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	115
Quadro 7.5 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções	116
Quadro 7.6 - Receita do Fundeb	117
Quadro 7.7 - Despesa do Fundeb	118
Quadro 7.8 - Indicadores do Fundeb	119
Anexo 8 - SAÚDE	120
Quadro 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	120
Quadro 8.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento dos Restos a Pagar das ASPS em 31/12	120
Quadro 8.3 - Cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (art.198 CF)	121
Quadro 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde	123
Quadro 8.5 - Despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS classificadas em outras Funções	124
Anexo 9 - PESSOAL	125
Quadro 9.1 - Gastos com Pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)	125
Quadro 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Legislativo (Arts. 18 a 22 LRF)	125
Quadro 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN	126
Quadro 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado	127
Anexo 10 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL	129



Quadro 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)	129
Quadro 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)	129
Anexo 11 - METAS FISCAIS	131
Quadro 11.1 - Resultado Primário e Nominal	131
Anexo 12 - COVID	132
Quadro 12.1 - Recursos Recebidos para enfrentamento da pandemia da Covid-19	132
Quadro 12.2 - Recursos Aplicados para enfrentamento da pandemia da Covid-19	132
Quadro 12.3 - Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia e/ou mitigação dos efeitos financeiros	134
Quadro 12.4 - Ações para enfrentamento da Pandemia Covid-19	134
Anexo 13 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A	135
Quadro 13.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF	135
APÊNDICE - A - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias	136
APÊNDICE - B - LOA - Lei Orçamentária Anual 2021	183
APÊNDICE - C - Alterações Orçamentária	195
APÊNDICE - D - Educação	200
APÊNDICE - E - Saúde	207
APÊNDICE - F - Pessoal	216
APÊNDICE - G - Previdência	230
APÊNDICE - H - Outros	248



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 e aos art. 29, inciso I, da Resolução Normativa nº 14/2007/TCE-MT, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais e da Previdência Municipal do Município de IPIRANGA DO NORTE, exercício financeiro de 2021, com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como os demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas via Aplic em atendimento à Resolução Normativa nº 03/2020.

Destaca-se ainda que nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.

2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

2.1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	29/03/2000
Área Geográfica	3.467.051
Distância Rodoviária do Município à Capital	469 km
Estimativa de População do Município - IBGE - 2021	8.182

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt>

2.2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2016 A 2020

Exercício 2016	Favorável
Exercício 2017	Favorável
Exercício 2018	Favorável



Exercício 2019	Favorável
Exercício 2020	Favorável

https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras

Ressalta-se que está disposta no Tópico 10 deste Relatório Técnico a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2019 e 2020.

2.3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS – 2016 A 2020

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, subsidiado pelos dados recebidos por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas – Aplic, pelo TCE durante análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à correção dos dados que consideraram os dados do Aplic sem a devida atualização após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

Ressalta-se ainda que o IGF-M do exercício em análise (2021) não será apresentado neste relatório devido à impossibilidade de consolidação dos cálculos antes da análise conclusiva sobre as contas de governo, podendo existir alterações nos índices nas fases de instrução e análise das manifestações de defesa. Dessa forma, o IGF-M deste exercício comporá a série histórica deste indicador apenas no exercício seguinte.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
4. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGF-M Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos de 0,61 a 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos de 0,40 a 0,60 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.

Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no



endereço eletrônico <http://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>.

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF-M do município de IPIRANGA DO NORTE :

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Liquidez	IGFM - Investimento	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
2016	0,78	0,38	1,00	0,92	0,00	1,00	0,72	27
2017	0,96	0,42	1,00	0,88	0,00	0,91	0,74	10
2018	0,95	0,17	1,00	0,28	0,00	0,82	0,56	64
2019	0,95	1,00	1,00	0,69	0,00	0,97	0,82	5
2020	0,78	0,92	1,00	1,00	0,00	1,00	0,84	3

Site TCE/MT > Espaço do Cidadão > IGFM TCE/MT

2.4. GESTORES E RESPONSÁVEIS

As contas do Município no exercício de 2021 estiveram sob gestão dos agentes responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	JONATHAN DA SILVA TELLES	01/01/2021 a 31/12/2021
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	ORLEI JOSE GRASELI	01/01/2021 a 31/12/2021
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	MARIZA TEREZINHA KONRATH	01/01/2021 a 31/12/2021
CÂMARA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	KEILA MARTIM	01/01/2021 a 31/12/2021
CÂMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	ELUIR CAVASSIN	01/01/2021 a 31/12/2021
CÂMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	ROSANGELA GRISA GRABOVSKI	01/01/2021 a 20/01/2021
CÂMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	FRANCIELI BALDIN ROVEDA	21/01/2021 a 02/03/2021
CÂMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	JEFERSON REICHERT	03/03/2021 a 31/12/2021

Sistema Control-P

2.5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

ENTIDADE



ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE IPIRANGA DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IPIRANGA DO NORTE
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

Sistema APLIC

3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos de que os Entes Federativos se utilizam para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 166, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT nº 14/2007, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

3.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as



irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

3.1.1. PLANO PLURIANUAL - PPA

O Plano Plurianual-PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para vigor no quadriênio subsequente. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA do Município de IPIRANGA DO NORTE para o quadriênio 2018 a 2021, foi instituído pela Lei nº 611 de 01/09/2017, a qual foi protocolada no TCE-MT sob o nº 639/2018.

Em 2021, segundo dados do Sistema Aplic, o PPA foi alterado pelas seguintes leis: Nº 751/2021 e 756/2021.

Tais leis de créditos adicionais especiais mencionam as alterações pertinentes na LDO e no PPA.

3.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades do Poder Público, incluindo as despesas de capital para o exercício seguinte, disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, dispõe sobre as modificações da legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO do Município de IPIRANGA DO NORTE para o exercício de 2021 foi instituída pela Lei Municipal nº 731, de 13/10/2020, a qual foi protocolada no TCE-MT sob o nº 274321/2020, em 23/12/2020 (Apêndice A).

Houve "Revisão" da LDO/2021, por meio da Lei nº 740 de 09/12/2020 (dispõe sobre a revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO instituída pela Lei nº 731 de 13/10/2020, e dá outras providências) - (Apêndice A).

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que *a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais*, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, *limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias* (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2021, Secretaria do Tesouro Nacional – 11ª Edição, pág. 257).

Entende-se por:



Dívida Consolidada Líquida: Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal: Diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida – DCL no final do período de referência e o saldo ao final do período anterior, representando a intenção do ente em contrair ou reduzir obrigações financeiras.

Resultado Primário: Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Consta na LDO/2021 (Lei nº 731/2021), o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, §1º), estabelecendo para o exercício de 2021 as seguintes metas (Apêndice A):

a. a meta de resultado primário para o Município é de superávit de R\$ 212.341,00, significando que as receitas primárias projetadas serão suficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;

b. a meta de resultado nominal para o Município é de superávit de R\$ 553.086,00;

c. o montante da dívida consolidada líquida para 2021 ficou estabelecida em -R\$ 1.738.889,00.

O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 7 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, §3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentar.

Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2021 do Município as seguintes providências:

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
EXERCÍCIO DE 2021			
LRF (LRF, art. 4º, § 3º)			R\$ 1,00
RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Despesas Trabalhistas	50.000,00	Abertura de Crédito Adicional por	150.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	30.000,00	Reserva de Contingência	
Despesas Epdimeclicas	20.000,00		
Outros Passivos Contingentes	50.000,00		
TOTAL	150.000,00	TOTAL	150.000,00
Fonte: PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE			

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:

1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF).

2) A LDO, em seu artigo 44, estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).



Art. 44. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais” e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2020, excetuando:

(...)

3) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO, conforme determina o art. 48, § 1º, inc. I da LRF.

Conforme documentos enviados pelo sistema Aplic (APLIC/Prestação de contas/Documents LDO), pelo Edital nº 004/2020, de 21/08/2020, tornou-se pública a convocação/convite para a Audiência Pública a ser realizada em 27/08/2020. Esse edital foi publicado em 25/08/2020 na imprensa oficial (DOC/TCE-MT) e divulgado no site do município em 21/08/2020 - Portal Transparência da Prefeitura (<http://portal.prefpirangadonorte-mt.agilicloud.com.br/Cidadao/ConsultaPublicacoes.aspx> - acesso em 10/06/2022).

Verificou-se que a audiência pública para apresentação e discussão do projeto da referida lei foi realizada em 27/08/2020, nos termos do artigo 48, § 1º, I, da LRF, conforme Ata de Audiência Pública nº 002/2020 e respectiva lista de presentes.

4) Houve publicidade da LDO nos meios oficiais (DOC/TCE-MT, em 15/10/2021) e sua divulgação no Portal Transparência do Município, inclusive dos seus anexos obrigatórios, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF.

Foi publicada e divulgada também, a Lei nº 740/2020, que trata da revisão da LDO.

5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.

6) Consta da LDO, o percentual de, no máximo 2% (dois por cento) da receita corrente líquida para a Reserva de Contingência, conforme artigo 28.

3.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de IPIRANGA DO NORTE para o exercício de 2021 foi publicada em conformidade com a Lei Municipal nº 741, de 14/12/2020, a qual foi protocolada no TCE-MT sob o nº 663/2021 (Apêndice B).

A LOA/2021 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 53.759.300,00, conforme seu artigo 1º, sendo este valor desdobrado nos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal: R\$ 38.146.642,98
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 15.612.657,02



- Orçamento de Investimento: R\$ 0,00

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF).

2) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LOA, em atendimento ao art. 48, § 1º, inc. I da LRF.

Conforme divulgação no site Transparência do Município e de acordo com a documentação comprobatória enviada pelo sistema APLIC (APLIC/Prestação de Contas/Documents da LOA), a audiência pública foi realizada em 28/10/2020, apresentando a Ata de Audiência Pública LOA, lista de presentes e Edital de convocação nº 006/2020 publicado no DOC/TCE em 28/10/2020. O edital de convocação foi divulgado no site do município em 26/10/2020.

Recomenda-se que o edital de convocação e/ou convite à população para participação nas audiências públicas sejam divulgados e publicados com razoável antecedência, a fim de dar conhecimento tempestivo e garantir a efetiva participação dos munícipes na discussão proposta pela LRF.

3) Houve divulgação/publicidade da LOA nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF.

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 foi publicada em meio oficial - DOC/TCE em 16/12/2020 (art. 37, CF/88) e foi disponibilizada no Portal Transparência da Prefeitura (ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos – art. 48, LRF/00), inclusive com seus anexos obrigatórios, em 14/12/2020, conforme documentos enviados pelo sistema Aplic (APLIC/Prestação de Contas/Documents LOA/ Publicação) e confirmação pelo site www.ipirangadonorte.mt.gov.br/portaltransparencia/publicacoes.

Recomenda-se que, no texto da publicação em meio oficial da Lei Orçamentária Anual, o gestor indique o endereço eletrônico em que os anexos obrigatórios possam ser acessados pelos cidadãos.

4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988).

Tal autorização foi dada por lei específica - Lei nº 746, de 05/02/2021.

3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Municipal nº 741/2020 (LOA/2021) definiu o seguinte parâmetro para as alterações orçamentárias:

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - adequar a estrutura do orçamento às necessidades técnicas decorrentes da execução



das metas físicas e fiscais, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, alterando a programação orçamentária fixada para o exercício 2020 até o limite de 5% (cinco por cento) do Orçamento aprovado, utilizando como recursos as formas previstas na Lei Federal 4.320/64.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento através do excesso de arrecadação apurado por fontes de recursos até o limite descrito no caput deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo Municipal também fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento através de superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior até o limite descrito no caput deste artigo.

§ 3º A Transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um órgão para outro ou de uma categoria de programação para outra, somente será realizada mediante autorização em lei específica.

II - abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, orçada em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme prevê o inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2.000;

Assim, o valor autorizado na LOA/2021 para abertura de créditos adicionais suplementares é de R\$ 2.687.965,00.

A Lei nº 746 de 05/02/2021 autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada na LOA, ou seja, R\$ 5.375.930,00.

Autoriza também, a transposição, o remanejamento e transferência de dotações orçamentárias (art. 2º).

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

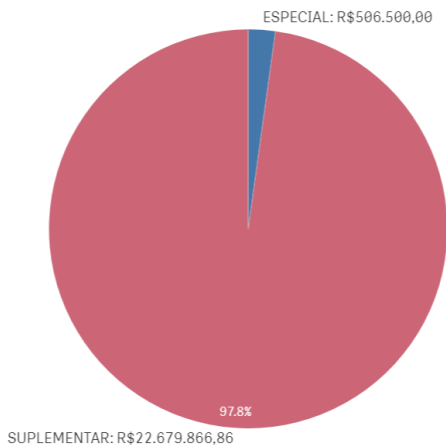
ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 53.759.300,00	R\$ 22.679.866,86	R\$ 506.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.576.813,64	R\$ 68.368.853,22	27,17%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	42,18%	0,94%	0,00%	0,00%	15,95%	27,17%	-

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

Apresenta-se a seguir de forma gráfica a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.



Créditos Adicionais do Período



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc nº 111479/2022, páginas 9 a 21) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 68.368.853,22, igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2021	R\$ 53.759.300,00	R\$ 23.186.366,86	43,13%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em 2021 totalizaram 43,13% do Orçamento Inicial.

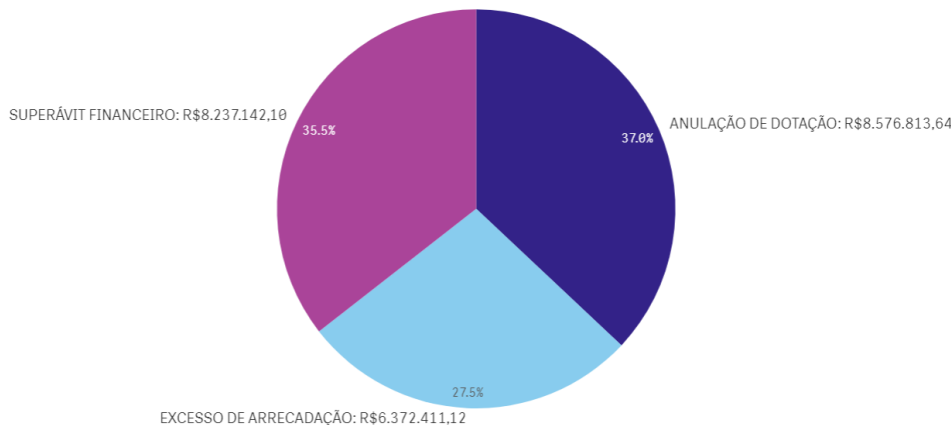
Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 8.576.813,64
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 6.372.411,12
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 8.237.142,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 23.186.366,86

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).



Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas, por meio de créditos adicionais, constatou-se o que segue da amostra aleatória definida constante no Apêndice C:

- 1) Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF).
- 2) Os créditos adicionais suplementares foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo. (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64)
- 3) Os créditos adicionais especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo, conforme estabelece o art. 167, inc. V, CF; art. 42, Lei nº 4.320/64.
- 4) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Excesso de Arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964). FB03.

Dispositivo Normativo:

Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964.

4.1) *Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 768.625,54, nas fontes de recursos 24 e 33, em descumprimento ao disposto no art. 167, II e V, da Constituição Federal e no art. 43, da Lei nº 4.320/1964. - FB03*

Da análise dos créditos adicionais por excesso de arrecadação, constatou-se que houve a abertura de créditos adicionais sem recursos suficientes nas seguintes fontes, demonstrado no Anexo 1, quadro 1.3:

Fonte	Descrição	Previsão inicial	Valor arrecadado	Excesso/Déficit	Crédito adicional aberto	Crédito aberto s e m disponibilidade de recursos	Dispositivo
	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de						Lei nº



24	Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2.510.100,00	401.728,63	-2.108.371,37	382.000,00	382.000,00	741/2020 Decreto nº 22/2021
33	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.001.000,00	8.391,37	-992.608,63	386.625,54	386.625,54	Lei nº 741/2020 Decreto nº 22/2021
Total						768.625,54	

Fonte: sistema Aplic, Anexo 1.

Observa-se que foi feita análise conjunta das fontes 00, 01 e 02, sendo que o excesso de uma fonte deu cobertura às outras, como é o caso da fonte 01, que apresentou créditos abertos sem recursos disponíveis no valor de R\$ 577,81, mas foi coberto pelo recurso da fonte 00 (excesso), razão pela qual não foi incluído na irregularidade.

Assim dispõe a norma legal:

- CF/88:

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

- Lei 4.320/64:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

5) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964).

Embora o Anexo 1, quadro 1.2 demonstre a abertura de créditos adicionais por superávit financeiro sem recursos disponíveis no valor de R\$ 523,99, na fonte 01, justifica-se o não apontamento de irregularidade pelas seguintes razões:

- a análise quanto ao saldo disponível das fontes 00, 01 e 02 foi feita de forma conjunta, sendo que, ocorrendo déficit em qualquer dessas fontes, será coberto pelo superávit das demais fontes (conforme detalhamento fonte); no caso em questão, foi coberto por recursos da fonte 00;
- ainda que não tenha obtido superávit financeiro suficiente em 2020 para suportar os créditos abertos em 2021, o valor aberto sem recursos não foi apontado por falta de materialidade, recomendando-se porém, maior controle a fim



de se evitar déficit.

Em consulta aos créditos adicionais por superávit financeiro consolidados no Aplic (tabela Detalhado), onde algumas fontes se apresentam com insuficiência de recursos, observa-se que:

- a- Fonte 46 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - o valor do superávit financeiro para a fonte 46, detalhamento fonte 000000, é de R\$ 157.064,74, dando cobertura aos créditos abertos no valor de R\$ 8.755,58;
- b- Fonte 46 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - o valor do superávit financeiro para a fonte 46, detalhamento fonte 072000, é de R\$ 290.738,13, dando cobertura aos créditos abertos no mesmo valor;
- c- Fonte 46 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - o valor do superávit financeiro para a fonte 46, detalhamento fonte 074000, é de R\$ 115.810,40, dando cobertura aos créditos abertos no valor de R\$ 12.352,00.

6) Não houve abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações. (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320/1964)

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de 2021, a Receita total prevista após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de R\$ 60.131.711,12, sendo arrecadado o montante de R\$ 63.535.081,98, conforme demonstrado no Quadro 2.1 do Anexo 2 deste Relatório.

4.1.1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dentre as receitas auferidas no exercício de 2021, foram selecionadas as decorrentes de Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

4.1.1.1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – VALORES INFORMADOS PELA STN

A STN disponibiliza no link <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>, consulta aos valores repassados pela União aos municípios como transferências constitucionais e legais.



O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada, não se constatando divergências:

Transferências Constitucionais e Legais	STN (A)	Receita Arrecadada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 7.843.622,10	R\$ 7.843.622,10	R\$ 0,00
Transferência da LC 87/96 (Desoneração ICMS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte IPI Exportação (LC 61/89)	R\$ 184.836,28	R\$ 184.836,28	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 1.359.764,59	R\$ 1.359.764,59	R\$ 0,00
Cota-Parte CIDE	R\$ 11.619,24	R\$ 11.619,24	R\$ 0,00
IOF - Ouro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB	R\$ 7.381.022,64	R\$ 7.381.022,64	R\$ 0,00
Cessão Onerosa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 701.027,17	R\$ 701.027,17	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 687.686,38	R\$ 687.686,38	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (Estado)	R\$ 13.340,79	R\$ 13.340,79	R\$ 0,00

Coluna A: STN - Transferências Constitucionais - link Coluna B: Receita Arrecadada. Valores obtidos na Consulta APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente.

4.1.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2017/2021, revela crescimento significativo na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)	R\$ 36.045.990,52	R\$ 40.538.215,53	R\$ 47.122.060,83	R\$ 54.246.215,13	R\$ 69.970.142,79
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 4.910.187,61	R\$ 6.194.776,46	R\$ 6.953.937,97	R\$ 6.666.149,63	R\$ 7.777.119,93
Receita de Contribuição	R\$ 863.912,07	R\$ 907.480,93	R\$ 951.518,48	R\$ 1.078.237,53	R\$ 1.415.023,99
Receita Patrimonial	R\$ 270.577,41	R\$ 134.008,02	R\$ 902.096,37	R\$ 70.510,28	R\$ 736.583,12



Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 564.346,03	R\$ 776.700,99	R\$ 890.102,54	R\$ 1.018.066,08	R\$ 962.509,59
Transferências Correntes	R\$ 28.928.615,89	R\$ 32.454.653,01	R\$ 36.976.911,01	R\$ 44.964.325,26	R\$ 57.923.371,62
Outras Receitas Correntes	R\$ 508.351,51	R\$ 70.596,12	R\$ 447.494,46	R\$ 448.926,35	R\$ 1.155.534,54
RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)	R\$ 2.546.400,06	R\$ 1.747.691,11	R\$ 1.928.545,69	R\$ 2.933.232,69	R\$ 807.556,00
Operações de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alienação de bens	R\$ 172.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 347.960,00
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 2.374.300,06	R\$ 1.747.691,11	R\$ 1.928.545,69	R\$ 2.933.232,69	R\$ 459.596,00
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)	R\$ 38.592.390,58	R\$ 42.285.906,64	R\$ 49.050.606,52	R\$ 57.179.447,82	R\$ 70.777.698,79
DEDUÇÕES	-R\$ 4.447.974,24	-R\$ 4.952.233,48	-R\$ 5.671.677,08	-R\$ 6.167.601,89	-R\$ 9.065.142,27
RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)	R\$ 34.144.416,34	R\$ 37.333.673,16	R\$ 43.378.929,44	R\$ 51.011.845,93	R\$ 61.712.556,52
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.177.626,87	R\$ 1.247.337,60	R\$ 1.252.092,34	R\$ 1.471.793,63	R\$ 1.822.525,46
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 35.322.043,21	R\$ 38.581.010,76	R\$ 44.631.021,78	R\$ 52.483.639,56	R\$ 63.535.081,98
Receita Tributária Própria	R\$ 5.223.858,16	R\$ 5.934.928,42	R\$ 6.775.000,83	R\$ 6.562.385,06	R\$ 7.594.811,73
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	14,49%	14,64%	14,37%	12,09%	10,85%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	13,29%				

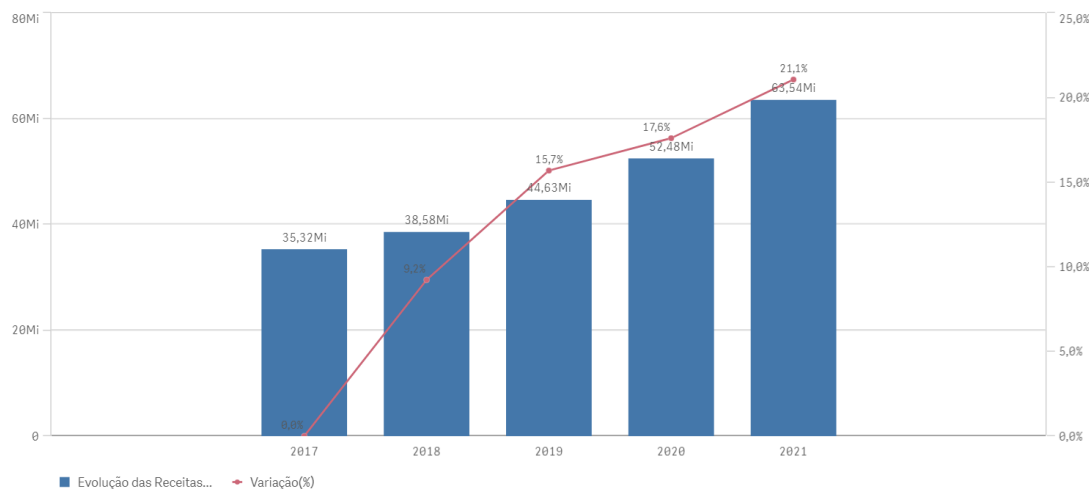
Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Verifica-se no quadro acima que as receitas "Transferências Correntes" representaram em 2021 a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de R\$ 57.923.371,62, o que corresponde a 81,83% do total da receita orçamentária - Exceto a intra (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 70.777.698,79.



Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:

Evolução das Receitas Orçamentárias



4.1.3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

A receita tributária própria em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de 10,85%.

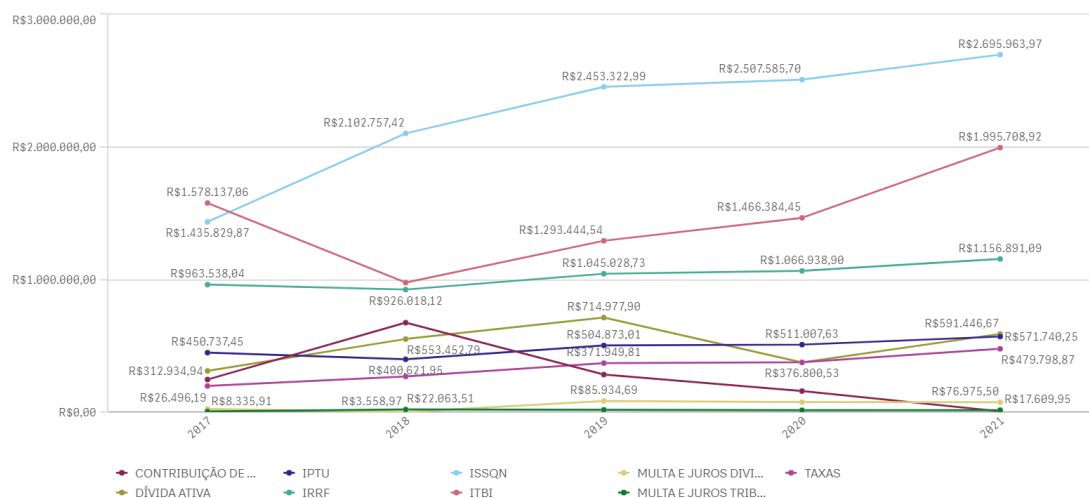
A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2017 a 2021, destacando-se, individualmente, os impostos:

Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
IPTU	R\$ 450.737,45	R\$ 400.621,95	R\$ 504.873,01	R\$ 511.007,63	R\$ 571.740,25
IRRF	R\$ 963.538,04	R\$ 926.018,12	R\$ 1.045.028,73	R\$ 1.066.938,90	R\$ 1.156.891,09
ISSQN	R\$ 1.435.829,87	R\$ 2.102.757,42	R\$ 2.453.322,99	R\$ 2.507.585,70	R\$ 2.695.963,97
ITBI	R\$ 1.578.137,06	R\$ 978.560,58	R\$ 1.293.444,54	R\$ 1.466.384,45	R\$ 1.995.708,92
TAXAS	R\$ 199.647,82	R\$ 271.123,49	R\$ 371.949,81	R\$ 377.770,88	R\$ 479.798,87
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 248.200,88	R\$ 676.771,59	R\$ 285.602,42	R\$ 161.244,69	R\$ 8.676,51
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 8.335,91	R\$ 22.063,51	R\$ 19.866,74	R\$ 16.958,58	R\$ 17.609,95
DÍVIDA ATIVA	R\$ 312.934,94	R\$ 553.452,79	R\$ 714.977,90	R\$ 376.800,53	R\$ 591.446,67
MULTA E JUROS DIVIDA ATIVA	R\$ 26.496,19	R\$ 3.558,97	R\$ 85.934,69	R\$ 77.693,70	R\$ 76.975,50
TOTAL	R\$ 5.223.858,16	R\$ 5.934.928,42	R\$ 6.775.000,83	R\$ 6.562.385,06	R\$ 7.594.811,73



Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

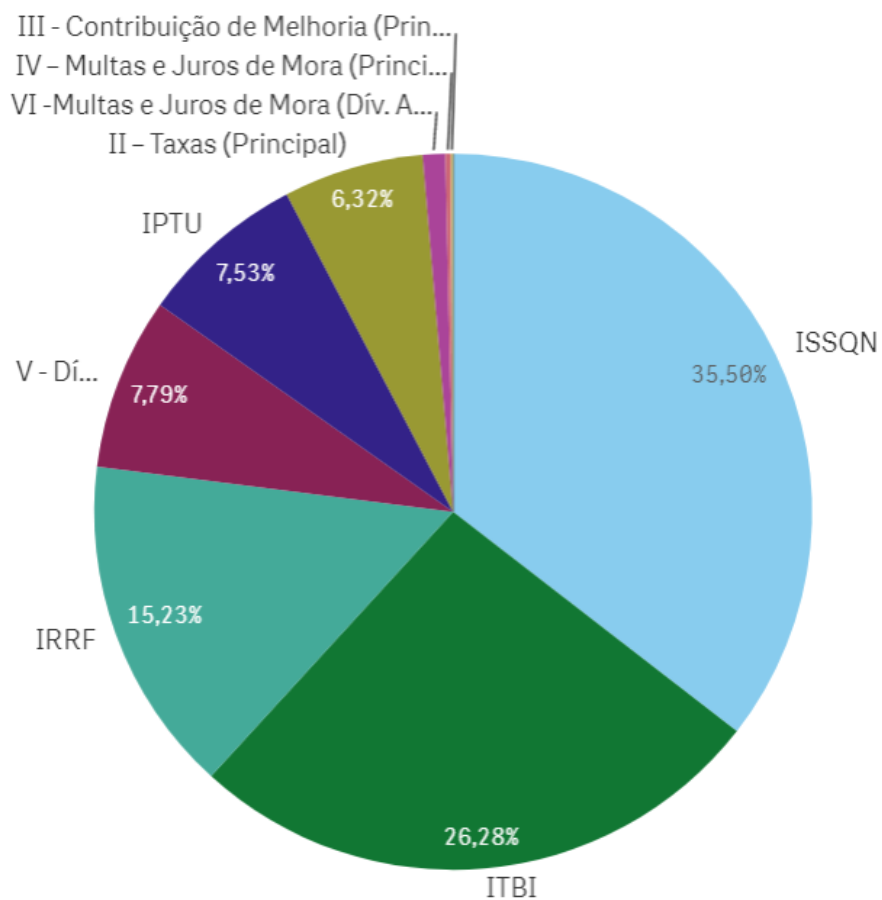
Série Histórica da Receita Tributária Própria por Tributo



Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em 2021 :



% Composição da Receita Tributária Própria 2021



4.1.4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS



O art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das **receitas próprias do município** em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 70.777.698,79
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 57.923.371,62
Receitas Próprias do Município C = (A-B)	R\$ 12.854.327,17
Índice de Participação de Receitas Próprias D = C/A	18,16%
Percentual de Dependência de Transferências E = (B/A)*100	81,83%

Receita Orçamentária Executada (exceto intra)" – Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita> Total Receita Bruta exceto intra Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita> Transferências Correntes.

A autonomia financeira de indica que, a cada R\$ 1,00 arrecadado, o município contribuiu com R\$ 0,18 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de Transferências foi de 81,83% .

4.1.5. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

A Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) (PFEC). De modo geral, esse programa tem por finalidade: suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre a União, os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios; reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito; e entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020.

No que se refere ao auxílio financeiro, o art. 5º dessa lei, determinava que a União entregar, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em 4 (quatro) parcelas mensais e



iguais, no exercício de 2020, o valor de R\$ 60.000.000.000,00 (sessenta bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, da seguinte forma:

I - R\$ 10.000.000,00 (dez bilhões de reais, sendo:

a - R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) aos Estados e ao Distrito Federal; e

b - R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) aos Municípios;

II - R\$ 50.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais, sendo:

a - R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais) aos Estados e ao Distrito Federal; e

b - R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais) aos Municípios;

Os critérios de rateio desses valores constam nos parágrafos 1º a 5º do art. 5º da LC nº 173/2020 e, de acordo com o §6º do art. 5º, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN é responsável para efetuar o cálculo das parcelas que caberiam a cada um dos entes federativos, sendo que os valores foram creditados pelo Banco do Brasil S.A. na conta bancária em que são depositados os repasses regulares do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além disso, a Lei Federal nº 14.041, de 18/08/2020 (Conversão da Medida Provisória nº 938, de 02/04/2020) instituiu apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal nos meses de março a novembro do exercício de 2020 e os valores creditados no mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza, de acordo com os prazos e as condições estabelecidos neste artigo e no art. 2º desta Lei e limitado à dotação orçamentária específica para essa finalidade.

Por essa lei, no seu art. 2º, §1º, foi fixado o valor de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), nos meses de março a junho de 2020 e R\$ 2.050.000.000,00 (dois bilhões e cinquenta milhões de reais), nos meses de julho a novembro de 2020, sendo que o valor referente a cada ente federativo seria calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e creditado pelo Banco do Brasil S.A. na conta bancária em que são depositados os repasses regulares dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Já a Lei Federal nº 13.995, de 05/05/2020, criou a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19. Nesta lei foi disposto no seu art. 1º que a União entregaria o montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com o objetivo de prepará-los para trabalhar, de forma articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 no território brasileiro e no atendimento à população, distribuídos de acordo com as regras definidas pelo Ministério da Saúde.

Fora esses recebimentos, o Município também possui autonomia para aplicar o produto de sua arrecadação nas ações de enfrentamento do Covid-19.

Dessa forma, o Município de IPIRANGA DO NORTE recebeu no exercício de 2021 o valor relativo às ações de combate ao Covid-19, conforme quadro abaixo:

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Valor Arrecadado (R\$)
---------------------------------	----------------------	------------------------



Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Valor Arrecadado (R\$)
-	Mitigação dos efeitos financeiros	-
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
-	Enfrentamento da pandemia	-
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavirus	R\$ 0,00
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavirus	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 58.861,54
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00
-	Outras ações emergenciais	-
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 0,00

APLIC

O total repassado ao município de Ipiranga do Norte em 2021, para enfrentamento à pandemia Coronavírus-COVID 19, foi contabilizado como segue:

- Transferências de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo (1.7.1.8.03.9.1.00.00.00) - Detalhamento Fonte 074000: R\$ 58.861,54

4.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de 2021, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de R\$ 68.368.853,22, sendo realizado (empenhado) o montante de R\$ 53.990.542,47, liquidado R\$ 48.311.217,97 e pago R\$ 48.115.754,22, demonstrado no Anexo 3, quadro 3.2.

4.2.1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2017/2021, revela aumento da despesa realizada, conforme demonstrado no quadro a seguir:



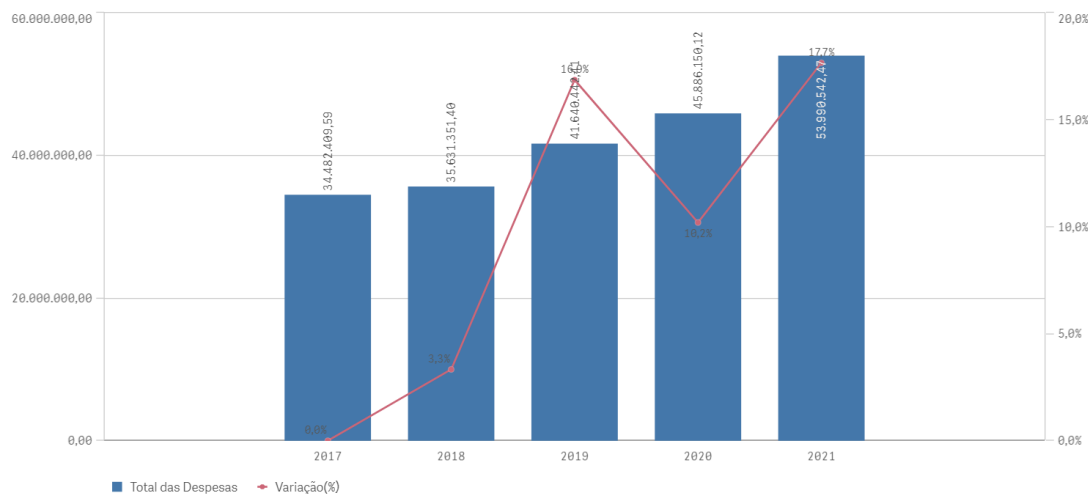
Grupo de despesas	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas correntes	R\$ 29.372.477,01	R\$ 31.060.506,05	R\$ 34.615.945,49	R\$ 35.099.847,38	R\$ 44.974.543,54
Pessoal e encargos sociais	R\$ 15.379.087,21	R\$ 15.174.551,85	R\$ 14.798.469,02	R\$ 14.618.555,22	R\$ 16.243.873,56
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 52.735,18	R\$ 23.819,78	R\$ 203.366,77	R\$ 101.649,86	R\$ 85.418,09
Outras despesas correntes	R\$ 13.940.654,62	R\$ 15.862.134,42	R\$ 19.614.109,70	R\$ 20.379.642,30	R\$ 28.645.251,89
Despesas de Capital	R\$ 3.977.740,59	R\$ 3.350.021,88	R\$ 5.774.154,74	R\$ 9.314.503,06	R\$ 7.193.473,45
Investimentos	R\$ 3.666.115,59	R\$ 2.562.729,56	R\$ 4.855.161,09	R\$ 8.320.019,78	R\$ 6.519.026,17
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 502.587,14	R\$ 377.412,86	R\$ 320.000,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 311.625,00	R\$ 284.705,18	R\$ 541.580,79	R\$ 674.483,28	R\$ 674.447,28
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 33.350.217,60	R\$ 34.410.527,93	R\$ 40.390.100,23	R\$ 44.414.350,44	R\$ 52.168.016,99
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 1.132.191,99	R\$ 1.220.823,47	R\$ 1.250.342,18	R\$ 1.471.799,68	R\$ 1.822.525,48
Total das Despesas	R\$ 34.482.409,59	R\$ 35.631.351,40	R\$ 41.640.442,41	R\$ 45.886.150,12	R\$ 53.990.542,47
Variação - %		3,33%	16,86%	10,19%	17,66%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic

Verifica-se no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2021 na composição da despesa orçamentária municipal foi "Outras Despesas Correntes", totalizando o valor de R\$ 28.645.251,89, o que corresponde a 54,90% do total da despesa orçamentária (Exceto a intra) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 52.168.016,99 (Anexo 3, quadro 3.1).

Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, verificada no quadro acima:

Série Histórica - Despesas Orçamentárias



Ressalta-se que consta demonstrado no Anexo 3, Quadro 3.3, o resultado da execução dos



programas de governo previstos no orçamento.

4.2.2. PROGRAMAS OU AÇÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO DA COVID - 19

A Resolução Normativa nº 4/2020-TP, alterada pela Resolução Normativa nº 08/2020-TP, estabeleceu procedimentos de contabilização, transparência e prestação de contas dos atos de gestão e/ou de governo no enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN - decorrente do coronavírus - Covid-19.

Por essa norma, os gestores públicos, em procedimentos, atos e contratos que tenham por fundamento o estado de calamidade pública instalado em decorrência do Covid-19, deverão adotar, no âmbito municipal, a criação de programas ou ações específicas para contabilização das despesas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19 e utilizar detalhamentos de fonte específicos, criados no Sistema Aplic, para identificar os recursos recebidos para essa finalidade.

Atendendo à Resolução Normativa nº 4/2020-TP, o Município criou os projetos/atividades 20950 - COVID-Ações de Enfrentamento do Covid 19 no SUS e 20960 - COVID-Ações de Enfrentamento do Covid 19 no SUAS, cuja totalização da execução é apresentada a seguir:

TOTAL	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
TOTAL AÇÕES COVID	R\$ 4.753.330,86	R\$ 4.707.749,66	R\$ 4.707.749,66

APLIC

A apresentação individualizada por projeto/atividade consta no Anexo 12 - Quadro 12.4 - Ações para enfrentamento da Pandemia COVID-19.

Em termos de fontes de recursos, foram executados os seguintes valores:

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 462.319,11	R\$ 430.750,41	R\$ 430.750,41
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 437.680,89	R\$ 437.680,89	R\$ 437.680,89
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavírus	R\$ 90.679,38	R\$ 90.679,38	R\$ 90.679,38
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavírus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 37.543,19	R\$ 23.530,69	R\$ 23.530,69



Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
>>>>>	TOTAL RECURSOS APLICADOS	R\$ 1.028.222,57	R\$ 982.641,37	R\$ 982.641,37

APLIC

Fonte	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia da Covid-19 e/ou mitigação de seus efeitos financeiros				
00	Recursos Ordinários	R\$ 193.880,00	R\$ 193.880,00	R\$ 193.880,00
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 3.531.228,29	R\$ 3.531.228,29	R\$ 3.531.228,29
		R\$ 3.725.108,29	R\$ 3.725.108,29	R\$ 3.725.108,29
>>>>>	TOTAL	R\$ 3.725.108,29	R\$ 3.725.108,29	R\$ 3.725.108,29

APLIC

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município e é por meio dos balanços consolidados que são feitas as análises.

5.1. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de 2021 do Município de IPIRANGA DO NORTE, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor.

5.1.1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER)



Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

1) quociente de execução da receita (QER)

A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - Exceto intra	R\$ 58.313.091,12
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - Exceto intraorçamentaria	R\$ 61.712.556,52
QER	B/A	1,0583

Esse resultado indica que a receita arrecadada é maior do que a prevista, obtendo excesso de arrecadação de 5,83% da previsão (R\$ 3.399.465,40).

2) Quociente de execução da receita corrente (QERC) - Exceto Intra

A	Total Receitas Correntes - prevista	R\$ 60.172.273,08
B	Total Receitas Correntes - Arrecadada	R\$ 69.970.142,79
QERC	B/A	1,1628

Esse resultado indica que a receita corrente arrecadada foi maior do que a prevista, correspondendo a 16,28% do valor estimado (excesso de arrecadação).

3) Quociente de execução da receita de capital (QRC) - Exceto Intra

A	Total Receita de Capital - Prevista	R\$ 5.070.625,54
B	Total Receita de Capital - Arrecadada	R\$ 807.556,00
QRC	B/A	0,1592

Esse resultado indica que a receita de capital arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a 15,92% do valor estimado (frustração de receitas de capital).

5.1.2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED)

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).



1) Quociente de execução da despesa (QED)

A	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Previsão Atualizada	R\$ 66.399.907,60
B	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Execução	R\$ 52.168.016,99
QED	B/A	0,7856

Esse resultado indica que despesa realizada é menor do que a autorizada, obtendo economia orçamentária.

As despesas foram realizadas com observância ao limite do crédito orçamentário (art. 167, inc.II, CF).

2) Quociente de execução da Despesa Corrente (QEDC) - Exceto Intra

A	Despesas Correntes - Previsão Atualizada	R\$ 50.739.959,20
B	Despesas Correntes - Execução	R\$ 44.974.543,54
QEDC	B/A	0,8863

Esse resultado indica que a despesa corrente realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 88,63% do valor estimado.

3) Quociente de execução da Despesa de Capital - Exceto Intra (QDC)

A	Despesa de Capital - Previsão Atualizada	R\$ 12.790.411,40
B	Despesa de Capital - Execução	R\$ 7.193.473,45
QDC	B/A	0,5624

Esse resultado indica que a despesa de capital realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 56,24% do valor estimado.

5.1.3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A partir de 2015, os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT nº 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 4 – Análise da Situação Orçamentária, Quadro 4.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.



5.1.3.1. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE (QEOCO)

Este quociente da Execução Orçamentária Corrente é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente Ajustada e a Despesa Empenhada Corrente Ajustada. A interpretação desse quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes (indicador maior que 1) ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

1) Quociente da execução orçamentária corrente (QEOCO)

A	F_TOTAL_REC_CORRENTE_AJUSTADA	R\$ 59.208.808,56
B	M_TOTAL_DESP_CORRENTE_AJUSTADO	R\$ 46.338.918,69
C	O_DESP_CORRENTE_CRED_ADIC	R\$ 5.294.980,07
QEOCO	(A+C)/B	1,3920

Esse resultado indica que a receita corrente arrecadada foi suficiente para cobrir as despesas correntes, obtendo superávit corrente.

5.1.3.2. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL (QEOCA)

Este quociente da Execução Orçamentária Capital é resultante da relação entre a Receita Realizada de Capital Ajustada e a Despesa Empenhada de Capital Ajustada. A interpretação desse quociente indica quanto da receita de capital foi utilizada para pagamento da despesa de capital. Ressalta-se que se o quociente for igual a 1, indica que a receita de capital foi igual a despesa de capital. Caso o quociente seja maior que 1, indica que houve a receita de capital foi superior à despesas de capital. Já se o quociente for menor que 1, indica que uma parte das despesas de capital foram pagas com receitas correntes.

1) Quociente da execução orçamentária de capital (QEOCA)

A	F_TOTAL_REC_CAPITAL_AJUSTADA	R\$ 807.556,00
B	M_TOTAL_DESP_CAPITAL_AJUSTADO	R\$ 7.193.473,45
C	O_DESP_CAPITAL_CRED_ADIC	R\$ 1.526.714,44
QEOCA	(A+C)/B	0,3245

Este resultado que indica que as receitas de capital não foram suficientes para cobrir as despesas de capital, sendo o excedente das despesas de capital pagas com receitas correntes.



5.1.3.3. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)

O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

1) REGRA DE OURO

B	Despesa de Capital - Execução	R\$ 7.193.473,45
A	Operações de Crédito - Arrecadada	R\$ 0,00
REGRA DE OURO	A/B	0,0000

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que não houve arrecadação de receitas de operações de créditos e, conseqüentemente, não ultrapassou o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.

5.1.3.4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

A seguir, apresenta-se histórico da execução orçamentária de 2017 a 2021:

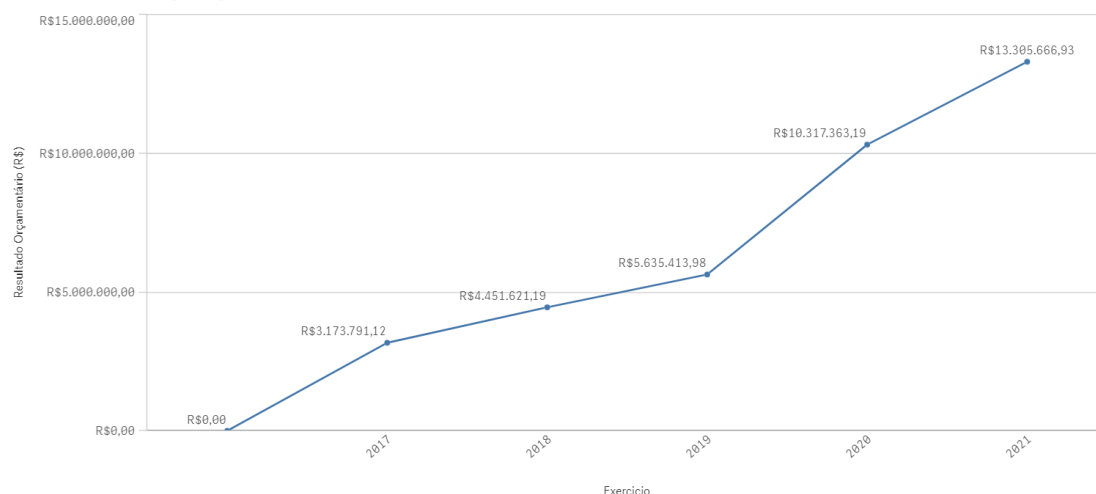
	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Arrecadada Ajustada (A)	R\$ 36.074.531,49	R\$ 38.342.369,90	R\$ 45.428.057,93	R\$ 54.412.851,49	R\$ 60.016.364,56
Despesa Realizada Ajustada (B)	R\$ 32.900.740,37	R\$ 33.890.748,71	R\$ 39.792.643,95	R\$ 44.095.488,30	R\$ 53.532.392,14
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro (C)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.821.694,51



	2017	2018	2019	2020	2021
Resultado Orçamentário (R\$) (D) = (A - B + C)	R\$ 3.173.791,12	R\$ 4.451.621,19	R\$ 5.635.413,98	R\$ 10.317.363,19	R\$ 13.305.666,93

Fonte: Parecer Prévio e Relatórios técnicos de Contas de Governo (exercícios anteriores), Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) No exercício de 2021 as despesas empenhadas decorrentes dos Créditos Adicionais por Superávit Financeiro foram demonstradas de forma segregada conforme Linha C do Quadro.

Série Histórica - Execução Orçamentária



O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

A partir da análise dos quocientes da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

1) Quociente do Resultado da Execução Orçamentária - QREO

B	M_TOTAL_DESPESA_AJUSTADO	R\$ 53.532.392,14
A	F_TOTAL_RECEITA_AJUSTADA	R\$ 60.016.364,56
C	O_TOTAL_DESP_CRED_ADIC	R\$ 6.821.694,51

QREO	(A+C)/B	1,2485
------	---------	--------

Esse resultado indica que receita arrecadada é maior do que a despesa realizada, obtendo superávit orçamentário de execução.

Não houve déficit de execução orçamentária (arts. 169, CF e 9º, LRF).



5.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de 2021 do Município de IPIRANGA DO NORTE, com base nos demonstrativos e informações prestadas pelo gestor.

5.2.1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o Exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 5. (Restos a Pagar) apresentam os valores existentes de Restos a Pagar Processados de R\$ 195.470,27, e de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 5.681.044,50, totalizando R\$ 5.876.514,77.

5.2.1.1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado nos Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados e Não Processados).

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de 2021.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios”. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2021, Secretaria do Tesouro Nacional. – 11ª ed., pág. 607).

De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal



de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Incluem-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio nº 41/2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24/10/2017. Processo nº 8.385-2/2016).(item 7.8 **Boletim de Jurisprudência**. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

1) Quociente de disponibilidade financeira - Exceto RPPS

A	TOTAL_DISP_BRUTA_EXCETO_RPPS	R\$ 22.260.571,73
B	TOTAL_DEMAIS_OBRIGAÇÕES_EXCETO_RPPS	R\$ 0,00
C	TOTAL_RPP_EXCETO_RPPS	R\$ 186.819,62
D	TOTAL_RPNP_EXCETO_RPPS	R\$ 5.672.336,13
QDF	(A-B)/(C+D)	3,7992

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 3,7992 de disponibilidade financeira,

Indica equilíbrio financeiro, ou seja, existência de recursos financeiros suficientes para pagamento dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, tanto pela análise global (total das disponibilidades) como por fonte de recursos.

5.2.1.2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

1) quociente de inscrição de restos a pagar

A	TOTAL DESPESAS - EXECUÇÃO	R\$ 53.990.542,47
B	B_TOTAL_INSCRIÇÃO	R\$ 5.874.788,25
QIRP	B/A	0,1088



Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,1088 foram inscritos em restos a pagar, ou seja, 10,88% das despesas empenhadas não foram pagas dentro do exercício.

5.2.1.3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1), como demonstrado no Anexo 6, quadro 6.1.

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, I do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 6.2 do Anexo 6 (Dívida Pública) deste Relatório de Contas de Governo.

1) Quociente da Situação Financeira (QSF)

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 22.160.114,34
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 5.826.111,98
QSF	A/B	3,8035

Esse resultado indica que houve superávit financeiro em 2021 no valor de R\$ 16.3345.002,36, considerando todas as fontes de recursos.

5.2.1.4. QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de Liquidez Corrente (LC) é resultante da relação entre o Ativo Circulante e Passivo Circulante, e demonstra o quanto o Município dispõe de recursos a curto prazo (caixa, bancos, créditos, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, etc).

Caso o quociente de liquidez corrente seja maior que 1, indica a capacidade de pagamento de suas obrigações de curto prazo. Já se o quociente for menor que 1, indica a existência de passivos circulantes superiores aos ativos da mesma natureza e revela restrições na capacidade de pagamento do Município dos seus compromissos de curto prazo.

1) Quociente da Liquidez Corrente - Exceto RPPS



A	Valor_Total_Ativo Circulante	R\$ 26.489.167,25
B	Valor_Total_Passivo_Circulante	R\$ 2.915.313,80
Liquidez Corrente	A/B	9,0862

Este resultado demonstra que o total de recursos aplicados em ativos correntes supera o total das obrigações de curto prazo, indicando que há recursos suficientes para quitar as obrigações a curto prazo.

6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município:

6.1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inc. I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inc. III, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inc. V, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal).

Consta em Apêndice H, o Anexo 16 - Dívida Fundada Contratada, integrante da prestação de contas.

6.1.1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)



O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 7.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 7 (Limites Constitucionais e Legais).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente do Limite de Endividamento - QLE

B	RCL_AJUSTADA_ENDIVIDAMENTO	R\$ 59.208.925,62
A	DCL	-R\$ 20.964.263,46
QLE	if(A<=0,0,A/B)	0,0000

Este resultado indica que a dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada conforme demonstrado no Quadro 6.4 deste Relatório.

Este resultado indica cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).

6.1.2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas "operações de crédito", definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, como "os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O art. 7º, I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC)



B	RCL_AJUSTADA_ENDIVIDAMENTO	R\$ 59.208.925,62
A	TOTAL DA DÍVIDA	R\$ 0,00
QDPC	A/B	0,0000

Este resultado indica que não houve contratação de dívida pública no exercício de 2021.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6.1.3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

1) Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

B	RCL_AJUSTADA_ENDIVIDAMENTO	R\$ 59.208.925,62
A	Total Dispêndios da Dívida Pública	R\$ 759.865,37
QDDP	A/B	0,0128

Este resultado indica que os dispêndios da dívida pública efetuados no exercício representaram 1,28% da receita corrente líquida.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6.2. EDUCAÇÃO

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT nº 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT nº 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT nº 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de



aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n. 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 3/maio/2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 – Tribunal Pleno - Processo nº 22.153-8/2020) transcrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC nº 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta nº 21/2008.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2017/2021, indica que a administração municipal de IPIRANGA DO NORTE vem **cumprindo** a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	36,69%	34,80%	33,00%	27,20%	28,18%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Educação



A análise das despesas que se enquadram (ou não) no ensino foi feita com base na amostra definida conforme Apêndice D, além de outras informações registradas no sistema Aplic.



Da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

1) ENSINO 25%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado (28,18) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

6.2.1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa EC, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (antes era 60%).

Diante disso, a Lei nº 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei nº 11.494/2007, ressalvado o *caput* do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto nº 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto nº 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei nº 14.113/2020);

b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º).



Ressalta-se que o superávit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494/2007:

Educação. Superávit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. Sendo apurado superávit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.

2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio nº 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo nº 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

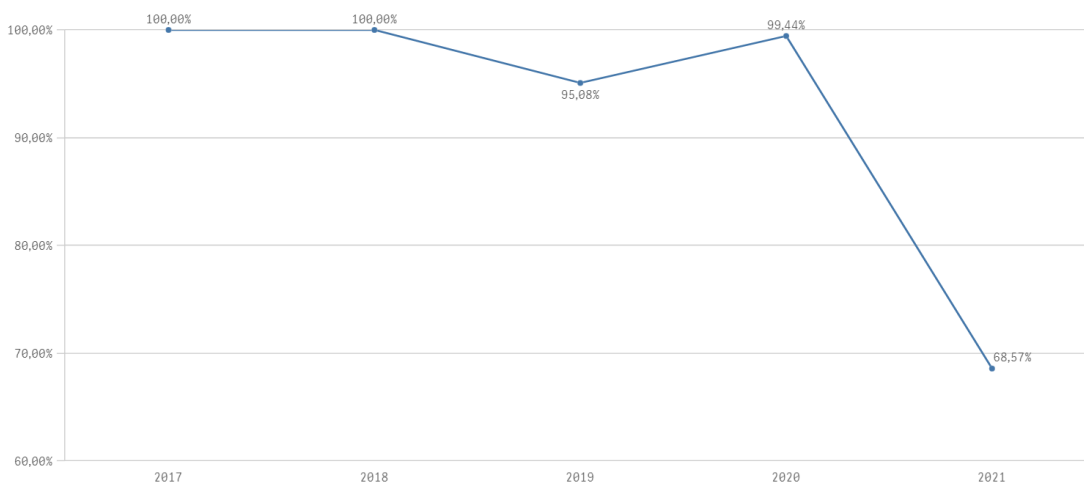
Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais do magistério, período 2017/2021, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	100,00%	100,00%	95,08%	99,44%	68,57%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%

Série Histórica - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021





Da análise das informações, das quais é possível verificar o descumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) FUNDEB 70%

Este resultado indica que o limite mínimo não foi cumprido.

O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício (68,57) não assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação. AB99.

Dispositivo Normativo:

E. C. nº 108, de 2020 e artigo 26 da Lei 14.113/2020.

1.1) Não destinação do percentual mínimo da receita do FUNDEB à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, violando a E. C. nº 108/2020 e artigo 26 da Lei 14.113/2020. - AB99

Conforme demonstrado no Anexo 7, quadros 7.6 a 7.8 deste relatório técnico, o município não destinou o percentual mínimo de 70% da receita do FUNDEB à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, conforme registros da aplicação dos recursos da Fonte 18, sendo destinado o percentual de 68,57%, descumprindo a legislação.

- Lei 14.113/2020 (Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.)

Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

- E.C. nº 108/2020

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:
(...)

Art. 212-A: Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea "c" do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação



básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea "b" do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital;

2) FUNDEB 50% - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do Fundeb/Complementação da União.

3) FUNDEB 15% - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do FUNDEB/Complementação da União.

6.3. SAÚDE

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, foi publicada a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Quanto à formação da base de cálculo para as ASPS, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT nº 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT nº 16/2005, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT nº 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

No período 2017/2021, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam à exigência constitucional**, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2017	2018	2019	2020	2021

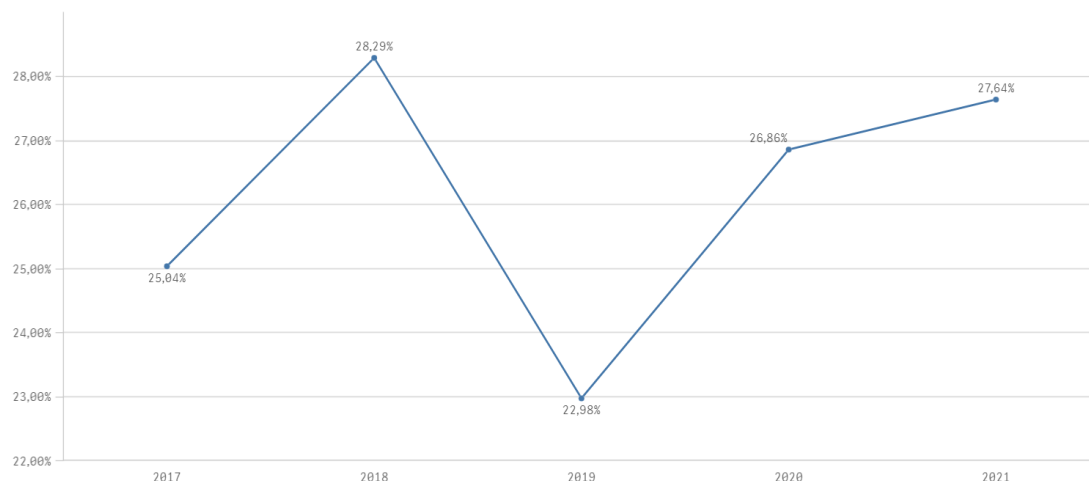


Aplicado - %	25,04%	28,29%	22,98%	26,86%	27,64%
--------------	--------	--------	--------	--------	--------

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Saúde

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%



A análise das despesas que se enquadram (ou não) em ações e serviços de saúde foi feita com base na amostra definida conforme Apêndice E, além de outras informações registradas no sistema Aplic.

Da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento desse dever constitucional por parte do Município em 2021, constatou-se que:

1) SAÚDE 15%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado (27,64) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

6.4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.



O Poder Executivo totalizou , em 2021, R\$ 25.878.555,02 em despesas com pessoal, o que corresponde a 43,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada(R\$ 59.208.925,62), o que **assegura** o cumprimento do limite fixado na LRF.

Não se constatou Declaração de Calamidade Pública em 2021.

6.4.1. REGIME PREVIDENCIÁRIO

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS) e os demais ao regime geral (INSS).

6.4.1.1. NORMAS GERAIS - UNIDADE GESTORA ÚNICA

A Portaria MPS nº 402/2008, art. 10, § 1º, bem como a Nota Técnica SEI nº 11/2017/CGACI/SRPPS/SPREV-MF, regulamentam a obrigatoriedade da existência de uma unidade gestora única, com o objetivo de administrar, gerenciar e operacionalizar suas atividades, abrangendo, entre outras, a arrecadação, a gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, nos termos transcritos a seguir:

Portaria MPS nº 402/2008 (...)

Art. 10. É vedada a existência de mais de um RPPS para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo.

§ 1º Entende-se por unidade gestora a entidade ou órgão integrante da estrutura da Administração Pública de cada ente federativo, que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:

Constituição Federal de 1988

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que



serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Da análise da previdência social dos servidores do Município IPIRANGA DO NORTE, verifica-se que esses estão vinculados ao "Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte", não sendo constatados outros Regimes Próprios de Previdência Social.

6.4.1.1.1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DOS SEGURADOS

O *caput* do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de juros e multas por atraso, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.

De acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno NÃO informou a inadimplência ou a inadimplência das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados do exercício de 2021, sendo silente quanto ao assunto, conforme demonstrado no Apêndice G deste Relatório Técnico.

Contudo, no Parecer Técnico Conclusivo emitido pela unidade gestora Fundo de Previdência Municipal/RPPS, o controlador interno relata sobre a regularidade e inadimplência das contribuições previdenciárias do município em 2021, não havendo débitos a recolher nem parcelamentos.

Consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice G deste Relatório), enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada em 14/06/2022, a inadimplência de contribuições previdenciárias no exercício de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Quadro: Contribuições Previdenciárias - Segurado

Competência	Segurado Devido R\$	Segurado Pago R\$	Juros e Multas Pagos R\$	Diferença Não Pago/Parte Indevida R\$
-------------	---------------------	-------------------	--------------------------	--



Janeiro	R\$ 69.685,12	R\$ 69.685,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 96.612,01	R\$ 96.612,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 98.296,57	R\$ 98.296,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 102.571,47	R\$ 102.571,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 100.552,06	R\$ 100.552,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 100.509,97	R\$ 100.509,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 101.122,60	R\$ 101.122,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 99.839,51	R\$ 99.839,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 102.102,45	R\$ 102.102,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 100.046,93	R\$ 100.046,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 100.693,16	R\$ 100.693,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 135.792,21	R\$ 135.792,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 99.116,84	R\$ 99.116,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.306.940,90	R\$ 1.306.940,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos Diversos>Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias

Quadro: Contribuições Previdenciárias - Patronal

Competência	Patronal Devido R\$	Patronal Pago R\$	Juros e Multas Pagos (R\$)	Diferença Não Paga/Pagto Indevido R\$
Janeiro	R\$ 79.741,03	R\$ 79.464,03	R\$ 0,00	R\$ 277,00
Fevereiro	R\$ 110.414,72	R\$ 110.414,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 112.339,95	R\$ 112.339,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 117.225,47	R\$ 117.225,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 114.917,59	R\$ 114.917,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 116.018,31	R\$ 116.018,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 116.147,47	R\$ 116.147,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 114.673,76	R\$ 114.673,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 117.272,83	R\$ 117.272,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 114.911,92	R\$ 114.911,90	R\$ 0,00	R\$ 0,02
Novembro	R\$ 115.654,17	R\$ 115.654,19	R\$ 0,00	-R\$ 0,02
Dezembro	R\$ 155.968,51	R\$ 155.968,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 113.843,68	R\$ 113.843,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.499.129,41	R\$ 1.498.852,41	R\$ 0,00	R\$ 277,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos Diversos>Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias

Informa-se que a diferença não paga acima evidenciada (R\$ 277,00 - janeiro/2021) e registrada na Declaração de Veracidade emitida pelo gestor do Fundo de Previdência Municipal, não consta do Parecer da Unidade de Controle Interno do RPPS, no qual o controlador interno afirma o recolhimento integral do valor devido da cota patronal no mês de janeiro/2021, mas no valor de R\$ 79.641,03.

Resta concluir pela divergência no valor devido e pago da cota patronal da contribuição



Conforme demonstrado acima, o gestor deixou de repassar ao Fundo de Previdência Municipal, cota da contribuição previdenciária patronal referente ao mês de janeiro/2021, no valor de 277,00.

Salienta-se ainda, a divergência no valor dessa cota, informada pelo Fundo de Previdência/RPPS, devendo ser comprovado o valor devido correto.

6.4.1.1.2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Por meio do acesso ao Sistema CADPREV, constatou-se a inexistência de parcelamentos efetuados com o Regime Próprio de Previdência Social.

Consulta Acordo de Parcelamento
Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório.

Dados de Consulta:

Ente: Município de Ipiranga do Norte

Situação do Acordo: Todos

☐ Não sou um robô

Consultar Cancelar

Número do Acordo	Rubrica	Situação do Acordo	Natureza do Acordo	Acordo de Parcelamento	Tipo de Parcelamento	Visualizar DCP	Visualizar Acompanhamento do Acordo
00005/2019	Outros Critérios	Quitado	Antigo				

O gestor do Fundo de Previdência Municipal de Ipiranga do Norte e o Parecer do Controle Interno atestam a inexistência de débitos ao RPPS de exercícios anteriores e de parcelamentos.

6.4.1.1.3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Na análise das informações extraídas em 14/06/2022, no endereço eletrônico da Secretaria de Previdência (<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>), constatou-se que o Município de IPIRANGA DO NORTE, por meio do **CRP nº 981184-207096**, encontra-se **REGULAR** com o Certificado de Regularidade Previdenciária (via administrativa, Apêndice G deste Relatório).



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Ipiranga do Norte UF: MT

CNPJ Principal: 07.209.245/0001-72

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM **SITUAÇÃO REGULAR** EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 27/02/2022
VÁLIDO ATÉ 26/08/2022

N.º 981184 -
207096

1) Foi emitido em 27/02/2022, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) pelo MPAS ao RPPS – art. 7º, Lei nº 9.717/98 e Portaria MPS nº 204/08, com validade até 26/08/2022.

6.4.2. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2017/2021, **mantiveram-se** abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2017	2018	2019	2020	2021
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					

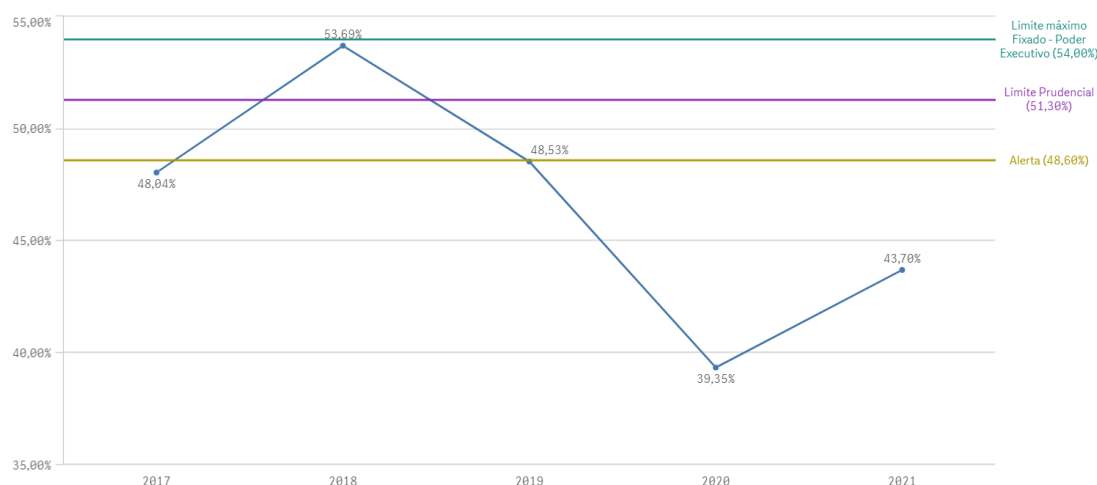


LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	48,04%	53,69%	48,53%	39,35%	43,70%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	3,18%	2,93%	2,50%	2,23%	1,92%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	51,22%	56,62%	51,03%	41,58%	45,62%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Limites com Pessoal - LRF

Limite máximo Fixado - Poder Executivo



Em resposta ao Ofício nº 19/2022/5ª Secex, a Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte declarou haver despesas com contratações de Cooperativas e OSCIP, à mão-de-obra que se enquadram no conceito de gasto com pessoal. Tal Declaração encontra-se no Apêndice F.

Considerando a análise efetuada à resposta apresentada pelo município e informações do sistema Aplic, foi incluído no cálculo da despesa com pessoal o montante de R\$ 3.133.419,95, por se tratarem de serviços que não se correspondem ao conceito de caráter complementar aos serviços prestados pelo município e as despesas com contratos de terceirização de serviços que não se caracterizam como atividades acessórias às atribuições legais do Ente e, que sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade (salvo no caso de cargo ou categoria total ou parcialmente extintos).

Demonstra-se (Apêndice F):

Dotação	Credor	Descrição	Valor - R\$	OBS
3390.37.01	Cooperativa dos	Fornecimento de mão de obra	2.132.453,99	Total de R\$ 3.133.151,34, deduzida a Taxa de Administração informada pela Prefeitura.
3390.37.02	Prestadores de	para atividades operacionais		
3390.37.04	Serviços de	para atender às diversas		
3390.39.79	Sorriso	secretarias municipais.		
		Contratação de mão de obra de		



3390.39.79	Organização da Sociedade Civil Instituto Tupã	serviços técnicos e administrativos, em diversas secretarias municipais.	698.837,52	
Total			2.831.291,51	

Necessário informar que os valores contratados com a Organização da Sociedade Civil Instituto Tupã, cujas despesas foram empenhadas na dotação 33.90.34, já se encontram incluídos no gasto com pessoal, conforme Anexo 9, Quadro 9.4 - Gastos com Pessoal Detalhado, no valor de R\$ 6.628.684,01 (já deduzida a taxa de administração).

Ao processar a despesa com OSCIP e Cooperativas, recomenda-se o empenhamento em separado do valor da taxa de administração, a fim de conferir transparência e clareza ao processo.

A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:

6.4.2.1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo (Quadros 9.3 e 9.4 do Anexo 9 - Pessoal) foi de R\$ 25.878.555,02, que correspondeu a 43,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada, **estando abaixo** do Limite de Alerta (48,6%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 90% do valor máximo permitido para gastos com pessoal.

1) PESSOAL_LIMITE EXECUTIVO

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 25.878.555,02, correspondente a 43,70% da RCL Ajustada, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.

6.5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;



II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29A, CF;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

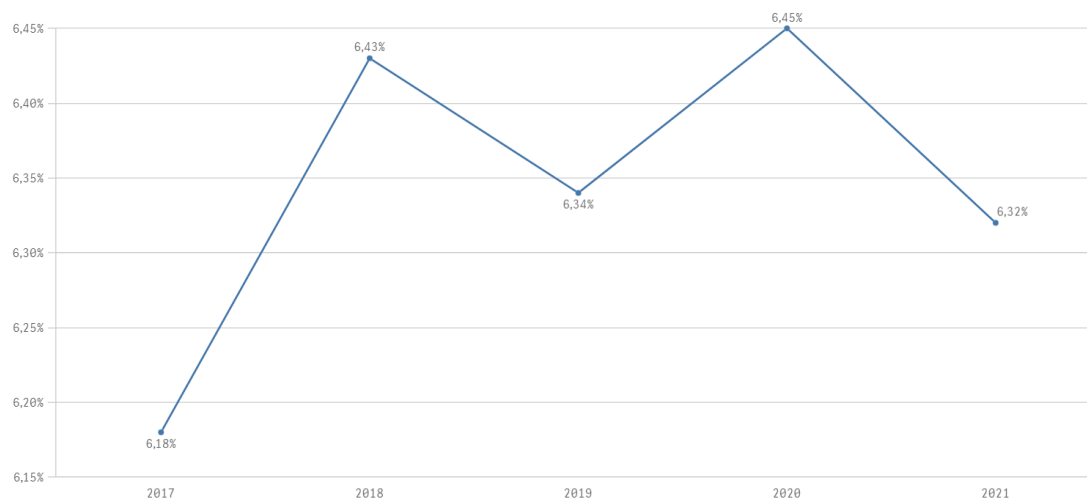
No caso do Município de IPIRANGA DO NORTE, com Estimativa de População do Município - IBGE - 2021 de 8.182 habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido 7,00% em da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2017/2021 está apresentada a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2017	2018	2019	2020	2021
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,18%	6,43%	6,34%	6,45%	6,32%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Repasse Legislativo





A partir da análise dos quadros 10.1 e 10.2, constantes no Anexo 10 - Repasse à Câmara Municipal deste relatório, constata-se:

1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram superiores aos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal.

Foi repassado o valor de R\$ 2.376.408,00 conforme demonstrado no quadro 10.2, correspondente a 6,32% da receita base, cujo valor máximo é de R\$ 2.631.224,28 (7%) - Apêndice H.

Houve devolução de duodécimo ao Executivo municipal, em 22/12/2021, no valor de R\$ 710.247,04, resultando em duodécimo repassado no valor de R\$ 1.666.160,96, o que equivale a 4,43% da receita base (APLIC/Informes Mensais/Cobntabilidade/Lançamento Contábil/Razão Contábil/Conta 45112090100).

2) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

Foi estabelecido no orçamento municipal o repasse ao Legislativo de R\$ 2.376.408,00, conforme Anexo 10, quadro 10.1, sendo repassado em 2021 o mesmo valor (quadro 10.2).

3) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF) - Apêndice H.

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE :: CNPJ: 07209245000172 ::

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes: Mensais Informes: Envio Imediato Auditoria Impressões

Razão Contábil

:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência	Conta contábil
DEZEMBRO	35112020100

Data	C.	Num. lanç...	Seq.	Cód. Conta	Descrição	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento
20/01/2021	2	2010008915	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
19/02/2021	2	2020023143	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
19/03/2021	2	2030032059	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
19/04/2021	2	2040040436	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
19/05/2021	2	2050051356	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
18/06/2021	2	2060063095	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
20/07/2021	2	2070075138	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
19/08/2021	2	2080088059	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
17/09/2021	2	2090098670	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
19/10/2021	2	2100113612	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
19/11/2021	2	2110125304	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000
17/12/2021	2	2120139083	1	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	0,00	1149343 0 1 00 000000

6.6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O dispositivo constitucional 167-A preconiza que:

Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos



Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

- a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa
- b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios
- c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e
- d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo



após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma “faculdade” aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os tribunais de contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

Assim, apresenta-se a seguir os montantes das receitas e despesas correntes e da inscrição de Restos a Pagar Não processados em 31/12/2021:

1) Limite Art. 167-A CF/88

A	A_Receita_Corrente	R\$ 62.727.525,98
B	B_Desp_Corrente_Liquidada	R\$ 45.653.517,21
C	C_Desp_Insc_RPNP	R\$ 1.143.551,81



Limite Art. 167-A CF	$((B+C)/A)$	0,7460
----------------------	-------------	--------

Este resultado indica que o limite foi cumprido, sendo realizado despesas correntes no percentual de 74,60% das receitas correntes.

7. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. *Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2021, Secretaria do Tesouro Nacional. – 11ª ed., pág. 61).*

7.1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivos demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Receitas Não-Financeiras – RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

Despesas Não-Financeiras – DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

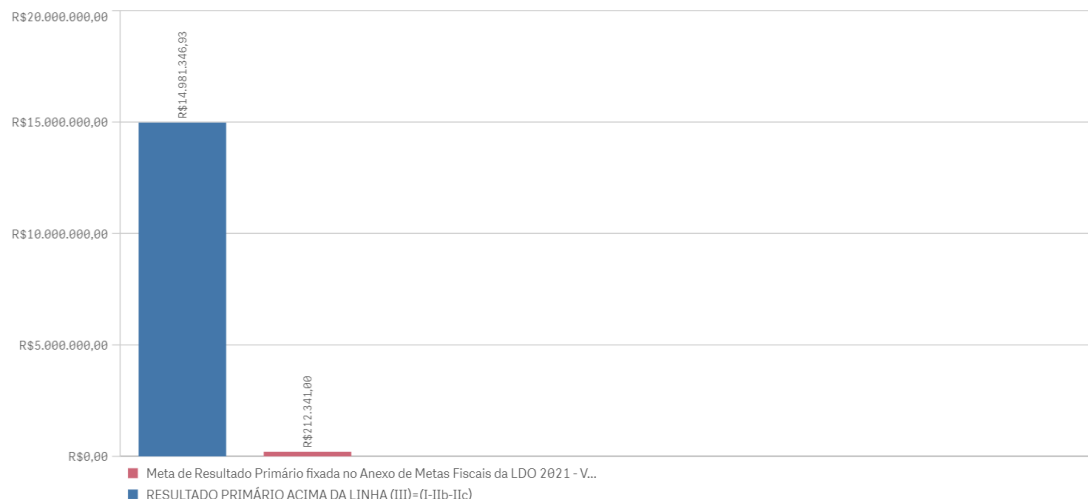
Déficits primários indicam que o Município não possui recursos para pagamento de suas despesas não-financeiras, tendo que recorrer a operações de crédito para pagar suas despesas, elevando, assim, o seu nível de endividamento. Superávits primários significa que possui recursos para pagamento de suas despesas não-financeiras e ainda para honrar os seus compromissos decorrentes de operações financeiras, tais como juros e amortizações (estoque da dívida).



A meta fixada, em valores correntes, no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2021 é de R\$ 212.341,00 e o Resultado Primário alcançou o montante de R\$ 14.981.346,93, ou seja, o valor alcançado está acima da meta estipulada na LDO, conforme demonstra o Quadro 11.1 -Resultado Primário constante no Anexo 11 - Metas Fiscais (Resultado Primário e Nominal - Acima da Linha).

Ressalta-se que se utiliza, para fins de análise, o Resultado "Acima da Linha", ou seja, a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas). Essa metodologia permite a avaliação dos resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal.

Resultado Primário



1) Houve o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2020.

Embora o município tenha alcançado resultado primário superavitário acima da meta estipulada na LDO, observa-se que esta foi mal dimensionada, na medida em que foi previsto na LDO um valor bem aquém do alcançado, apresentando resultado muito díspar do fixado, devendo atentar-se para um melhor dimensionamento das metas em LDOs futuras.

7.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

O artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que no final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo deve demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais em audiência pública.

Destaca-se que a faculdade estabelecida pela LRF aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes para publicação do RGF semestralmente não se estende às audiências públicas, devendo ser realizadas audiências quadrimestrais, conforme estabelece o Boletim de Jurisprudência do TCE-MT em seu item 21.2:



"21.2) Transparência. Metas fiscais. Necessidade de realização de audiências públicas quadrimestrais. Divulgação de relatórios e demonstrativos (art. 63, LRF).1. A realização de audiências públicas quadrimestrais, pelo Poder Executivo, para demonstrar a avaliação do cumprimento de metas fiscais, conforme dispõe o art. 9º, § 4º, da LRF, deve ocorrer independentemente da opção pelo prazo semestral facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes para a divulgação dos relatórios e demonstrativos previstos no art. 63 dessa mesma Lei."(Item 21.2. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 145)

A verificação do dever de avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre foi efetuada em Processo de Acompanhamento Simultâneo do RGF e RREO do exercício de 2021 e eventuais irregularidades serão objeto de Representação de Natureza Interna - RNI, o que não se constatou até esta data, conforme pesquisa no sistema Control-P.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa nº 10/2008-TCE/MT-TP), ou seja, até 16 de abril do exercício seguinte.

A Resolução Normativa nº 03/2020 -TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI, determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa nº 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de 2021. Ressalta-se que os envios intempestivos serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de contas de governo (APLIC > Prestação de Contas/Prestação de Contas - acesso em 13/06/2022):

		Prorrogação			
--	--	-------------	--	--	--



Origem	Competência	Oficial	Data Envio	Data último envio	Situação
APLIC-Cidadão	Peças de Planejamento	15/01/2021	15/01/2021	24/03/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Carga Inicial	22/03/2021	19/03/2021	05/04/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Janeiro	31/03/2021	30/03/2021	05/04/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Fevereiro	12/04/2021	08/04/2021	26/04/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Março	30/04/2021	29/04/2021	13/05/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Abril	31/05/2021	27/05/2021	17/06/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Maio	30/06/2021	30/06/2021	19/07/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Junho	02/08/2021	28/07/2021	18/08/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Julho	31/08/2021	30/08/2021	20/09/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Agosto	30/09/2021	28/09/2021	30/09/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Setembro	03/11/2021	01/11/2021	23/11/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Outubro	30/11/2021	29/11/2021	29/11/2021	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Novembro	03/01/2022	03/01/2022	19/01/2022	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Dezembro	02/03/2022	17/02/2022	17/02/2022	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Encerramento	10/03/2022	10/03/2022	10/03/2022	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Contas de Governo	18/04/2022	14/04/2022	14/04/2022	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Contas Especiais - LDO	18/01/2021	23/12/2020	23/12/2020	NO PRAZO
APLIC-Cidadão	Contas Especiais - LOA	18/01/2021	06/01/2021	06/01/2021	NO PRAZO

1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2012.

2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, de acordo com o art. 49 da LRF., conforme declaração assinada pelo presidente da Câmara municipal, ratificada pela Controladora Interno município, sendo protocoladas no Legislativo em 18/04/2022.

Segundo declaração do Presidente da Câmara, Sr. Eluir Cavassin, as contas foram disponibilizadas a partir de 29/04/2022 - Apêndice G.

9. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa nº 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE de inadimplência de Contribuição Previdenciária:

Processos		Objeto da Fiscalização	Existe decisão no Processo?
Assunto	Número		



Resultado dos Processos de Fiscalização			
MONITORAMENTO	10235/2021	MONITORAMENTO REFERENTE AS DETERMINACOES/RECOMENDACOES: 14150	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	512354/2021	REPRESENTACAO DE NATUREZA INTERNA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE TRANSPARENCIA NA GESTAO FISCAL EXERCICIO DE 2020.	NÃO
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	805831/2021	REPRESENTACAO INTERNA PARA APURAR INDICIOS DE IRREGULARIDADES NAS DISPENSAS DE LICITACAO NºS 018/2020 E 029/2020, REALIZADAS PELA PM DE IPIRANGA DO NORTE	NÃO

Sistema Control-P

10. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas no Parecer Prévio dos exercícios de 2019 e 2020:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2020	101222/2020	195/2021	30/11/2021 Publicação em 09/02/2022	(...) recomendando ao Poder Legislativo de Ipiranga do Norte, nos termos do artigo 22, § 1º, da Lei Complementar nº 269/2007, que quando do julgamento das referidas contas, determine ao Chefe do Poder Executivo que:	Tendo em vista a data de publicação do Parecer Prévio, as recomendações serão objeto de verificação no exercício de 2022.
				a) apresente nas avaliações atuariais, pós-exercício de 2021, um efetivo planejamento previdenciário, com metas e providências concretas, que visem à continuidade da melhoria do índice de cobertura das reservas matemáticas, bem como a melhoria gradativa da situação atuarial do RPPS de Ipiranga do Norte; e,	



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				b) considere a data focal de 31/12 do exercício corrente para contabilização do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, nos moldes do artigo 3º, § 1º, VI e VII, da Portaria nº 464/2018.	
2019	88854/2019	49/2021	20/04/2021	(...) recomendando:	
				I) elabore a Lei de Diretrizes Orçamentárias observando as disposições contidas no art. 165, §2º, da Constituição da República, art. 4º, §1º, e art. 5º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelecem a necessidade de elaboração compatível da programação dos orçamentos com os seus objetivos e metas anuais, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública; e,	Recomendação observada em 2021.
				II) abstenha-se de inserir na Lei Orçamentária Anual a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria a outra, em cumprimento ao artigo 167, inciso VI, da Constituição da República.	Recomendação observada em 2021, sendo editada lei específica para transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria a outra.

Control-p

11. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

Após análise da prestação de contas anuais apresentada pelo gestor do município de IPIRANGA DO NORTE, exercício de 2021, conclui-se pelo que segue:

11.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Sugere-se ao Relator que apresente as seguintes recomendações ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal:

- No texto da publicação da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias em meio oficial, indique o



endereço eletrônico em que os anexos obrigatórios podem ser acessados pelos cidadãos;

- Aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilizando as metas com as peças de planejamento;
- Que o edital de convocação e/ou convite à população para participação nas audiências públicas sejam divulgados e publicados com razoável antecedência, a fim de dar conhecimento tempestivo e garantir a efetiva participação dos munícipes na discussão proposta pela LRF.
- Aprimore o controle por fontes dos recursos utilizados para abertura de créditos adicionais, a exemplo do excesso de arrecadação e superávit financeiro, a fim de evitar abertura de créditos adicionais sem a suficiente fonte de recursos (disponíveis);
- Fazer o empenhamento individualizado dos valores da taxa de administração quando do processamento da despesa com a contratação de Oscip, Cooperativas e outras, para fins de clareza e transparência.

11.2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o Senhor **ORLEI JOSE GRASSELLI**, Prefeito do Município de **IPIRANGA DO NORTE** - exercício 2021, deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

ORLEI JOSE GRASSELLI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

1) AB99 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVE_99. Irregularidade referente à Limite Constitucional/Legal, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

1.1) *Não destinação do percentual mínimo da receita do FUNDEB à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, violando a E. C. nº 108/2020 e artigo 26 da Lei 14.113/2020.* - Tópico - 6.2.1. **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB**

2) DA05 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

2.1) *Não recolhimento da cota previdenciária patronal no valor de R\$ 277,00, contrariando os arts. 40 e 195, I, da C.F/88.* - Tópico - 6.4.1.1.1. **ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DOS SEGURADOS**

3) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

3.1) *Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 768.625,54, nas fontes de recursos 24 e 33, em descumprimento ao disposto no art. 167, II e V, da Constituição Federal e no art. 43, da Lei nº 4.320/1964.* - Tópico - 3.1.3.1. **ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Em Cuiabá-MT, 20 de Junho de 2022.

NUCIA FALCAO CAMARGO DA SILVA
AUDITOR PUBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

ANEXOS

RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL - 2021 MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE - EXERCÍCIO 2021

Anexo 1 - ORÇAMENTO

Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
Camara Municipal	R\$ 2.282.408,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.282.408,00	0,00%
DEPARTAMENTO DE CULTURA	R\$ 767.000,00	R\$ 279.790,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 485.000,00	R\$ 561.790,00	-26,75%
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO INFANTIL	R\$ 727.500,00	R\$ 57.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 529.500,00	R\$ 255.200,00	-64,92%
DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	R\$ 3.107.800,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 819.000,00	R\$ 2.688.800,00	-13,48%
FUNDEB - FUNDO DESENV. DA EDUC. BASICA	R\$ 5.845.235,00	R\$ 3.842.762,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 549.307,00	R\$ 9.138.690,21	56,34%
FUNDEB - EDUCACAO EDUCACAO ESPECIAL - 60	R\$ 200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200,00	0,00%



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUND.MANUT. DES. EDUC. BASICA - FUNDEB	R\$ 2.607.700,00	R\$ 526.356,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 503.250,00	R\$ 2.630.806,68	0,88%
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 278.000,00	R\$ 126.739,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.978,00	R\$ 379.761,72	36,60%
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	R\$ 955.738,89	R\$ 472.986,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 197.662,00	R\$ 1.231.063,33	28,80%
Fundo Municipal de Previdência Social	R\$ 3.514.810,00	R\$ 27.538,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.539.348,03	0,69%
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 8.719.609,20	R\$ 8.719.809,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.457.825,00	R\$ 14.981.594,14	71,81%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.001.200,00	R\$ 96.870,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 223.000,00	R\$ 875.070,00	-12,59%
GABINETE DA SECRET. MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	R\$ 12.350.056,82	R\$ 4.983.284,41	R\$ 506.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.149.250,00	R\$ 16.690.591,23	35,14%
GABINETE DA SECRET. MUN. DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	R\$ 1.017.700,00	R\$ 590.882,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 534.748,19	R\$ 1.073.834,17	5,51%
GABINETE DA SECRET. MUN. EDUCAÇÃO	R\$ 608.600,00	R\$ 484.482,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.024,00	R\$ 1.020.058,00	67,60%
GABINETE DA SECRETARIA ESP. DE COORD. GERAL	R\$ 4.794.993,20	R\$ 725.380,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 382.780,00	R\$ 5.137.593,20	7,14%



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 1.763.900,00	R\$ 626.780,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118.000,00	R\$ 2.272.680,00	28,84%
GABINETE DO SECRETARIO - SEC. AGRICULTURA	R\$ 508.128,89	R\$ 157.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 181.000,00	R\$ 484.128,89	-4,72%
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	0,00%
SAAE - SEVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 927.890,00	R\$ 186.889,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 108.489,45	R\$ 1.006.290,00	8,44%
	R\$ 51.928.470,00	R\$ 22.304.751,24	R\$ 506.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.339.813,64	R\$ 66.399.907,60	225,38%
Intraorçamentários								
Camara Municipal	R\$ 94.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 94.000,00	0,00%
DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	R\$ 311.900,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 291.900,00	-6,41%
FUNDEB - FUNDO DESENV. DA EDUC. BASICA	R\$ 281.000,00	R\$ 71.815,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 352.815,62	25,55%
FUNDEB - EDUCACAO EDUCACAO ESPECIAL - 60	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100,00	0,00%
FUND.MANUT. DES. EDUC. BASICA - FUNDEB	R\$ 185.000,00	R\$ 173.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00	R\$ 346.500,00	87,29%



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Fundo Municipal de Previdencia Social	R\$ 12.490,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.490,00	0,00%
GABINETE DA SECRET. MUN. EDUCACAO	R\$ 51.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 21.000,00	-58,82%
GABINETE DA SECRETARIA ESP. DE COORD. GERAL	R\$ 453.130,00	R\$ 2.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 160.000,00	R\$ 295.930,00	-34,69%
GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 402.100,00	R\$ 122.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 524.100,00	30,34%
SAAE - SEVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 40.110,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 30.110,00	-24,93%
	R\$ 1.830.830,00	R\$ 375.115,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 237.000,00	R\$ 1.968.945,62	18,33%
TOTAL	R\$ 53.759.300,00	R\$ 22.679.866,86	R\$ 506.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.576.813,64	R\$ 68.368.853,22	27,17%

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(C-D)*-1))
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit				
00	Recursos Ordinários	R\$ 5.410.914,06	R\$ 5.147.495,64	R\$ 0,00
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 586.199,01	R\$ 586.723,00	R\$ 523,99
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 473.866,63	R\$ 473.866,63	R\$ 0,00
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 388.882,05	R\$ 386.670,95	R\$ 0,00
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 3.241,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 15.912,33	R\$ 15.903,44	R\$ 0,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 228.556,68	R\$ 228.556,68	R\$ 0,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 1.575,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	R\$ 50.361,08	R\$ 42.799,86	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(C-D)*-1))
24	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 72.218,06	R\$ 270,44	R\$ 0,00
26	Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	R\$ 2.113,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27	Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	R\$ 20.973,90	R\$ 317,55	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 268.480,37	R\$ 268.437,29	R\$ 0,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 322.384,04	R\$ 322.384,04	R\$ 0,00
33	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 537.059,51	R\$ 373.399,57	R\$ 0,00
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 42.323,15	R\$ 12.728,77	R\$ 0,00
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 41.204,50	R\$ 41.204,50	R\$ 0,00
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 563.613,27	R\$ 311.845,71	R\$ 0,00
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 6.950,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(C-D)*-1))
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 23.286.388,55	R\$ 17.495,76	R\$ 0,00
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 471.934,18	R\$ 7.042,27	R\$ 0,00
82	Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/ Saúde/ Assist. Social)	R\$ 52.737,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92	Alienação de Bens	R\$ 656,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 32.848.546,40	R\$ 8.237.142,10	R\$ 523,99
		R\$ 32.848.546,40	R\$ 8.237.142,10	R\$ 523,99

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 1.3 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e)=d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
00	Recursos Ordinários	R\$ 21.397.445,80	R\$ 25.032.577,11	R\$ 3.635.131,31	R\$ 413.803,00	R\$ 0,00
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 6.186.100,00	R\$ 8.495.522,19	R\$ 2.309.422,19	R\$ 2.310.000,00	R\$ 577,81
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 9.510.402,20	R\$ 13.252.516,11	R\$ 3.742.113,91	R\$ 1.688.649,00	R\$ 0,00
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 582.700,00	R\$ 473.851,57	-R\$ 108.848,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 25.200,00	R\$ 11.896,12	-R\$ 13.303,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 40.000,00	R\$ 46.812,16	R\$ 6.812,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 4.810.000,00	R\$ 6.014.795,33	R\$ 1.204.795,33	R\$ 856.300,00	R\$ 0,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 0,00	R\$ 1.419.833,77	R\$ 1.419.833,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	R\$ 1.057.735,00	R\$ 262.266,67	-R\$ 795.468,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e)=d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
24	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 2.510.100,00	R\$ 401.728,63	-R\$ 2.108.371,37	R\$ 382.000,00	R\$ 382.000,00
27	Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	R\$ 14.000,00	R\$ 11.133,24	-R\$ 2.866,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 321.160,00	R\$ 172.696,81	-R\$ 148.463,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 1.270.000,00	R\$ 1.364.962,52	R\$ 94.962,52	R\$ 43.187,00	R\$ 0,00
33	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.001.000,00	R\$ 8.391,37	-R\$ 992.608,63	R\$ 386.625,54	R\$ 386.625,54
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 266.384,00	R\$ 546.516,80	R\$ 280.132,80	R\$ 189.146,66	R\$ 0,00
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 30.950,00	R\$ 40.121,14	R\$ 9.171,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.108.823,00	R\$ 1.963.831,02	R\$ 855.008,02	R\$ 102.699,92	R\$ 0,00
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 148.952,00	R\$ 148.952,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e)=d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 3.110.520,00	R\$ 3.265.822,05	R\$ 155.302,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 416.780,00	R\$ 252.895,37	-R\$ 163.884,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92	Alienação de Bens	R\$ 100.000,00	R\$ 347.960,00	R\$ 247.960,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 53.759.300,00	R\$ 63.535.081,98	R\$ 9.775.781,98	R\$ 6.372.411,12	R\$ 769.203,35
		R\$ 53.759.300,00	R\$ 63.535.081,98	R\$ 9.775.781,98	R\$ 6.372.411,12	R\$ 769.203,35

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 1.4 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
		R\$ 8.576.813,64
00	Recursos Ordinários	R\$ 2.744.601,81
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 914.348,58
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 4.722.828,25
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 500,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 20.000,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 1.000,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 31.978,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 66.750,00
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 5.125,00
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 18.862,00
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 47.820,00
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 3.000,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECAÇÃO		
		R\$ 6.372.411,12
00	Recursos Ordinários	R\$ 413.803,00
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 2.310.000,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 1.688.649,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 856.300,00
24	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 382.000,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 43.187,00
33	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 386.625,54
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 189.146,66
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 102.699,92
FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		
		R\$ 0,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO		
		R\$ 8.237.142,10
00	Recursos Ordinários	R\$ 5.147.495,64
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 586.723,00
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 473.866,63
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 386.670,95
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 15.903,44
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 228.556,68
22	Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	R\$ 42.799,86



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
24	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 270,44
27	Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	R\$ 317,55
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 268.437,29
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 322.384,04
33	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 373.399,57
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 12.728,77
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 41.204,50
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 311.845,71
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 17.495,76
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 7.042,27
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
		R\$ 0,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
		R\$ 0,00
		R\$ 23.186.366,86

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Fonte/Financiamento



Quadro 1.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
PREFEITURA MUNICIPAL	00746/2021	00000/2021	0.1.00.000000	R\$ 0,00	-R\$ 10.339,56
PREFEITURA MUNICIPAL	00746/2021	00000/2021	0.1.00.082000	R\$ 10.339,56	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00746/2021	00000/2021	0.1.01.000000	R\$ 516.000,00	-R\$ 1.015.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00746/2021	00000/2021	0.1.18.000000	R\$ 0,00	-R\$ 216.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00746/2021	00000/2021	0.1.19.000000	R\$ 1.415.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00746/2021	00000/2021	0.1.22.054000	R\$ 0,00	-R\$ 700.000,00
				R\$ 1.941.339,56	-R\$ 1.941.339,56
				R\$ 1.941.339,56	-R\$ 1.941.339,56

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destações de Recursos.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 1.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
Alterações Orçamentárias											
00741/2020	00006/2021	R\$ 869.632,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 869.632,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00741/2020	00033/2021	R\$ 768.625,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 768.625,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00741/2020	00036/2021	R\$ 928.708,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 928.708,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00741/2020	00040/2021	R\$ 48.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00741/2020	00055/2021	R\$ 5.236,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.236,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00741/2020	00083/2021	R\$ 9.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00741/2020	00089/2021	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00741/2020	00113/2021	R\$ 2.367,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.367,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00029/2021	R\$ 666.175,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 666.175,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00047/2021	R\$ 1.062.380,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.062.380,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00052/2021	R\$ 40.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00059/2021	R\$ 977.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 977.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00061/2021	R\$ 1.155.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.155.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00070/2021	R\$ 283.825,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 283.825,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00077/2021	R\$ 739.760,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 739.760,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00082/2021	R\$ 85.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 85.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00094/2021	R\$ 40.878,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.878,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00746/2021	00103/2021	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
00746/2021	00104/2021	R\$ 303.262,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 303.262,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00751/2021	00050/2021	R\$ 0,00	R\$ 230.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 230.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00752/2021	00056/2021	R\$ 369.999,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 369.999,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00753/2021	00063/2021	R\$ 294.965,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 294.965,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00755/2021	00072/2021	R\$ 162.618,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 162.618,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00756/2021	00076/2021	R\$ 0,00	R\$ 276.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 276.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00757/2021	00075/2021	R\$ 2.198.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.198.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00761/2021	00086/2021	R\$ 3.149.394,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.149.394,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00763/2021	00087/2021	R\$ 1.807.464,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.807.464,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00763/2021	00088/2021	R\$ 483.810,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 483.810,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00763/2021	00100/2021	R\$ 692.557,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 692.557,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00764/2021	00093/2021	R\$ 3.117.966,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.117.966,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00764/2021	00105/2021	R\$ 13.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00765/2021	00095/2021	R\$ 2.310.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.310.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00773/2021	00110/2021	R\$ 68.489,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 68.489,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 22.679.866,86	R\$ 506.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.576.813,64	R\$ 6.372.411,12	R\$ 0,00	R\$ 8.237.142,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 22.679.866,86	R\$ 506.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.576.813,64	R\$ 6.372.411,12	R\$ 0,00	R\$ 8.237.142,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento



Anexo 2 - RECEITA

Quadro 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 60.172.273,08	R\$ 69.970.142,79	116,28%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 8.641.568,00	R\$ 7.777.119,93	89,99%
Receita de Contribuições	R\$ 1.375.350,00	R\$ 1.415.023,99	102,88%
Receita Patrimonial	R\$ 472.900,00	R\$ 736.583,12	155,75%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 984.235,00	R\$ 962.509,59	97,79%
Transferências Correntes	R\$ 48.232.585,08	R\$ 57.923.371,62	120,09%
Outras Receitas Correntes	R\$ 465.635,00	R\$ 1.155.534,54	248,16%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 5.070.625,54	R\$ 807.556,00	15,92%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 100.000,00	R\$ 347.960,00	347,96%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 4.970.625,54	R\$ 459.596,00	9,24%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 65.242.898,62	R\$ 70.777.698,79	108,48%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 6.929.807,50	-R\$ 9.065.142,27	130,81%
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 6.483.629,50	-R\$ 8.597.990,88	132,61%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	-R\$ 466.822,40	0,00%
Outras Deduções	-R\$ 446.178,00	-R\$ 328,99	0,07%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 58.313.091,12	R\$ 61.712.556,52	105,83%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.818.620,00	R\$ 1.822.525,46	100,21%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 60.131.711,12	R\$ 63.535.081,98	105,66%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



Quadro 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 53.242.465,58	R\$ 60.905.000,52	114,39%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 8.196.390,00	R\$ 7.594.811,73	92,66%
Receita de Contribuições	R\$ 1.375.350,00	R\$ 1.415.023,99	102,88%
Receita Patrimonial	R\$ 472.900,00	R\$ 736.583,12	155,75%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 984.235,00	R\$ 962.509,59	97,79%
Transferências Correntes	R\$ 41.748.955,58	R\$ 49.325.380,74	118,14%
Outras Receitas Correntes	R\$ 464.635,00	R\$ 870.691,35	187,39%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 5.070.625,54	R\$ 807.556,00	15,92%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 100.000,00	R\$ 347.960,00	347,96%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 4.970.625,54	R\$ 459.596,00	9,24%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$ 1.818.620,00	R\$ 1.822.525,46	100,21%
IV- SUBTOTAL DA RECEITA	R\$ 60.131.711,12	R\$ 63.535.081,98	105,66%
V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 60.131.711,12	R\$ 63.535.081,98	105,66%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 69.970.142,79
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 467.151,39
(=) Subtotal (III) = (I - II)	R\$ 69.502.991,40
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 1.368.211,83
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 0,00
(-) Deduções da Receita para (VI) formação do FUNDEB	R\$ 8.597.990,88
(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)	R\$ 59.536.788,69
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS – Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 327.863,07
(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)	R\$ 59.208.925,62
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (X)	R\$ 0,00



Receitas	Total R\$
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)	R\$ 59.208.925,62
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XIII) = (XI-XII)	R\$ 59.208.925,62

APLIC > Informes Mensais > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar).

Quadro 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 182.308,20
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transf. Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 284.843,19
TOTAL	R\$ 467.151,39

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 6.799.029,00	R\$ 6.420.304,23	84,53%
IPTU	R\$ 651.022,00	R\$ 571.740,25	7,52%
IRRF	R\$ 1.218.007,00	R\$ 1.156.891,09	15,23%
ISSQN	R\$ 2.830.000,00	R\$ 2.695.963,97	35,49%
ITBI	R\$ 2.100.000,00	R\$ 1.995.708,92	26,27%
II – Taxas (Principal)	R\$ 442.601,00	R\$ 479.798,87	6,31%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 320.000,00	R\$ 8.676,51	0,11%
IV – Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 25.800,00	R\$ 17.609,95	0,23%
V - Dívida Ativa	R\$ 464.800,00	R\$ 591.446,67	7,78%
VI -Multas e Juros de Mora (Dív. Ativa)	R\$ 94.160,00	R\$ 76.975,50	1,01%
TOTAL	R\$ 8.146.390,00	R\$ 7.594.811,73	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).



Quadro 2.6 - [AUXILIAR] - Totalização do FPM (Valores Líquidos)

DESCRIÇÃO	Total R\$
1.7.1.8.01.2 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal (alínea b)	R\$ 7.109.967,49
1.7.1.8.01.3 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue mês de dezembro (alínea d)	R\$ 389.548,18
1.7.1.8.01.4 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue mês de julho (alínea e)	R\$ 344.106,43
TOTAL FPM	R\$ 7.843.622,10

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



Anexo 3 - DESPESA

Quadro 3.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EMPENHADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 50.739.959,20	R\$ 44.974.543,54	88,63%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 17.544.599,09	R\$ 16.243.873,56	92,58%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 132.155,53	R\$ 85.418,09	64,63%
Outras Despesas Correntes	R\$ 33.063.204,58	R\$ 28.645.251,89	86,63%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 12.790.411,40	R\$ 7.193.473,45	0,00%
Investimentos	R\$ 12.115.963,73	R\$ 6.519.026,17	53,80%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 674.447,67	R\$ 674.447,28	100,00%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 2.869.537,00	R\$ 0,00	0,00%
IV – TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 66.399.907,60	R\$ 52.168.016,99	78,56%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 1.968.945,62	R\$ 1.822.525,48	92,56%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.968.945,62	R\$ 1.822.525,48	92,56%
VII- Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VIII - Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX- TOTAL DESPESA	R\$ 68.368.853,22	R\$ 53.990.542,47	78,97%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 3.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 2.282.408,00	R\$ 2.282.408,00	R\$ 1.603.336,21	R\$ 1.591.432,21	R\$ 1.591.432,21
04	Administração	R\$ 4.912.370,00	R\$ 5.051.060,00	R\$ 4.709.277,18	R\$ 4.652.987,07	R\$ 4.601.987,87
06	Segurança Pública	R\$ 85.000,00	R\$ 155.000,00	R\$ 143.796,06	R\$ 143.796,06	R\$ 128.925,24
08	Assistência Social	R\$ 1.720.438,89	R\$ 2.659.857,41	R\$ 2.119.753,30	R\$ 2.011.487,49	R\$ 1.996.511,49
09	Previdência Municipal	R\$ 3.514.810,00	R\$ 3.539.348,03	R\$ 458.150,33	R\$ 449.441,96	R\$ 440.791,31
10	Saúde	R\$ 10.483.509,20	R\$ 17.254.274,14	R\$ 15.964.762,60	R\$ 15.732.295,93	R\$ 15.732.202,24
12	Educação	R\$ 12.169.535,00	R\$ 15.478.554,89	R\$ 13.363.849,26	R\$ 9.458.479,42	R\$ 9.379.904,93
13	Cultura	R\$ 727.500,00	R\$ 255.200,00	R\$ 192.113,05	R\$ 192.113,05	R\$ 191.801,35
15	Urbanismo	R\$ 8.017.056,82	R\$ 11.139.591,19	R\$ 8.279.348,44	R\$ 7.393.885,06	R\$ 7.393.552,38
16	Habitação	R\$ 531.000,00	R\$ 24.801,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Saneamento	R\$ 3.427.890,00	R\$ 4.424.990,00	R\$ 1.861.164,67	R\$ 1.485.950,85	R\$ 1.459.296,33
18	Gestão Ambiental	R\$ 535.500,00	R\$ 526.500,00	R\$ 511.583,03	R\$ 511.583,03	R\$ 511.583,03
20	Agricultura	R\$ 355.128,89	R\$ 382.128,89	R\$ 292.648,80	R\$ 292.648,80	R\$ 292.648,80
22	Indústria	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	Comércio e Serviços	R\$ 239.500,00	R\$ 86.000,00	R\$ 74.052,80	R\$ 396,82	R\$ 396,82
25	Energia	R\$ 150.000,00	R\$ 352.103,44	R\$ 247.102,56	R\$ 247.102,56	R\$ 247.102,56
26	Transporte	R\$ 1.060.000,00	R\$ 1.269.696,60	R\$ 1.194.652,34	R\$ 1.186.002,34	R\$ 1.186.002,34
27	Desporto e Lazer	R\$ 767.000,00	R\$ 561.790,00	R\$ 392.560,99	R\$ 379.224,47	R\$ 379.224,47
28	Encargos Especiais	R\$ 798.823,20	R\$ 806.603,20	R\$ 759.865,37	R\$ 759.865,37	R\$ 759.865,37
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 51.928.470,00	R\$ 66.399.907,60	R\$ 52.168.016,99	R\$ 46.488.692,49	R\$ 46.293.228,74



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Intraorçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 94.000,00	R\$ 94.000,00	R\$ 62.824,75	R\$ 62.824,75	R\$ 62.824,75
04	Administração	R\$ 453.130,00	R\$ 295.930,00	R\$ 282.801,56	R\$ 282.801,56	R\$ 282.801,56
09	Previdência Municipal	R\$ 12.490,00	R\$ 12.490,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	Saúde	R\$ 402.100,00	R\$ 524.100,00	R\$ 519.899,55	R\$ 519.899,55	R\$ 519.899,55
12	Educação	R\$ 829.000,00	R\$ 1.012.315,62	R\$ 934.916,20	R\$ 934.916,20	R\$ 934.916,20
17	Saneamento	R\$ 40.110,00	R\$ 30.110,00	R\$ 22.083,42	R\$ 22.083,42	R\$ 22.083,42
		R\$ 1.830.830,00	R\$ 1.968.945,62	R\$ 1.822.525,48	R\$ 1.822.525,48	R\$ 1.822.525,48
		R\$ 53.759.300,00	R\$ 68.368.853,22	R\$ 53.990.542,47	R\$ 48.311.217,97	R\$ 48.115.754,22

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



Quadro 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Dotação Atualizada
0008	APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	R\$ 81.128,89	R\$ 81.128,89	R\$ 0,00	0,00%
0019	APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO TRABALHO EMPREGO E RENDA	R\$ 284.500,00	R\$ 6.000,00	R\$ 1.052,80	17,54%
0006	CIDADANIA TRIBUTARIA CONSCIENCIA FISCAL	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 59.800,00	74,75%
0035	COVID - Combate a Pandemia COVID19	R\$ 68.000,00	R\$ 5.141.778,61	R\$ 4.753.330,86	92,44%
0003	DEMOCRACIA ATIVA E CONTROLE SOCIAL	R\$ 37.000,00	R\$ 37.000,00	R\$ 19.149,33	51,75%
0030	DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE IPIRANGA	R\$ 531.000,00	R\$ 24.801,81	R\$ 0,00	0,00%
0005	EXCELENCIA NO ATENDIMENTO- GESTÃO DE RESULTADOS	R\$ 23.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 5.680,00	31,55%
0023	FINANCIAMENTO DOS BLOCOS DO SUS	R\$ 7.744.118,12	R\$ 8.539.194,87	R\$ 7.770.953,57	91,00%
0018	GESTAO DA POLITICA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	R\$ 224.000,00	R\$ 301.000,00	R\$ 292.648,80	97,22%
0020	GESTÃO DA POLITICA DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 476.700,00	R\$ 1.009.279,36	R\$ 872.490,20	86,44%
0004	GESTAO DA POLITICA DA SECRETARIA ESPECIAL DE COORDENACAO GERAL	R\$ 3.812.860,00	R\$ 3.810.980,00	R\$ 3.641.243,87	95,54%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Dotação Atualizada
0002	GESTAO DOS SERVICOS DO GABINETE DO PREFEITO	R\$ 916.200,00	R\$ 720.070,00	R\$ 685.873,96	95,25%
0031	GESTAO E MANUTENCAO DO IPIRANGA PREVI	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0027	IGD - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA	R\$ 46.160,00	R\$ 83.027,42	R\$ 20.535,17	24,73%
0015	INFRAESTRUTURA A SERVICO DO DESENVOLVIMENTO DE IPIRANGA	R\$ 9.068.056,82	R\$ 12.405.287,79	R\$ 9.470.000,78	76,33%
0017	IPIRANGA ILUMINADA	R\$ 150.000,00	R\$ 352.103,44	R\$ 247.102,56	70,17%
0034	IPIRANGA LEGAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0016	IPIRANGA LIMPA E SUSTENTAVEL	R\$ 535.500,00	R\$ 526.500,00	R\$ 511.583,03	97,16%
0013	IPIRANGA MELHOR NA CULTURA	R\$ 727.500,00	R\$ 255.200,00	R\$ 192.113,05	75,27%
0012	IPIRANGA MELHOR NA EDUCACAO	R\$ 10.923.100,00	R\$ 13.095.258,28	R\$ 11.992.314,55	91,57%
0022	IPIRANGA MELHOR NA SAUDE	R\$ 3.078.491,08	R\$ 4.234.131,08	R\$ 3.970.854,37	93,78%
0029	IPIRANGA MELHOR NA SEGURANAA PUBLICA	R\$ 85.000,00	R\$ 155.000,00	R\$ 143.796,06	92,77%
0014	IPIRANGA MELHOR NO ESPORTE	R\$ 672.000,00	R\$ 481.790,00	R\$ 388.460,49	80,62%
0024	IPIRANGA MELHOR NO LAZER	R\$ 95.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 4.100,50	5,12%
0025	IPIRANGA MELHOR NO SOCIAL	R\$ 43.600,00	R\$ 63.353,00	R\$ 53.742,60	84,83%
0009	IPIRANGA MELHOR NO TRANSITO	R\$ 10.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	100,00%
0021	IPIRANGA MELHOR NO TURISMO	R\$ 6.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 73.000,00	91,25%
0007	OPERACOES ESPECIAIS	R\$ 1.294.263,20	R\$ 1.487.543,20	R\$ 1.340.196,95	90,09%
0032	PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - IPIPIRANGAPREVI	R\$ 3.527.300,00	R\$ 3.551.838,03	R\$ 458.150,33	12,89%
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 2.376.408,00	R\$ 2.376.408,00	R\$ 1.666.160,96	70,11%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Dotação Atualizada
0028	PROTECAO E APOIO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	R\$ 278.000,00	R\$ 379.761,72	R\$ 299.870,06	78,96%
0026	PROTECAO SOCIAL BASICA - IPIRANGA ACOLHE E PROTEGE	R\$ 870.978,89	R\$ 987.705,49	R\$ 862.638,62	87,33%
0010	QUALIDADE E SEGURANAA DO TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 1.777.735,00	R\$ 2.972.400,22	R\$ 2.109.311,34	70,96%
0011	QUALIDADE NA MERENDA ESCOLAR	R\$ 297.700,00	R\$ 423.212,01	R\$ 197.139,57	46,58%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	0,00%
9997	Reserva legal do RPPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0056	SANEAMENTO BASICO PARA TODOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0031	SANEAMENTO PARA TODOS	R\$ 3.468.000,00	R\$ 4.455.100,00	R\$ 1.883.248,09	42,27%
		R\$ 53.759.300,00	R\$ 68.368.853,22	R\$ 53.990.542,47	
		R\$ 53.759.300,00	R\$ 68.368.853,22	R\$ 53.990.542,47	78,97%

APLIC>Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.



Anexo 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado – 2021 - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Receitas (exceto intraorçamentárias) (a)	R\$ 60.905.000,52	R\$ 807.556,00	R\$ 61.712.556,52
Receitas (Intraorçamentárias) (b)	R\$ 1.822.525,46	R\$ 0,00	R\$ 1.822.525,46
TOTAL RECEITAS (c) = a + b	R\$ 62.727.525,98	R\$ 807.556,00	R\$ 63.535.081,98
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	R\$ 3.518.717,42	R\$ 0,00	R\$ 3.518.717,42
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (e)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL RECEITA AJUSTADA (f) = c - d + e	R\$ 59.208.808,56	R\$ 807.556,00	R\$ 60.016.364,56
DESPESA EMPENHADA	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Despesas (exceto intraorçamentárias) (g)	R\$ 44.974.543,54	R\$ 7.193.473,45	R\$ 52.168.016,99
Despesas (intraorçamentárias) (h)	R\$ 1.822.525,48	R\$ 0,00	R\$ 1.822.525,48
TOTAL DESPESAS (i) = g + h	R\$ 46.797.069,02	R\$ 7.193.473,45	R\$ 53.990.542,47
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (j)	R\$ 458.150,33	R\$ 0,00	R\$ 458.150,33
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício superavitário (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (k)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (l)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESA AJUSTADA (m) = i - j + k + l	R\$ 46.338.918,69	R\$ 7.193.473,45	R\$ 53.532.392,14
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (Conforme itens 5 e 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (n) = f - m	R\$ 12.869.889,87	-R\$ 6.385.917,45	R\$ 6.483.972,42
Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (o)	R\$ 5.294.980,07	R\$ 1.526.714,44	R\$ 6.821.694,51
Despesa Financiada por Superávit Financeiro - RPPS Superavitário (p)	R\$ 24.488,01	R\$ 0,00	R\$ 24.488,01



RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
RESULTADO DA EXECUÇÃO AJUSTADO (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (q) = n + o - p	R\$ 18.140.381,93	-R\$ 4.859.203,01	R\$ 13.281.178,92

Relatório Contas de Governo>Anexo: Receita > Quadro: Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita Relatório Contas de Governo > Anexo: Despesa > Quadro: Despesa por Categoria Econômica APLIC > UG: Prefeitura > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiado por Superávit Financeiro (Dados consolidados do ente)

Quadro 4.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado

RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Receitas (exceto intraorçamentárias) (a)	R\$ 1.696.191,96	R\$ 0,00	R\$ 1.696.191,96
Receitas (Intraorçamentárias) (b)	R\$ 1.822.525,46	R\$ 0,00	R\$ 1.822.525,46
TOTAL RECEITAS (c) = a + b	R\$ 3.518.717,42	R\$ 0,00	R\$ 3.518.717,42
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (d)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL RECEITA AJUSTADA (e) = c + d	R\$ 3.518.717,42	R\$ 0,00	R\$ 3.518.717,42
DESPESA EMPENHADA	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Despesas (exceto intraorçamentárias) (f)	R\$ 458.150,33	R\$ 0,00	R\$ 458.150,33
Despesas (intraorçamentárias) (g)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESAS (h) = f + g	R\$ 458.150,33	R\$ 0,00	R\$ 458.150,33
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício superavitário (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (i)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (j)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESA AJUSTADA (k) = h + i + j	R\$ 458.150,33	R\$ 0,00	R\$ 458.150,33
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO (Conforme itens 5 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (l) = e - k	R\$ 3.060.567,09	R\$ 0,00	R\$ 3.060.567,09
Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (m)	R\$ 24.488,01	R\$ 0,00	R\$ 24.488,01



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AJUSTADO (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (n) = l + m	R\$ 3.085.055,10	R\$ 0,00	R\$ 3.085.055,10

APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro - Total da Receita Realizada. APLIC > UG: RPPS > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiado por Superávit Financeiro. APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro - Total Empenhado.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (i)
Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - inclusive RPPS										
00	Recursos Ordinários	R\$ 25.032.577,11	R\$ 0,00	R\$ 22.884.805,11	R\$ 0,00	R\$ 2.147.772,00	R\$ 4.689.548,37	R\$ 0,00	R\$ 6.837.320,37	R\$ 8.358.184,59
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 8.495.522,19	R\$ 0,00	R\$ 6.828.099,32	R\$ 0,00	R\$ 1.667.422,87	R\$ 517.528,13	R\$ 0,00	R\$ 2.184.951,00	R\$ 2.470.070,44
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 13.252.516,11	R\$ 0,00	R\$ 13.180.857,64	R\$ 0,00	R\$ 71.658,47	R\$ 376.939,16	R\$ 0,00	R\$ 448.597,63	R\$ 546.998,96
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 473.851,57	R\$ 0,00	R\$ 503.192,18	R\$ 0,00	-R\$ 29.340,61	R\$ 259.358,60	R\$ 0,00	R\$ 230.017,99	R\$ 359.541,44
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 11.896,12	R\$ 0,00	R\$ 8.931,06	R\$ 0,00	R\$ 2.965,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.965,06	R\$ 6.206,61
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 46.812,16	R\$ 0,00	R\$ 37.191,84	R\$ 0,00	R\$ 9.620,32	R\$ 15.903,44	R\$ 0,00	R\$ 25.523,76	R\$ 25.532,65



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (i)
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 6.014.795,33	R\$ 0,00	R\$ 5.295.095,83	R\$ 0,00	R\$ 719.699,50	R\$ 196.995,58	R\$ 0,00	R\$ 916.695,08	R\$ 732.332,12
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 1.419.833,77	R\$ 0,00	R\$ 1.415.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.833,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.833,77	R\$ 6.408,83
22	Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	R\$ 262.266,67	R\$ 0,00	R\$ 33.302,83	R\$ 0,00	R\$ 228.963,84	R\$ 7.856,00	R\$ 0,00	R\$ 236.819,84	R\$ 279.324,92
24	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 401.728,63	R\$ 0,00	R\$ 270,44	R\$ 0,00	R\$ 401.458,19	R\$ 270,44	R\$ 0,00	R\$ 401.728,63	R\$ 499.077,65
26	Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.113,95



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (i)
27	Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	R\$ 11.133,24	R\$ 0,00	R\$ 393,38	R\$ 0,00	R\$ 10.739,86	R\$ 37,38	R\$ 0,00	R\$ 10.777,24	R\$ 31.713,76
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 172.696,81	R\$ 0,00	R\$ 282.893,46	R\$ 0,00	-R\$ 110.196,65	R\$ 120.639,71	R\$ 0,00	R\$ 10.443,06	R\$ 158.283,72
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 1.364.962,52	R\$ 0,00	R\$ 1.339.579,58	R\$ 0,00	R\$ 25.382,94	R\$ 284.990,03	R\$ 0,00	R\$ 310.372,97	R\$ 347.766,98
33	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 8.391,37	R\$ 0,00	R\$ 163.419,43	R\$ 0,00	-R\$ 155.028,06	R\$ 163.419,43	R\$ 0,00	R\$ 8.391,37	R\$ 382.031,45
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 546.516,80	R\$ 0,00	R\$ 440.856,94	R\$ 0,00	R\$ 105.659,86	R\$ 10.728,77	R\$ 0,00	R\$ 116.388,63	R\$ 147.983,01
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 40.121,14	R\$ 0,00	R\$ 69.435,51	R\$ 0,00	-R\$ 29.314,37	R\$ 41.204,50	R\$ 0,00	R\$ 11.890,13	R\$ 11.890,13



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (i)
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.963.831,02	R\$ 0,00	R\$ 1.049.067,59	R\$ 0,00	R\$ 914.763,43	R\$ 111.786,96	R\$ 0,00	R\$ 1.026.550,39	R\$ 1.478.698,30
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 148.952,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 148.952,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 148.952,00	R\$ 155.902,00
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 3.265.822,05	R\$ 0,00	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00	R\$ 3.013.209,76	R\$ 17.495,74	R\$ 0,00	R\$ 3.030.705,50	R\$ 26.392.696,32
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 252.895,37	R\$ 0,00	R\$ 205.538,04	R\$ 0,00	R\$ 47.357,33	R\$ 6.992,27	R\$ 0,00	R\$ 54.349,60	R\$ 540.266,97
82	Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/ Saúde/ Assist. Social)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 52.737,48
92	Alienação de Bens	R\$ 347.960,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 347.960,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 347.960,00	R\$ 348.616,99



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (i)
		R\$ 63.535.081,98	R\$ 0,00	R\$ 53.990.542,47	R\$ 0,00	R\$ 9.544.539,51	R\$ 6.821.694,51	R\$ 0,00	R\$ 16.366.234,02	R\$ 43.334.379,27
		R\$ 63.535.081,98	R\$ 0,00	R\$ 53.990.542,47	R\$ 0,00	R\$ 9.544.539,51	R\$ 6.821.694,51	R\$ 0,00	R\$ 16.366.234,02	R\$ 43.334.379,27

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 4.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária (a)	Despesa Orçamentária (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (e) = c + d	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (f)
Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS							
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 3.265.822,05	R\$ 252.612,29	R\$ 3.013.209,76	R\$ 17.495,74	R\$ 3.030.705,50	R\$ 26.392.696,32
53	Recursos da Taxa de Administração	R\$ 252.895,37	R\$ 205.538,04	R\$ 47.357,33	R\$ 6.992,27	R\$ 54.349,60	R\$ 540.266,97
		R\$ 3.518.717,42	R\$ 458.150,33	R\$ 3.060.567,09	R\$ 24.488,01	R\$ 3.085.055,10	R\$ 26.932.963,29
>>>>	>>>>	R\$ 3.518.717,42	R\$ 458.150,33	R\$ 3.060.567,09	R\$ 24.488,01	R\$ 3.085.055,10	R\$ 26.932.963,29

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Anexo 5 - RESTOS A PAGAR

Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2019	R\$ 4.686,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.686,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2020	R\$ 1.139.714,96	R\$ 0,00	-R\$ 6,52	R\$ 310.768,55	R\$ 827.219,89	R\$ 1.720,00
2021	R\$ 0,00	R\$ 5.679.324,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.679.324,50
	R\$ 1.144.401,87	R\$ 5.679.324,50	-R\$ 6,52	R\$ 315.455,46	R\$ 827.219,89	R\$ 5.681.044,50
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2020	R\$ 145.807,64	R\$ 0,00	R\$ 6,52	R\$ 145.807,64	R\$ 0,00	R\$ 6,52
2021	R\$ 0,00	R\$ 195.463,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 195.463,75
	R\$ 145.807,64	R\$ 195.463,75	R\$ 6,52	R\$ 145.807,64	R\$ 0,00	R\$ 195.470,27
TOTAL	R\$ 1.290.209,51	R\$ 5.874.788,25	R\$ 0,00	R\$ 461.263,10	R\$ 827.219,89	R\$ 5.876.514,77

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 111 e 1135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
00 - Recursos Ordinários / não vinculados (I)	R\$ 9.967.999,61	R\$ 6,52	R\$ 107.456,24	R\$ 1.720,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.858.816,85	R\$ 1.500.632,26	R\$ 8.358.184,59
	R\$ 9.967.999,61	R\$ 6,52	R\$ 107.456,24	R\$ 1.720,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.858.816,85	R\$ 1.500.632,26	R\$ 8.358.184,59
RECURSOS VINCULADOS									
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 4.927.405,33	R\$ 0,00	R\$ 9.493,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.917.912,31	R\$ 2.447.841,87	R\$ 2.470.070,44
18, 19, 31 - Transferências do FUNDEB	R\$ 2.153.740,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.153.740,95	R\$ 1.415.000,00	R\$ 738.740,95
15, 22, 25, 32 - Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 750.475,80	R\$ 0,00	R\$ 69.081,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 681.394,33	R\$ 42.527,97	R\$ 638.866,36
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 686.977,10	R\$ 0,00	R\$ 93,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 686.883,41	R\$ 139.884,45	R\$ 546.998,96



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 111 e 1135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
12, 14, 23, 26, 41, 42, 44, 45, 46, 47 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 1.845.710,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.845.710,78	R\$ 61.013,52	R\$ 1.784.697,26
21, 27, 29, 33, 43 - Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 627.437,12	R\$ 0,00	R\$ 356,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 627.081,12	R\$ 43.162,06	R\$ 583.919,06
92 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos	R\$ 348.616,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 348.616,99	R\$ 0,00	R\$ 348.616,99
16, 17, 24, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 72, 82, 93, 94 - Outros Recursos Vinculados	R\$ 940.304,05	R\$ 0,00	R\$ 332,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 939.971,37	R\$ 8.650,00	R\$ 931.321,37
	R\$ 12.280.668,12	R\$ 0,00	R\$ 79.356,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.201.311,26	R\$ 4.158.079,87	R\$ 8.043.231,39
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 22.248.667,73	R\$ 6,52	R\$ 186.813,10	R\$ 1.720,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.060.128,11	R\$ 5.658.712,13	R\$ 16.401.415,98

APLIC> UG: Prefeitura> LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 111 e 1135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS									
50, 52, 53, 54 - Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	R\$ 57.032,99	R\$ 0,00	R\$ 8.650,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.382,34	R\$ 8.708,37	R\$ 39.673,97
	R\$ 57.032,99	R\$ 0,00	R\$ 8.650,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.382,34	R\$ 8.708,37	R\$ 39.673,97
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 57.032,99	R\$ 0,00	R\$ 8.650,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.382,34	R\$ 8.708,37	R\$ 39.673,97

APLIC> UG: RPPS > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 111 e 1135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
00 - Recursos Ordinários / não vinculados (I)	R\$ 11.904,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.904,00	R\$ 11.904,00	R\$ 0,00
	R\$ 11.904,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.904,00	R\$ 11.904,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 11.904,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.904,00	R\$ 11.904,00	R\$ 0,00

APLIC > UG: Câmara > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro



Quadro 5.5 - [AUXILIAR] - Disponibilidade Caixa e Restos a Pagar - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO (R\$)	PODER LEGISLATIVO (R\$)	CONSOLIDADO - EXCETO RPPS (R\$)
Disponibilidade Bruta -- Exceto RPPS	R\$ 22.248.667,73	R\$ 11.904,00	R\$ 22.260.571,73
Demais Obrigações Financeiras - Exceto RPPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RP Processados - Ex. Anteriores	R\$ 6,52	R\$ 0,00	R\$ 6,52
RP Processados do Exercício	R\$ 186.813,10	R\$ 0,00	R\$ 186.813,10
Total RP Processados	R\$ 186.819,62	R\$ 0,00	R\$ 186.819,62
RP não Processados - Ex. Anteriores	R\$ 1.720,00	R\$ 0,00	R\$ 1.720,00
RP não Processados do Exercício	R\$ 5.658.712,13	R\$ 11.904,00	R\$ 5.670.616,13
Total RP Não Processados	R\$ 5.660.432,13	R\$ 11.904,00	R\$ 5.672.336,13

Relatório Contas de Governo>Anexo: Restos a Pagar> Quadro: Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)
Relatório Contas de Governo>Anexo: Restos a Pagar> Quadro: Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar Poder Legislativo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)



Anexo 6 - DÍVIDA PÚBLICA

Quadro 6.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 22.148.210,34	R\$ 11.904,00	R\$ 22.160.114,34
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 5.814.207,98	R\$ 11.904,00	R\$ 5.826.111,98
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 16.334.002,36	R\$ 0,00	R\$ 16.334.002,36

Relatório Contas de Governo> Anexo: Dívida> Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) – Exceto RPPS



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 6.2 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
00 - Recursos Ordinários	R\$ 9.867.542,22	R\$ 1.576.771,25	R\$ 8.290.770,97	R\$ 11.904,00	R\$ 11.904,00	R\$ 0,00
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 4.927.405,33	R\$ 2.457.334,89	R\$ 2.470.070,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 686.977,10	R\$ 139.978,14	R\$ 546.998,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 471.150,88	R\$ 111.609,44	R\$ 359.541,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 6.539,29	R\$ 332,68	R\$ 6.206,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 25.532,65	R\$ 0,00	R\$ 25.532,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 732.332,12	R\$ 0,00	R\$ 732.332,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 1.421.408,83	R\$ 1.415.000,00	R\$ 6.408,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22 - Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	R\$ 279.324,92	R\$ 0,00	R\$ 279.324,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 499.077,65	R\$ 0,00	R\$ 499.077,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26 - Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	R\$ 2.113,95	R\$ 0,00	R\$ 2.113,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27 - Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	R\$ 32.069,76	R\$ 356,00	R\$ 31.713,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 201.445,78	R\$ 43.162,06	R\$ 158.283,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30 - Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 356.416,98	R\$ 8.650,00	R\$ 347.766,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
33 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 382.031,45	R\$ 0,00	R\$ 382.031,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 147.983,01	R\$ 0,00	R\$ 147.983,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43 - Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 11.890,13	R\$ 0,00	R\$ 11.890,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.539.711,82	R\$ 61.013,52	R\$ 1.478.698,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
47 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 155.902,00	R\$ 0,00	R\$ 155.902,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82 - Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/ Saúde/ Assist. Social)	R\$ 52.737,48	R\$ 0,00	R\$ 52.737,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92 - Alienação de Bens	R\$ 348.616,99	R\$ 0,00	R\$ 348.616,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
	R\$ 22.148.210,34	R\$ 5.814.207,98	R\$ 16.334.002,36	R\$ 11.904,00	R\$ 11.904,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 22.148.210,34	R\$ 5.814.207,98	R\$ 16.334.002,36	R\$ 11.904,00	R\$ 11.904,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes – Acumulado até o mês de dezembro.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
50 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 26.392.696,32	R\$ 0,00	R\$ 26.392.696,32
53 - Recursos da Taxa de Administração	R\$ 557.625,99	R\$ 17.359,02	R\$ 540.266,97
	R\$ 26.950.322,31	R\$ 17.359,02	R\$ 26.932.963,29
TOTAL	R\$ 26.950.322,31	R\$ 17.359,02	R\$ 26.932.963,29

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes



Quadro 6.4 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 1.109.488,65
1. Dívida Mobiliária	R\$ 0,00
2. Dívida Contratual	R\$ 1.109.488,65
2.1. Empréstimos	R\$ 1.109.488,65
2.1.1. Internos	R\$ 1.109.488,65
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 0,00
2.3.1. Internos	R\$ 0,00
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 0,00
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 0,00
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	R\$ 0,00
4. Outras Dívidas	R\$ 0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 22.073.752,11
5. Disponibilidade de Caixa	R\$ 22.073.752,11
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 22.260.571,73
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 186.819,62
6. Demais Haveres	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)	-R\$ 20.964.263,46
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 59.208.925,62
% da DC sobre a RCL Ajustada	1,87%
% da DCL sobre a RCL Ajustada	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 71.050.710,74
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 0,00
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 28.472.088,39
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 0,00
DEPÓSITOS CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	R\$ 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 5.672.336,13



Descrição	Valor R\$
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição) > Aba: Dívida Consolidada Líquida.
APLIC > Informes Mensais > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição) > Aba: Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada.

Quadro 6.5 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 674.447,28
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 85.418,09
TOTAL	R\$ 759.865,37
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 59.208.925,62
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada <11,5% RCL>	1,28%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária

Quadro 6.6 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 0,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art.29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
TOTAL (II)	R\$ 0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 59.208.925,62
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 0,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI)=V / III x 100	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 9.473.428,09



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90%x16% RCL>	R\$ 8.526.085,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 35.525.355,37

APLIC > Informes Mensais > Dívida Pública



Anexo 7 - EDUCAÇÃO

Quadro 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 6.809.265,55
IPTU – Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 571.740,25
ITBI – Imposto s/ Transmissão de Bens “Inter Vivos” (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 1.995.708,92
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 2.695.963,97
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 1.156.891,09
ITR – Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 16.259,56
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 329.303,23
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 43.398,53
Transferências (II)	R\$ 43.908.454,06
Cota – Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, “b”, da CF/88)	R\$ 8.887.458,97
Cota – Parte FPM – (Art. 159, I, “d”, da CF/88)	R\$ 389.548,18
Cota – Parte FPM – (Art. 159, I, “e”, da CF/88)	R\$ 344.106,43
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 31.236.072,42
ICMS - Desoneração (Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir)	R\$ 0,00
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 184.836,28
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 1.699.705,58
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 1.166.726,20
Cota - Parte IOF s/ Ouro – Imposto sobre Operações Financeiras (DA TCE-MT nº 16/2005)	0,00
Total da Receita base – MDE (III) = (I+II)	R\$ 50.717.719,61
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 12.679.429,90

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 7.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar do ensino em 31/12

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111 e 1135. Fonte 00. (A).	R\$ 8.773.109,62
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 00 (B)	R\$ 6,52
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 00 (C)	R\$ 107.456,24
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 00 (D)	R\$ 1.720,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função diferente de 12 (E)	R\$ 1.454.489,73
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 00 (H)	R\$ 0,00
(In)Disponibilidade Caixa Líquida da Fonte 00 para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fonte 00 e Função 12 (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	R\$ 7.209.437,13
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira na Fonte 00. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K=J-I)	R\$ 0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111 e 1135. Fonte 01. (L)	R\$ 4.927.405,33
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 01 (M)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 01 (N)	R\$ 9.493,02
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 01 (O)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 01. Função diferente de 12 (P)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 01. Função 12 Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (Q)	R\$ 37.857,14
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 01. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (R)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 01 (S)	R\$ 0,00
(In)Disponibilidade Caixa Líquida da Fonte 01 para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fonte 00 e Função 10 (T) = L-M-N-O-P-Q-R-S	R\$ 4.880.055,17
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 01. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (U).	R\$ 2.409.984,73
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira na Fonte 01. (V) (Se T<=0, V=U; (Se T>U, V=0, Se não V= U-T)	R\$ 0,00
Soma (X) = K + V	R\$ 0,00

APLIC Foram excluídos dos cálculos recursos recebidos em virtude da Pandemia - Detalhamento de fonte diferente de 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000

Quadro 7.3 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
-----------	-------------



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Total da Despesa MDE empenhada no exercício. Fonte de Recursos 00 - Recursos Ordinários e 01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação (MDE). Função 12 - Educação. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 Exceto elementos 01, 03, 91 e 97 (A)	R\$ 6.453.528,74
Restos a Pagar Não Processados de MDE, inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira. Fontes 00 e 01 (Conforme quadro 7.2) (B)	R\$ 0,00
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica). (C)	R\$ 0,00
Despesa Bruta da MDE (D) = (A-B+C)	R\$ 6.453.528,74
Receitas Recebidas do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros (E)	R\$ 7.434.629,10
Recursos Destinados ao Fundeb (F)	R\$ 8.597.990,88
Resultado Líquido das Transferências do Fundeb (G) = E - F	-R\$ 1.163.361,78
Despesas empenhadas com recursos do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros (H)	R\$ 6.710.095,83
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar MDE inscritos com disponibilidade de recursos vinculados à Educação. Fonte 00 e 01 Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367. Exceto elementos de despesa 01, 03, 91 e 97 (I)	R\$ 524,50
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (J) - Apêndice D	R\$ 33.160,53
Total dos recursos aplicados na MDE (K) = (D-G+H-I-J)	R\$ 14.293.301,32
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (L)	R\$ 50.717.719,61
Percentual aplicado na MDE (M) = (K/L) %	28,18%
Percentual mínimo de aplicação em MDE (N)	25%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (O) = (M-N)	3,18%
Situação (P)	REGULAR

APLIC Foram excluídos dos cálculos recursos recebidos em virtude da Pandemia - Detalhamento de fonte diferente de 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000



Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
Diversos conforme Apêndice D - Despesas que não se enquadram no ensino.	Diversos conforme Apêndice D - Despesas que não se enquadram no ensino.	Diversos conforme Apêndice D - Despesas que não se enquadram no ensino.	1) Diversos conforme Apêndice D. Despesas que não se enquadram no ensino. 2) Gêneros Alimentícios	R\$ 33.160,53

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Liquidações



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 7.5 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Liquidações



Quadro 7.6 - Receita do Fundeb

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Fundeb - Principal (1.7.5.8.01.1) Fontes 1.18 e 1.19 (A)	R\$ 7.381.022,64
Fundeb – Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.00.1.1.01.02). Fontes 1.18 e 1.19 (B)	R\$ 53.606,46
Total recursos recebidos do Fundeb e Rendimentos de Aplicação Financeira (C) = A + B	R\$ 7.434.629,10
Fundeb - Complementação da União – Principal (1.7.1.8.09.1). Fonte 1.31 (D)	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.00.1.1.01.02). Fonte 1.31 (E)	R\$ 0,00
Total recursos recebidos do Fundeb – Complementação União (F) = D + E	R\$ 0,00
Total de Recursos do Fundeb Disponíveis no Exercício (G) = C + F	R\$ 7.434.629,10

APLIC > Informes Mensais > Receita > Receita Orçamentária



Quadro 7.7 - Despesa do Fundeb

DESCRIÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Recursos do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos. Fontes 1.18 e 1.19 (A) = B+C+D	R\$ 6.513.100,25	R\$ 5.098.100,25	R\$ 5.098.100,25
1. Educação Infantil (365) (B)	R\$ 2.441.919,46	R\$ 2.441.919,46	R\$ 2.441.919,46
2. Ensino Fundamental (361) (C)	R\$ 4.071.180,79	R\$ 2.656.180,79	R\$ 2.656.180,79
3. Outras subfunções (D)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos do Fundeb – Complementação da União. Fonte 1.31 (E) = F+G+H	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) (F)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) (G)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções (H)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das despesas custeadas com recursos do Fundeb do exercício (I) = A+E	R\$ 6.513.100,25	R\$ 5.098.100,25	R\$ 5.098.100,25
Recursos do Superávit Financeiro do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos. Fontes 3.18 e 3.19 (J) = K+L+M	R\$ 196.995,58	R\$ 196.995,58	R\$ 196.995,58
1. Educação Infantil (365) (K)	R\$ 145.288,72	R\$ 145.288,72	R\$ 145.288,72
2. Ensino Fundamental (361) (L)	R\$ 51.706,86	R\$ 51.706,86	R\$ 51.706,86
3. Outras subfunções (M)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos do Superávit Financeiro do Fundeb – Complementação da União. Fonte 3.31. (N) = O+P+Q	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) (O)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) (P)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções (Q)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das despesas custeadas com recursos do Fundeb (R) = J+N	R\$ 196.995,58	R\$ 196.995,58	R\$ 196.995,58



Quadro 7.8 - Indicadores do Fundeb

Indicador	Valor Aplicado (R\$)	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, letra "e", XI. Fontes 18, 19 e 31. Função 12. Subfunções 361 e 365. Natureza de despesa 1. (Mínimo 70%) (A)	R\$ 5.098.100,25	R\$ 7.434.629,10	68,57%	IRREGULAR
Aplicação da complementação da União em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, letra "e", XI). Fonte 31. Função 12. Categoria Econômica 4 (Mínimo 15%) (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR
Aplicação da complementação da União na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 31. Subfunção 365. (Mínimo de 50%) (C)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR



Anexo 8 - SAÚDE

Quadro 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 6.809.265,55
IPTU – Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 571.740,25
ITBI – Imposto s/ Transmissão de Bens “Inter Vivos” (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 1.995.708,92
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 2.695.963,97
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 1.156.891,09
ITR – Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 16.259,56
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 329.303,23
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 43.398,53
Transferências (II)	R\$ 43.174.799,45
Cota – Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, “b”, da CF/88)	R\$ 8.887.458,97
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 1.699.705,58
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 1.166.726,20
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 31.236.072,42
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 184.836,28
ICMS - Desoneração (Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 9º da LC 141/2012)	R\$ 0,00
Total da Receita base – ASPS (III) = (I+II)	R\$ 49.984.065,00
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 7.497.609,75

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 8.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento dos Restos a Pagar das ASPS em 31/12

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111 e 1135. Fonte 00. (A).	R\$ 8.773.109,62
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 00 (B)	R\$ 6,52
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 00 (C)	R\$ 107.456,24
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 00 (D)	R\$ 1.720,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função diferente de 10 e Função 10 com Elementos 01, 03, 91 e 97 (E)	R\$ 1.454.489,73
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 00 (F)	R\$ 0,00
(In)Disponibilidade Caixa Líquida da Fonte 00 para pagamento dos Restos a Pagar ASPS Não Processados do exercício. Fonte 00 e Função 10 (G) = A-B-C-D-E-F	R\$ 7.209.437,13
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função 10. Exceto Elementos 01, 03, 91 e 97 (H)	R\$ 0,00
Restos a Pagar ASPS Processados e não pagos, sem disponibilidade financeira na Fonte de Recursos 00. (I) (Se G<=0, I=H; (Se G>H, I=0, Se não I= H-G))	R\$ 0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111 e 1135. Fonte 02 (J)	R\$ 686.977,10
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 02. (K)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 02. (L)	R\$ 93,69
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 02 (M)	R\$ 0,00
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 02. Função diferente de 10 e Função 10 com Elementos 01, 03, 91 e 97 (N)	R\$ 5.500,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 02 (O)	R\$ 0,00
(In)Disponibilidade Caixa Líquida da Fonte 00 para pagamento dos Restos a Pagar ASPS Não Processados do exercício. Fonte 02 e Função 10 (P) = J-K-L-M-N-O	R\$ 681.383,41
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 02. Função 10. Exceto Elementos 01, 03, 91 e 97 (Q)	R\$ 134.384,45
Restos a Pagar ASPS Processados e não pagos, sem disponibilidade financeira na Fonte de Recursos 02. (R) (Se P<=0, R=Q; (Se P>Q, R=0, Se não R= Q-P))	R\$ 0,00
Soma (S) = I + R	R\$ 0,00

APLIC Foram excluídos dos cálculos recursos recebidos em virtude da Pandemia - Detalhamento de fonte diferente de 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000

Quadro 8.3 - Cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (art.198 CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Total da Despesa Empenhada na Função 10 – Saúde. (Fonte/destinação de Recursos 00 e 02) (A)	R\$ 14.834.737,62
Despesas Empenhadas no exercício ref. às amortizações e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas exclusivamente para o financiamento de ASPS, Naturezas de Despesas 2 e 6 da Função 28 nas Fontes de Recursos 00 e 02. (Verificação pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Despesas Empenhadas no exercício ref. ao Saneamento Básico, observadas as condicionantes descritas nos incisos VI e VII da LC 141/2012, executadas na Função 17 nas Fontes de Recursos 00 e 02. (Verificação pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Restos a Pagar Processados e Não Processados da Saúde inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira (Conforme Quadro 8.2) (D)	R\$ 0,00
Outras Despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS, mas classificadas em outras Funções e/ou Fontes de Recursos (Inclusão pela Equipe Técnica) (E)	R\$ 0,00
Despesa Bruta com as ASPS (F) = (A+B+C-D+E)	R\$ 14.834.737,62
Despesas Empenhadas na Função 10. Fonte 00 e 02. Nos Elementos de Despesas 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 113.202,92
Despesas Empenhadas na Função 10, com Detalhamento de Fontes 070000, 071000, 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000. Fonte/destinação de Recursos 00 e 02. (H)	R\$ 900.000,00
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar da ASPS inscritos, com Disponibilidade de recursos vinculados à Saúde. Função 10 e Fonte/destinação de Recursos 00 e 02. Nos Elementos de despesa diferentes 01, 03, 91 e 97. (I)	R\$ 1.473,86
Despesas Empenhadas de amortizações e encargos financeiros decorrentes de operações de crédito, e/ou de Saneamento Básico classificados indevidamente na Função 10 fontes de recursos 00 e 02. (Verificação pela Equipe Técnica) (J)	R\$ 0,00
Outras Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (K)	R\$ 0,00
Total dos recursos aplicados nas ASPS (L) = (F-G-H-I-J-K)	R\$ 13.820.060,84
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (M)	R\$ 49.984.065,00
Percentual aplicado nas ASPS (N) = (L/M) %	27,64%
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (O)	15%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (P) = (N-O)	12,64%
Situação (Q)	REGULAR

APLIC APLIC Foram excluídos dos cálculos recursos recebidos em virtude da Pandemia - Detalhamento de fonte diferente de 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 8.5 - Despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS classificadas em outras Funções

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos



Anexo 9 - PESSOAL

Quadro 9.1 - Gastos com Pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R\$ 27.269.812,10	R\$ 3.312,73
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 20.388.515,80	R\$ 3.312,73
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 6.628.684,01	R\$ 0,00
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00
2.5 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 27.017.199,81	R\$ 3.312,73
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)	R\$ 27.020.512,54	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Legislativo (Arts. 18 a 22 LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 1.141.957,52	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 1.141.957,52	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 1.141.957,52	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)	R\$ 1.141.957,52	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP - (Antes da Dedução do IRRF (I))	R\$ 27.020.512,54	R\$ 25.878.555,02	R\$ 1.141.957,52
RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)	R\$ 59.208.925,62		
% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100	45,63%	43,70%	1,92%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 27.269.812,10	R\$ 3.312,73	R\$ 26.127.854,58	R\$ 3.312,73	R\$ 1.141.957,52	R\$ 0,00
1. Pessoal Ativo	R\$ 20.388.515,80	R\$ 3.312,73	R\$ 19.246.558,28	R\$ 3.312,73	R\$ 1.141.957,52	R\$ 0,00
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 15.305.405,20	R\$ 3.312,73	R\$ 14.343.935,49	R\$ 3.312,73	R\$ 961.469,71	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 2.251.819,09	R\$ 0,00	R\$ 2.071.331,28	R\$ 0,00	R\$ 180.487,81	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe - Contratação de OSCIP e Cooperativas - dotação: 3390.39.79 e 3390.37 Apêndice F	R\$ 2.831.291,51	R\$ 0,00	R\$ 2.831.291,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 219.554,59	R\$ 0,00	R\$ 219.554,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 33.057,70	R\$ 0,00	R\$ 33.057,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):	R\$ 6.628.684,01	R\$ 0,00	R\$ 6.628.684,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
5.1 Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: 319001, 319003, (Somente RPPS e Fonte igual a 50, 51, 52, 53, 54)	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00	R\$ 252.612,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.5 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 27.017.199,81	R\$ 3.312,73	R\$ 25.875.242,29	R\$ 3.312,73	R\$ 1.141.957,52	R\$ 0,00
DTP	R\$ 27.020.512,54		R\$ 25.878.555,02		R\$ 1.141.957,52	

APLIC > Informes Mensais > LRF > Despesa com Pessoal (Preliminar)



Anexo 10 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 6.562.385,06
Impostos	R\$ 5.767.246,77
IPTU	R\$ 628.332,87
IRRF	R\$ 1.066.938,90
ITBI	R\$ 1.468.018,68
ISSQN	R\$ 2.603.956,32
TAXAS	R\$ 423.847,35
Contribuição de Melhoria	R\$ 371.290,94
Transferências da União	R\$ 8.110.386,53
FPM	R\$ 7.216.021,52
Transf. ITR	R\$ 894.365,01
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 22.916.146,73
ICMS	R\$ 21.934.310,64
IPVA	R\$ 866.795,04
IPI (Exportação)	R\$ 97.758,71
CIDE	R\$ 17.282,34
TOTAL GERAL	R\$ 37.588.918,32
População do Município	8.182
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 2.631.224,28
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 2.376.408,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.666.160,96

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

Quadro 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 2.376.408,00	R\$ 37.588.918,32	6,32%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.666.160,96	R\$ 37.588.918,32	4,43%	7,00%	REGULAR
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 1.141.957,52	R\$ 2.376.408,00	48,05%	70%	REGULAR
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 1.141.957,52	R\$ 59.208.925,62	1,92%	6%	REGULAR



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura – Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo – Pessoal - Quadro - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)



Anexo 11 - METAS FISCAIS

Quadro 11.1 - Resultado Primário e Nominal

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITA ARRECADADA (R\$) (a)	
Receitas Primárias Correntes	R\$ 60.168.417,40	
Receitas Primárias de Capital	R\$ 807.556,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I)	R\$ 60.975.973,40	
DESPESA PRIMÁRIA	DESPESA PAGA (R\$) (b)	RESTOS A PAGAR PAGOS (R\$) (c)
Despesas Primárias Correntes	R\$ 43.623.709,89	R\$ 165.101,00
Despesas Primárias de Capital	R\$ 1.909.653,48	R\$ 296.162,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	R\$ 45.533.363,37	R\$ 461.263,10
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (III)=(I-IIb-IIc)	R\$ 14.981.346,93	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021 - Valor Corrente	R\$ 212.341,00	
JUROS NOMINAIS	VALOR (R\$)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	R\$ 408.720,05	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	R\$ 85.418,09	
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (VI) = III + (IV - V)	R\$ 15.304.648,89	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021- Valor Corrente	R\$ 553.086,00	

APLIC



Anexo 12 - COVID

Quadro 12.1 - Recursos Recebidos para enfrentamento da pandemia da Covid-19

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Valor Arrecadado (R\$)
-	Mitigação dos efeitos financeiros	-
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
-	Enfrentamento da pandemia	-
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavirus	R\$ 0,00
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavirus	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 58.861,54
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00
-	Outras ações emergenciais	-
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 0,00

APLIC

Quadro 12.2 - Recursos Aplicados para enfrentamento da pandemia da Covid-19

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 462.319,11	R\$ 430.750,41	R\$ 430.750,41
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 437.680,89	R\$ 437.680,89	R\$ 437.680,89
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavirus	R\$ 90.679,38	R\$ 90.679,38	R\$ 90.679,38
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavirus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 37.543,19	R\$ 23.530,69	R\$ 23.530,69
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
>>>>>	TOTAL RECURSOS APLICADOS	R\$ 1.028.222,57	R\$ 982.641,37	R\$ 982.641,37

APLIC



Quadro 12.3 - Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia e/ou mitigação dos efeitos financeiros

Fonte	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia da Covid-19 e/ou mitigação de seus efeitos financeiros				
00	Recursos Ordinários	R\$ 193.880,00	R\$ 193.880,00	R\$ 193.880,00
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 3.531.228,29	R\$ 3.531.228,29	R\$ 3.531.228,29
		R\$ 3.725.108,29	R\$ 3.725.108,29	R\$ 3.725.108,29
>>>>>	TOTAL	R\$ 3.725.108,29	R\$ 3.725.108,29	R\$ 3.725.108,29

APLIC

Quadro 12.4 - Ações para enfrentamento da Pandemia Covid-19

Código Proj/Ativ	Projeto / Atividade (Ação)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Utilização de Recursos para enfrentamento da pandemia da Covid-19				
20950	COVID - Acoes de Enfrentamento ao COVID19- no SUS	R\$ 4.742.854,21	R\$ 4.697.273,01	R\$ 4.697.273,01
20960	COVID - Acoes de Enfrentamento ao COVID19- no SUAS	R\$ 10.476,65	R\$ 10.476,65	R\$ 10.476,65
		R\$ 4.753.330,86	R\$ 4.707.749,66	R\$ 4.707.749,66
>>>>>	TOTAL	R\$ 4.753.330,86	R\$ 4.707.749,66	R\$ 4.707.749,66

APLIC



Anexo 13 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

Quadro 13.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa/Receita (d) %
R\$ 62.727.525,98	R\$ 45.653.517,21	R\$ 1.143.551,81	74,60%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos) Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

APÊNDICE - A

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 07.209.245/0001-72

Lei nº 731 de 13 de outubro de 2020.

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a presente Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda com o disposto no art. 133, § 2º da Lei Orgânica do Município e no que couber, as disposições contidas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 as diretrizes orçamentárias para o ano de 2021, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída a Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, a Câmara Municipal de Vereadores o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Ipiranga do Norte – IPIRANGAPREVI e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ipiranga do Norte, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - as metas fiscais e os riscos fiscais;
- III - a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

Art. 2º. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2021 são as especificadas neste artigo e no documento “Anexo de Metas e Prioridades para 2021”, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2021, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual dos demonstrativos fiscais 11ª edição aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional através da Portaria Interministerial nº 375, de 08 de julho de 2020.

§ 2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021 será dada maior prioridade:

- I - às políticas de inclusão;
- II - ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
- III – ao atendimento à sociedade em ações de saúde;
- IV - à austeridade na gestão dos recursos públicos;
- V – à promoção do desenvolvimento do ensino público;
- VI - à promoção do desenvolvimento urbano;

§ 4º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto no art. 212 da Constituição e art. 151 na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

§ 6º. Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio dos Conselhos Municipais, e comunidade em geral.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 07.209.245/0001-72

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º A Lei Orçamentária compor-se-á de:

- I - Orçamento Fiscal;
- II – Orçamento da Seguridade Social;

Art. 4º O projeto de Lei orçamentária do Município de Ipiranga do Norte relativo ao exercício de 2021 deve assegurar os princípios de justiça social, de controle social e de transparência na elaboração e execução do Orçamento, observado o seguinte:

- I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões, bem como combater a exclusão social;
- II - o princípio de controle social implica assegurar à todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e
- III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 5º Para efeito desta lei entende-se por:

- I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
- II - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- III - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- IV - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

V - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob à forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

IX – Categorias Econômicas: classificação da despesa quanto a sua finalidade se correntes ou de capital.

Despesas correntes: Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, (despesas de manutenção).

Despesas de Capital: Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

X - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades;

XI – Grupos de natureza de despesas: a agregação de elementos de despesas que apresentam as mesmas características quanto ao objeto do gasto;

XII – Elemento de Despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortizações e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

XIII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de créditos orçamentários; e

XIV - conveniente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, e as entidades privadas, com os quais a Administração Federal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social; e

XV - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Os projetos, as atividades e as operações especiais serão desdobrados de acordo com o plano de trabalho das secretarias municipais de governo, priorizando as necessidades da comunidade.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 6º As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos e atividades de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

Art. 7º. O Orçamento Fiscal, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 8º O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por função, subfunção, programa, projeto atividade e operação especial, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999 e 163/2001, e de acordo com as orientações dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público –Procedimentos contábeis Orçamentários, obedecerá ao estabelecido no art. 22 da Lei 4.320/64 e no que couber o art. 5º da



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I - Despesas correntes - 3; e

II - Despesas de capital - 4.

§ 2º Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV – investimentos - 4;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º Na especificação das modalidades de aplicação será observado, disposto na Portaria Interministerial da STN/SOF nº 163, de 04/05/2001 e suas alterações.

§ 4º A Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos regulamentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso – TCE/MT.

I - O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras fontes de recursos para atender às suas peculiaridades, além daquelas determinadas no § 4º deste artigo;

II - As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e

III - Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 5º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 07.209.245/0001-72

§ 6º Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas exclusivamente pela Secretaria Especial de Coordenação Geral, com as devidas justificativas.

§ 7º A reserva de contingência prevista no art. 40 desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas.

Art. 9º - A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º. A vedação contida no art. 167, inciso VI, da Constituição, não impede, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1 deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação a que se refere o art. 10, § 3, desta Lei.

Art. 10. A Lei Orçamentária reservará dotações destinadas:

I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e

II - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

III - a alocação de recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de forma a evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, da Lei



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

nº 11.494, de 20 de Junho de 2007; e posteriores alterações legais; inclusive de recursos a título de contrapartida municipal, caso seja detectado déficit financeiro para atendimento do número integral de matrículas;

IV – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde , bem como das ações e serviços públicos de saúde de forma a evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Educação , de forma a evidenciar o cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal.

VI – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social e Idoso cuja aplicação de recursos não é descentralizada, a contabilização distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos.

VII – a alocação de recursos para a manutenção do Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Investimentos Sociais, a cuja aplicação de recursos não é descentralizada, a contabilização distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos.

IX – a pagamento de despesas com o Fundo Municipal de Segurança Pública dentro outras ações de parcerias junto a policia militar no município.

X – a pagamento de despesa para manutenção da parceria entre o Município e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, onde a forma adotada é a cessão do espaço físico, para que os munícipes tenham acesso aos serviços de postagem.

XI – a pagamento de despesas de manutenção do consórcio público de saúde, como medida de atendimento ambulatorial para os munícipes e consorcio intermunicipal de desenvolvimento econômico;

Art. 11. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:

I - mensagem;

II – texto da lei;



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

Parágrafo Único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento;

II - evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;

III - demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas

IV - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;

V - resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas;

VI - despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de;

VII - programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, sub-funções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

VIII - despesas orçamentárias por funções, sub-funções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

IX - despesas orçamentárias por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo;

Art. 12. A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2017 a 2019 e previsão para 2021 a 2023;

II - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária;

III - reserva de contingência;

IV - montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

§ 1º. Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 2º. Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

Art. 13. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Administração e Finanças do Município, até 15 de outubro de 2020, suas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 14. A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.

Art. 15. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2021 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 16. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo do Anexo de Metas Fiscais - tabela 8, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Se a previsão referida no *caput* não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2021, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos no inciso II, do art. 14, da referida Lei Complementar.

Art. 17. Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.

Art. 18. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 19. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado definida no Demonstrativo do Anexo



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

de Metas Fiscais - tabela 8, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o Inciso II, do art. 5º, da mesma Lei Complementar.

Art. 20. Será incluída no projeto da Lei Orçamentária a previsão de recursos decorrentes de operações de crédito e de convênios com outras esferas de Governo.

Art. 21. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.

Art. 22. Não poderão ser programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 23. O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de até 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 24. É permitida a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais de dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

Parágrafo único. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere, nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 25. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a título de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- II - sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais da educação básica;
- III - sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;
- IV - sejam entidades culturais e comunitárias, sem fins lucrativos, que prestam serviços em atividades culturais, tendo como objetivos o desenvolvimento e a divulgação da cultura em geral, e outras atividades afins;
- V - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT e no art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.
- VI - cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;
- VII - consórcios públicos legalmente instituídos;
- VIII - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público.

§ 1º. Os repasses de recursos serão efetivados mediante termos de parcerias, nos moldes da Lei Federal 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e suas alterações, combinados com o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

§ 2º. Para se habilitar ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular,



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

emitida no exercício de 2020.

§ 3º. Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 4º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo termo de parceria.

§ 5º. O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas que o Município for associado.

Art. 26. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

Art. 27. O Poder Executivo emitirá, como anexo à Lei Orçamentária, relação das entidades que no exercício financeiro de 2021, poderão vir a ser beneficiadas por Subvenção Social, Contribuição e/ou Auxílio.

Parágrafo Único. A concessão de qualquer subvenção Social, Contribuição e/ou Auxílio, só poderá ser concedida se a entidade beneficiada cumprir os requisitos exigidos pelos arts. 26/28 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no máximo, 2,00% (dois por cento), da Receita Corrente Líquida - RCL, que será destinada, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento de riscos fiscais e passivos contingentes, conforme especificados no Anexo de Riscos Fiscais.

Parágrafo Único. O saldo não utilizado da reserva de contingência poderá ser utilizado para cobertura de outras despesas mediante créditos adicionais, nos termos dos arts. 7º, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, desde que haja certeza razoável da não ocorrência de passivos contingentes e riscos fiscais.

Art. 29. Para fins de adequar a estrutura do orçamento às necessidades técnicas decorrentes da



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

execução das metas físicas e fiscais, ficam o Poder Executivo, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, autorizado a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício 2021 até o limite de 5% (cinco por cento) do Orçamento aprovado, utilizando como recursos as formas previstas na Lei Federal 4.320/64.

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento através do excesso de arrecadação apurado por fontes de recursos até o limite descrito no caput deste artigo.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal também fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento através de superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior até o limite descrito no caput deste artigo.

Art. 30. A Transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um órgão para outro ou de uma categoria de programação para outra, somente será realizada mediante autorização em lei específica.

CAPITULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 31. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

Parágrafo Único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 32. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as sua respectiva produtividade.

Art. 33. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I - atualização da planta genérica de valores imobiliários, revisão de critérios e base de cálculo para lançamento da alíquota progressiva do IPTU para terrenos baldios e revisão base de cálculo do ITBI rural;



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

- II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilidade da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;
- IV - atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório;
- V – apuração e lançamento do imposto de Contribuição e Melhorias;

Art. 34. Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 35. Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36. No exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2021 somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - existirem cargos vagos a preencher;
- II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III - forem observados os limites previstos no artigo anterior;
- IV - for observado o disposto nos arts. 16, 17 e 21, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38. O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas às regras do Art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00, entretanto, para as devidas concessões, vantagens e alterações deverá a Administração Municipal respeitar as disposições prevista na Lei Complementar 173/2020.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

§ 1º. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados do impacto financeiro e orçamentário elaborado pela Secretaria Especial de Coordenação Geral.

§ 2º. O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar concursos públicos e processos seletivos públicos e seletivos simplificados, para o provimento de cargos e funções públicas desde que observados as exigências constitucionais e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como, as disposições previstas na Lei Complementar nº 173/2020.

Art. 39. A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 40. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário Especial de Coordenação Geral.

Art. 41. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:

I - eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

artigo anterior desta Lei;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 42. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 43. A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder, dos programas que integram a execução orçamentária, deverá ser procedida, pelo Poder Executivo, em cada quadrimestre.

§1º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada Quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§2º. Até o final dos meses de maio, e setembro de 2021, e de fevereiro de 2022, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública.

§ 3º. A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira emitindo os devidos pareceres.

Art. 44. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais” e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2020, excetuando:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e

II - as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

§ 1º. Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

- I - eliminação de despesas com horas-extras;
- II - redução de investimentos programados com recursos próprios.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- V - redução de gastos com combustíveis;

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 45. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, Capítulo VII, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 46. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º. A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do Plano Plurianual e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 47. É vedada a utilização de qualquer procedimento pelos ordenadores de despesa que viabilize a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

§ 1º. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 48. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o *caput* deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 49. Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2021, a despesa será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens, serviços e obras os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizados.

Art. 50. O Poder Executivo encaminhará até o dia 31 de outubro de 2020, o Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2021, à Câmara Municipal, para apreciação e conclusão da votação nos termos do art. 133, § 6º da Lei Orgânica do Município de Ipiranga do Norte.

Art. 51. Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2020, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento do serviço da dívida; e
- III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.
- IV - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas

Art. 52. Esta Lei entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2021

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 13 de Outubro de 2020.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 07.209.245/0001-72

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO UTILIZADAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Em cumprimento ao disposto no do art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, são estabelecidas as metas fiscais da administração municipal, em valores correntes e constantes, para as receitas, as despesas, os resultados primário e nominal, bem como para o montante da dívida pública para o triênio 2021/2023, cujas premissas e memórias de cálculos estão demonstradas nos quadros e tabelas adiante.

Assim, o presente relatório será instruído com a memória e metodologia de cálculo dos valores obtidos. Para uma melhor compreensão da matéria recordamos os seguintes conceitos:

- a) **Valores Correntes:** correspondem aos valores estimados com a inflação projetada para o triênio 2021/2023;
- b) **Valores Constantes:** correspondem aos valores estimados sem considerar a inflação;
- c) **Receitas Primárias:** são as receitas totais (correntes e de capital) sem as receitas consideradas “financeiras”, tais como: Receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos bancários, etc) e as receitas de alienação de bens.
- d) **Despesas Primárias:** são as despesas totais, deduzidas as despesas com o serviço da dívida pública (amortização e juros);
- e) **Resultado Primário:** é a diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias. Equivale, portanto, à economia que o Município faz para pagar os juros e encargos da dívida fundada.

Para a elaboração das metas fiscais foi adotada a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional através da Portaria Interministerial nº 375, de 08 de julho de 2020, que aprova o manual dos demonstrativos fiscais 11ª edição.

Para se chegar aos valores constantes, as metas anuais dos anos de 2021/2023, foram deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA –



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

IBGE), a preços médios 3,97 % em 2020 e de 3,49% para o exercício 2021, para 2022 3,55% e 2023 projetou-se 4,20%.

Almejando manter uma política fiscal responsável, a determinação das metas fiscais para a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO, para o exercício de 2021 2022 e 2023, deve considerar o cenário macroeconômico interno e externo, analisando-se os resultados alcançados nos últimos exercícios bem como as perspectivas de desenvolvimento da economia para os próximos anos.

Para se obter os percentuais das metas fiscais previstas para o triênio 2021 a 2023, em relação ao PIB estadual, foram utilizados os valores do Produto Interno Bruto do Estado, projetado pela Secretaria de Estado de Fazenda, tendo como referência a evolução dos indicadores calculados pelo IBGE.

Quanto à estimativa das receitas próprias levou-se em consideração o esforço fiscal para os tributos de competência do município, a série histórica, a expansão imobiliária, bem como as adequações na legislação tributária que contribuirão para correção de distorções na base de cálculo de alguns tributos como IPTU com a atualização da planta genérica de valores imobiliários e o ITBI com atualização dos critérios e base de cálculo. Para o ISSQN levamos em consideração a ampliação da base tributária, levantamento e lançamento do imposto devido dos últimos 5 anos sobre obras de construção civil e outros contribuintes, regulamentação do substituto tributário e atualização cadastral dos prestadores de serviços. Da mesma forma estimamos a arrecadação da contribuição de melhorias sobre obras de pavimentação asfáltica a qual tem trazido mudanças significativas na cidade colaborando com a valorização dos imóveis.

Tanto no cenário interno como externo, os indicadores macroeconômicos apontam para uma estabilização da crise com retomada do crescimento nos próximos anos.

Abaixo demonstramos os parâmetros e indicadores utilizados na estimativa da receita:

VARIÁVEL	2021	2022	2023
PIB real-MT (crescimento % anual)	1,00	2,50	2,50
Taxa real de Juros implícito sobre a dívida líquida do governo (% média anual)	6,75	6,00	6,00



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

Inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,49	3,55	4,20
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3.90	4,00	4,10
Aumento na arrecadação IPTU (% anual)	2,5	2,5	2,5
ISSQN - esforço fiscal (% anual)	5,00	5,00	5,00
Contribuição de Melhoria (% anual)	2,00	1,00	2,00
Divida Ativa Esforço Fiscal (% anual)	5,00	5,00	5,00
Índice ICMS	0,682489	0,694086	0,694086
Projeção do PIB Estado – R\$ Bilhões	167.333.593.532	162.236.849.488	167.129.044.391

Fontes: SEPLAN, SEFAZ/MT/Banco Central e IBGE.

Os indicadores apresentados são originários de fontes oficiais do governo federal e de empresas especializadas em estudo de cenários econômicos além da série histórica do comportamento da arrecadação dos tributos municipais. Outrossim, as projeções de tais indicadores podem ser comparadas com as metodologias de séries temporais utilizadas em estudos interno da Secretaria de Estado de Planejamento para análise de riscos relativos às variações da despesa e da receita.

As estimativas de 2021, 2022 e 2023 utilizadas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), câmbio e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional baseiam-se nas projeções de mercado, apresentado pelo relatório Focus do Banco Central e Relatório de Inflação ambos do BACEN. As estimativas do crescimento real do PIB de Mato Grosso baseiam-se nos estudos realizados pela SEPLAN, assim como, as estimativas de crescimento do índice “Vendas no Comércio Varejista”.

Importante destacar que os parâmetros e indicadores apresentados estão em consonância com as metodologias atuais utilizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para projeção das receitas e despesas públicas.

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

As metas e prioridades estabelecidas neste projeto para o período de 2021 são as mesmas constantes no Plano Plurianual 2018/2021 e suas alterações.

Por ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária, o Poder



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

Executivo fará a revisão do valor das metas físicas constantes do Anexo de Metas e Prioridades, para adequá-las com a nova estimativa da receita elaborada de conformidade com o art.12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA AS METAS ANUAIS

As diretrizes ora definidas estão em sintonia com os cenários político, econômico e fiscal. É importante ressaltar que a elaboração deste projeto de lei avalia os riscos fiscais a que o planejamento está sujeito. Esses riscos vão além dos problemas locais, eles envolvem também questões externas, típicas de um mundo e de uma economia globalizada.

Em função da característica intrínseca da economia municipal ligada diretamente a agricultura onde o fluxo de comércio exterior tem um papel de destaque na economia nacional, principalmente pelas exportações de produtos ligados a produção de alimentos. No período de 2000 a 2019 os dados das exportações e importações evidenciam a contribuição significativa do estado de Mato Grosso para os resultados positivos obtidos no saldo da balança comercial brasileira, principalmente no ano 2017 devido a safra recorde, onde o saldo da balança comercial atingiu US\$ 13,32 bilhões, seu segundo maior saldo histórico. Destaca-se ainda que o município ocupa hoje a 8ª colocação de maior produção de soja no Estado.

A alta da produção aliada ao preço da comercialização e o frete dos produtos, repercutiram diretamente nas projeções de recursos do ICMS apontando para alta na arrecadação de 10% em relação ao exercício 2020, o que representaria uma arrecadação de ICMS anual equivalente a 18 milhões no ano. No entanto, devido a constante instabilidade no repasse de recursos, as projeções foram estabelecidas com a prudência requerida.

A aplicação dos parâmetros acima sobre a receita arrecadada até o mês de Julho de 2019, mais a estimativa de arrecadação até o final do exercício, resultou nas metas constantes do ANEXO DE METAS FISCAIS – METAS ANUAIS DA RECEITA, conforme metodologia e memória de cálculo abaixo apresentada:



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE-MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO - RESULTADO PRIMÁRIO (ACIMA DA LINHA)
2021

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020		Metas Fiscais	
	Meta Fiscal	Realizado	Meta Fiscal	Realizado	Meta Fiscal	Realizado	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	33.428.887,12	35.585.982,05	40.783.546,86	41.450.383,75	43.935.130,00	47.638.680,00	50.256.900,00	53.089.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.443.440,00	6.069.552,84	7.761.303,70	6.808.880,26	7.427.900,80	8.196.390,00	8.727.255,21	9.293.897,87
Contribuições	966.100,00	907.480,93	1.034.500,00	951.518,48	1.050.800,00	1.375.350,00	1.423.545,00	1.473.100,00
Receita Patrimonial	488.400,00	134.008,02	273.600,00	902.096,37	294.150,00	472.900,00	494.180,50	516.489,66
Aplicações Financeiras (II)	488.400,00	134.008,02	273.600,00	902.096,37	294.150,00	472.900,00	494.180,50	516.489,66
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	722.450,00	776.700,99	790.000,00	890.102,54	873.850,00	980.000,00	1.051.800,00	1.092.800,00
Transferências Correntes	24.510.897,12	27.627.643,15	30.872.643,16	31.489.622,71	32.737.548,20	36.145.170,00	38.110.739,29	40.211.112,87
Demais Receitas Correntes	296.800,00	70.596,12	51.500,00	408.163,39	1.550.881,00	468.870,00	449.380,00	501.799,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I-II)	32.939.687,12	35.451.974,03	40.509.946,86	40.548.287,38	43.640.980,00	47.165.780,00	49.762.719,50	52.572.510,34
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	7.135.676,88	1.747.691,11	3.340.453,14	1.928.545,69	2.890.000,00	4.302.000,00	1.400.000,00	1.010.000,00
Operações de Crédito (V)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	100.000,00	-	120.000,00	-	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Transferência de Capital	7.035.676,88	1.747.691,11	3.220.453,14	1.928.545,69	2.690.000,00	4.202.000,00	1.300.000,00	850.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	7.035.676,88	1.747.691,11	3.220.453,14	1.928.545,69	2.690.000,00	4.202.000,00	1.300.000,00	850.000,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.308.800,00	1.247.337,60	1.376.000,00	1.252.092,34	1.774.870,00	1.818.620,00	1.893.100,00	1.951.000,00
RECEITA TOTAL (X) = (I + IV + IX)	41.872.564,00	38.581.010,76	45.500.000,00	44.631.021,78	48.600.000,00	53.759.300,00	53.550.000,00	56.050.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (XI) = (III+VIII)	39.975.364,00	37.199.665,14	43.730.400,00	42.476.833,07	46.330.980,00	51.367.780,00	51.062.719,50	53.422.510,34
DESPESAS CORRENTES (XII)	30.072.651,44	30.785.439,17	33.609.032,63	34.301.606,12	36.389.662,49	39.991.739,12	41.691.682,33	43.642.722,22
Pessoal e Encargos Sociais	16.259.015,74	15.153.039,25	16.811.376,00	14.798.469,02	16.519.081,00	17.555.029,00	18.224.588,00	19.016.700,00
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	55.000,00	23.819,78	267.123,00	203.366,77	199.639,00	132.155,53	64.671,85	7.029,55
Outras Despesas Correntes	13.758.635,70	15.608.580,14	16.530.533,63	19.299.770,33	19.670.942,49	22.304.554,59	23.402.422,48	24.618.992,67
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	30.017.651,44	30.761.619,39	33.341.909,63	34.098.239,35	36.190.023,49	39.859.583,59	41.627.010,48	43.635.692,67
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	8.605.020,08	1.987.864,49	8.815.365,33	3.682.255,43	8.562.625,50	9.098.985,88	6.999.167,67	7.243.477,78
Investimentos	8.140.020,08	1.200.572,17	7.704.505,33	2.763.261,78	7.569.958,50	8.426.318,21	6.326.100,00	6.958.800,00
Inversões Financeiras (XVI)	150.000,00	502.587,14	444.193,00	377.412,86	326.000,00	6.000,00	6.400,00	6.800,00
Amortização da Dívida (XVII)	315.000,00	284.705,18	666.667,00	541.580,79	666.667,00	666.667,67	666.667,67	277.777,78
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XVIII) = (XV-XVI-XVII)	8.140.020,08	1.200.572,17	7.704.505,33	2.763.261,78	7.569.958,50	8.426.318,21	6.326.100,00	6.958.800,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIX)	1.230.702,39	1.220.823,47	1.233.392,00	1.250.342,18	1.451.482,01	1.799.038,00	1.877.150,00	2.076.000,00
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESP. PRIMÁRIAS (XX)	-	265.792,53	-	1.664.313,30	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA / RPPS (XXI)	1.964.190,09	-	1.842.210,04	-	2.196.230,00	2.869.537,00	2.982.000,00	3.087.500,00
DESPESA TOTAL (XII + XV + XIX + XX + XXI)	41.872.564,00	34.259.919,66	45.500.000,00	40.898.517,03	48.600.000,00	53.759.300,00	53.550.000,00	56.050.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XXII) = (XIV + XVIII + XX + XXI)	40.121.861,61	32.227.984,09	42.888.625,00	38.525.814,43	45.956.211,99	51.155.438,80	50.935.110,48	53.682.092,67
RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (XI - XXII)	(146.497,61)	4.971.681,05	841.775,00	3.951.018,64	374.768,01	212.341,20	127.609,02	(259.582,33)

As metas fiscais estabelecidas para os próximos três anos visam a manutenção do equilíbrio das contas públicas do Município. Traçamos a seguir a metodologia para a estimativa das receitas:

- **Receitas Tributárias** - para este grupo de receitas, traçamos a projeção de aumento em 10,35% sobre a reestimativa de arrecadação para 2020. Como regra geral, observou-se o crescimento histórico dos últimos anos e as expectativas citadas anteriormente, como a expansão imobiliária, revisão da planta genérica de valores resultando na expectativa de aumento do IPTU, instalação de novas empresas, recuperação fiscal do ISSQN, instituição da cobrança de contribuição de melhorias sobre os investimentos públicos, como é o caso da pavimentação asfáltica, revisão de ITBI quanto a tese de integralização prevista no inciso I, do § 2º do art. 156 da CF, e demais esforços na arrecadação a ser empreendido no exercício.

- **Receitas de Contribuições – Dividem-se em dois grupos sendo: Contribuições para custeio de Iluminação Pública, e as Contribuições Sociais**, junto ao RPPS, que considerado a contribuição de servidores e patronal representam um aumento de 30% sobre a estimativa de arrecadação de 2020. Foram consideradas na estimativa os impactos da Emenda Constitucional 103, com aumento na alíquota de contribuição dos servidores bem como as novas contribuições considerando o ingresso de servidores no último concurso público.

- **Receitas Patrimoniais** - Estimamos para este grupo de receita, os rendimentos provenientes de aplicação financeira que representa uma perda estimada de 60% em relação a receita estimada para 2020. O maior volume das previsões se encontra nos rendimentos de



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

aplicação financeira do RPPS, estimados para 2021 no equivalente a 335 mil reais.

- **Receitas de Serviços** - As receitas de serviços compreendem a arrecadação sobre os serviços de distribuição de água, serviços de religação e outros serviços do SAAE, que representa um ganho de 12% em relação a receita reestimada para 2020.

- **Transferências Correntes** - foram adotadas as seguintes metodologias:

1) Transferências Constitucionais:

a) Transferências Federais: crescimento PIB do Brasil mais variação da taxa de inflação. Também levou-se em consideração para as transferências legais da saúde, a atualização do número de habitantes divulgado pelo IBGE.

b) Transferências Estaduais (ICMS/IPVA, etc.) Aumento do PIB do Estado de Mato Grosso mais variação inflacionária e IPM –Preliminar Municipal divulgado pela portaria SEFAZ/MT, inicialmente indicando um perda na participação do ICMS em relação índice 2020 em -0,75%, onde pela prudência estimamos um aumento na arrecadação de 10% em relação a receita prevista do ICMS em 2020

c) considerado também as receitas dos royalties pela participação do município na produção de Energia Elétrica – UHS - Usina Hidrelétrica de Sinop, com produção média mensal de 200MW, estimada em uma arrecadação de 420 mil no ano.

As demais transferências correntes de receitas representa um aumento de 5% em relação a receita reestimada para 2020.

2) Transferências Voluntárias:

As transferências voluntárias correspondem às receitas oriundas de convênios.

a) Para este grupo projetamos as expectativas de parcerias através de celebração de novos convênios que poderão ser firmados com o governo Federal e Estadual, bem como a expectativa do recebimento de recursos de convênios em andamento na gestão atual com estimativa de recebimento na gestão seguinte. Porém, as metas deverão ser revistas quando da elaboração da LOA, em face de maior grau de certeza da sua efetivação.

- **Outras Receitas Correntes** – este grupo representa um aumento na arrecadação de 5%.

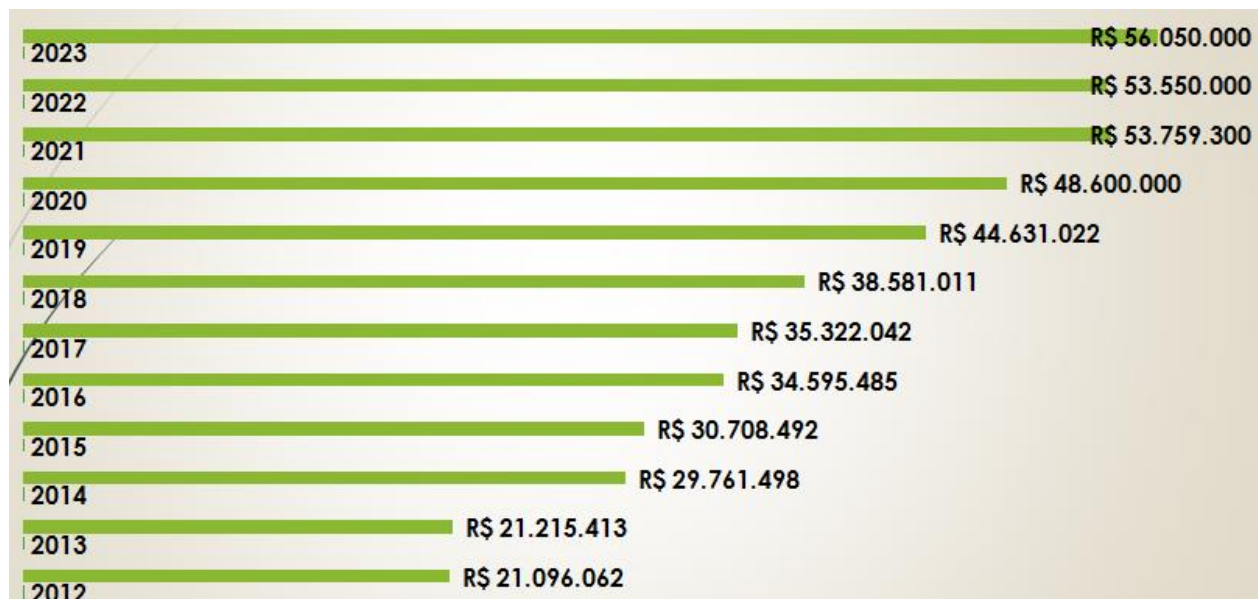
Abaixo destacamos a série histórica das metas fiscais da receita realizada de 2012 a 2019



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

e as receitas estimadas para 2020 projetando para 2021 um crescimento em torno de 10%:



O cálculo das **Receitas Primárias** foi efetuado através da exclusão das receitas financeiras (Rendimentos de aplicações financeiras e alienação de bens móveis) da Receita Total. De igual modo obteve-se as Despesas Primárias através da dedução do total da despesa, dos valores projetados para a Amortização e os Encargos da Dívida. Da diferença entre as Receitas Primárias e a Despesas Primárias, obteve-se Resultado Primário, que vem a ser a economia da receita para atender aos pagamentos da Dívida.

Meta	2021	2022	2023
Receita Total	R\$ 53.759.300,00	R\$ 53.550.000,00	R\$ 56.050.000,00
Receitas Primárias (I)	R\$ 51.367.780,00	R\$ 51.062.719,50	R\$ 53.422.510,34
Despesa Total	R\$ 53.759.300,00	R\$ 53.550.000,00	R\$ 56.050.000,00
Despesa Primárias (II)	R\$ 51.155.438,80	R\$ 50.935.110,48	R\$ 53.682.092,67
Resultado Primário (III) = (I-II)	R\$ 212.341,20	R\$ 127.609,02	R\$ (259.582,33)
Resultado Nominal	R\$ 553.085,67	R\$ 557.117,67	R\$ 249.877,78
Dívida Pública Consolidada	R\$ 1.611.111,10	R\$ 944.444,43	R\$ 277.777,76
Dívida Consolidada Líquida	R\$ (1.738.888,90)	R\$ (2.055.555,57)	R\$ (2.272.222,24)

No que tange a meta de resultado primário para o exercício 2023, justificamos o resultado negativo, haja vista que a dedução das receitas financeiras para apuração das receitas primárias é maior que a dedução da despesa financeira para apuração das despesas primárias, ou seja, a dívida pública municipal é menor do que as receitas financeiras, evidenciando portanto que os rendimentos de aplicação financeira já seriam suficientes para pagar os juros e o principal da dívida, não precisando gerar economia das receitas primárias para este fim.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

Destacamos que no exercício 2023 conclui-se o pagamento da dívida pública.

BANCO DO BRASIL PROEFICIE - Lei 637/2018					
Ano	Saldo Anterior	Inscrição	Amortizações	Juros	Saldo Atual
2018		3.000.000,00	55.555,56	166.838,27	2.944.444,44
2019	2.944.444,44		666.666,67	267.122,88	2.277.777,77
2020	2.277.777,77		666.666,67	199.639,20	1.611.111,10
2021	1.611.111,10		666.666,67	132.155,53	944.444,43
2022	944.444,43		666.666,67	64.671,85	277.777,76
2023	277.777,76		277.777,76	7.029,55	-

O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de Contabilidade Pública.

Do resultado Nominal - O Resultado Nominal representa a variação da dívida fiscal líquida num determinado período. Pelo critério conhecido como “abaixo da linha”, apura-se o resultado pela variação do endividamento líquido num determinado período.

Estimamos para 2020 os dados do Ativo disponível, restos a pagar processados, dívida consolidada líquida, que serviram de base para projeção do resultado nominal de 2021.



MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE-MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO - RESULTADO NOMINAL (ACIMA DA LINHA)

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020		2021		2022		2023
	Meta Fiscal	Realizado	Meta Fiscal	Realizado	Meta Fiscal	Realizado	Meta Fiscal	Realizado	Meta Fiscal	Realizado	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	32.939.687,12	35.451.974,03	40.509.946,86	40.548.287,38	43.640.980,00	47.165.780,00	49.762.719,50	52.572.510,34			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	7.035.676,88	1.747.691,11	3.220.453,14	1.928.545,69	2.690.000,00	4.202.000,00	1.300.000,00	850.000,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS (III) = (I+II)	39.975.364,00	37.199.665,14	43.730.400,00	42.476.833,07	46.330.980,00	51.367.780,00	51.062.719,50	53.422.510,34			
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)	30.017.651,44	30.761.619,39	33.341.909,63	34.098.239,35	36.190.023,49	39.859.583,59	41.627.010,48	43.635.692,67			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)	8.140.020,08	1.200.572,17	7.704.505,33	2.763.261,78	7.569.958,50	8.426.318,21	6.326.100,00	6.958.900,00			
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESP. PRIMÁRIAS (VI)	-	265.792,53	-	1.664.313,30	-	-	-	-			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA / RPPS (VII)	1.964.190,09	-	1.842.210,04	-	2.196.230,00	2.869.537,00	2.982.000,00	3.087.500,00			
DESPESAS PRIMÁRIAS (VIII) = (IV + V + VI + VII)	40.121.861,61	32.227.984,09	42.888.625,00	38.525.814,43	45.956.211,99	51.155.438,80	50.935.110,48	53.682.092,67			
RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (IX) = (III-VIII)	(146.497,61)	4.971.681,05	841.775,00	3.951.018,64	374.768,01	212.341,20	127.609,02	(259.582,33)			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (X)	488.400,00	134.008,02	273.600,00	902.096,37	294.150,00	472.900,00	494.180,50	516.489,66			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XI)	55.000,00	23.819,78	267.123,00	203.366,77	199.639,00	132.155,53	64.671,85	7.029,55			
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XII) = (IX + (X-XI))	286.902,39	5.081.869,29	848.252,00	4.649.748,24	469.279,01	553.085,67	557.117,67	249.877,78			

FONTE: Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte - Data de Emissão 21/08/2020 - Hora 15:33

Não foram estipuladas metas para Pagamento de Restos a Pagar nestes exercícios. As mesmas eram integradas a meta da Despesa Total, não sendo possível identificar os valores de Restos a Pagar e os de Despesa Orçamentária, sendo assim optou-se por deixar a meta na Despesa Orçamentária destacando neste quadro apenas a execução, pois não irá interferir na meta geral de Resultado Primário. Essa alteração se dá devido ao fato de em 2021 o MDF exigir a identificação das metas de Restos a Pagar Pagos destacada da Despesa Orçamentária.

Os valores da dívida consolidada foram estimados considerando os encargos dos juros e amortização da dívida junto ao Banco do Brasil S/A, relativo ao financiamento de veículos e máquinas, denominado programa pro-eficiencia e representa um comprometimento em torno de 3,5% da RCL.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE-MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO - DÍVIDA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020	Metas Fiscais		
	Meta Fiscal	Realizado (b)	Meta Fiscal	Realizado (c)	Meta Fiscal (d)	2021 (e)	2022 (f)	2023 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) (1)	311.625,00	311.625,00	666.666,67	666.666,67	666.666,67	1.611.111,10	944.444,43	277.777,76
DEDUÇÕES (II)	2.500.000,00	5.537.586,75	2.476.838,09	6.901.729,23	2.720.000,00	3.350.000,00	3.000.000,00	2.550.000,00
Ativo Disponível (2)	2.500.000,00	5.617.027,57	2.550.000,00	7.017.922,07	2.800.000,00	3.500.000,00	3.200.000,00	2.800.000,00
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	79.440,82	73.161,91	116.192,84	80.000,00	150.000,00	200.000,00	250.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DCL (III) = (I-II)	(2.188.375,00)	(5.225.961,75)	(1.810.171,42)	(6.235.062,56)	(2.053.333,33)	(1.738.888,90)	(2.055.555,57)	(2.272.222,24)

FONTE: Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte - Data de Emissão 21/08/2020 - Hora 15:33

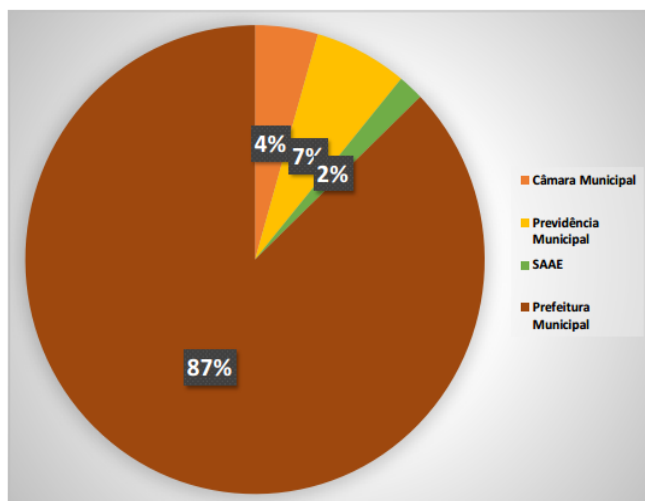
Em face do princípio da unidade orçamentária, estão compreendidas nas metas fixadas as receitas e despesas previdenciárias, bem como as receitas e despesas do Serviço Autônomo de água e Esgoto.

A estimativa da receita para o ano de 2021 poderá ser revista por ocasião da elaboração da lei do orçamento anual, caso haja alterações nas variáveis utilizadas.

Levando-se em consideração todos os parâmetros acima citados, chegamos à estimativa de receita para 2021 no total de R\$ 53.759.300,00 (cinquenta e três milhões setecentos e cinquenta e nove mil e trezentos reais), conforme abaixo discriminado:

Distribuição por Entidade

Entidade	LDO
Câmara Municipal	R\$ 2.376.408,00
Previdência Municipal	R\$ 3.527.300,00
SAAE	R\$ 968.000,00
Prefeitura Municipal	R\$ 46.887.592,00
Total	R\$ 53.759.300,00



DA MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA AS METAS FISCAIS DE DESPESA

As Metas Fiscais para as Despesas foram fixadas levando-se em conta a proporcionalidade histórica dos gastos, assegurando o cumprimento mínimo dos limites constitucionais, a expansão dos serviços públicos com a maior aproximação possível da

realidade.

Apesar dos bons resultados obtidos no controle dos gastos públicos, nos



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

preocupa muito o avanço das despesas de caráter obrigatório em especial as despesas com pessoal e despesas de custeio, necessitando cada vez mais de mecanismos que garantam o cumprimento das obrigações legais em consonância com o equilíbrio fiscal.

Pessoal e Encargos Sociais:

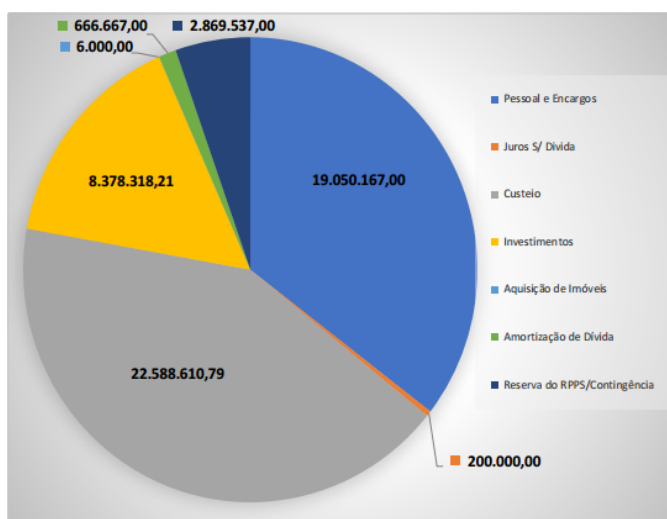
A elaboração das projeções se deu com base nos gastos anteriores, considerando ainda os eventos e situações que poderão ocasionar incremento na folha de pagamento como o crescimento funcional da carreira dos servidores públicos com elevações na carreira e tempo de serviço, revisão geral anual dos vencimentos e dos servidores e subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo e Legislativo, aplicando-se os índices de inflação (INPC) projetados para o ano de 2020 em 4% ao ano, a projeção de aumento nos encargos patronais tendo em vista as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional 103 com perspectiva de aumento no custo patronal, bem como o impacto com ingressos de novos servidores mediante aprovação aprovados no concurso público e as projeções de aumento na despesa relativo a evolução funcional dos servidores na carreira e tempo de serviço conforme aprovado no PCCS.

Outras Despesas Correntes e Investimentos

As projeções das Outras Despesas Correntes foram elaboradas tendo como base o acompanhamento da execução dessas despesas nos exercícios anteriores e o valor gasto no exercício corrente. A partir da projeção inicial das despesas de caráter obrigatório como pessoal e encargos sociais, as demais Despesas Correntes e de Capital foram estimadas para o triênio 2021/2023, levando-se em consideração a combinação entre o percentual de representatividade desses grupos na execução orçamentária e as variáveis que condicionam o cenário macroeconômico para o período.

Distribuição por Natureza de Despesa

Natureza da Despesa	LDO
Pessoal e Encargos	R\$ 19.050.167,00
Juros S/ Dívida	R\$ 200.000,00
Custeio	R\$ 22.588.610,79
Investimentos	R\$ 8.378.318,21
Aquisição de Imóveis	R\$ 6.000,00
Amortização de Dívida	R\$ 666.667,00
Reserva do RPPS/Contingência	R\$ 2.869.537,00
Total	R\$ 53.759.300,00





Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 07.209.245/0001-72

DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

De acordo com o § 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, compõem ainda o Anexo de Metas Fiscais, o Demonstrativo das Metas Anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, evidenciando a consistência das mesmas, com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

A fim de gerar maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados a preços correntes e constantes.

O demonstrativo deve vir acompanhado de análise a respeito de alguns itens que representam parâmetros básicos para se chegar aos valores apresentados como metas. Alguns itens considerados necessários à realização da análise são a taxa de juros, os indicadores de atividade econômica e os objetivos da política fiscal do ente da federação.



MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE-MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

2021

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4o, § 2o, inciso II)											(em R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	41.872.564	45.500.000	8,66%	48.600.000	6,81%	53.759.300	10,62%	53.550.000	-0,39%	56.050.000	4,67%
Receitas Primárias (I)	39.975.364	43.730.400	9,39%	46.330.980	5,95%	51.367.780	10,87%	51.062.720	-0,59%	53.422.510	4,62%
Despesa Total	41.872.564	45.500.000	8,66%	48.600.000	6,81%	53.759.300	10,62%	53.550.000	-0,39%	56.050.000	4,67%
Despesa Primárias (II)	40.121.862	42.888.625	6,90%	45.956.212	7,15%	51.155.439	11,31%	50.935.110	-0,43%	53.682.093	5,39%
Resultado Primário (III) = (I-II)	(146.498)	841.775	-674,60%	374.768	-55,48%	212.341	-43,34%	127.609	-39,90%	(259.582)	-303,42%
Resultado Nominal	286.902	848.252	195,66%	469.279	-44,68%	553.086	17,86%	557.118	0,73%	249.878	-55,15%
Dívida Pública Consolidada	311.625	666.667	113,93%	666.667	0,00%	1.611.111	141,67%	944.444	-41,38%	277.778	-70,59%
Dívida Consolidada Líquida	(2.188.375)	(1.810.171)	-17,28%	(2.053.333)	13,43%	(1.738.889)	-15,31%	(2.055.556)	18,21%	(2.272.222)	10,54%

Desta feita, demonstra-se a consistência das metas estabelecidas para o triênio 2021/2023, em comparação com as metas fixadas para os anos de 2019, e 2018. Constata-se, em relação ao PIB, que a Meta da Receita Total para 2021 corresponde a 10,62% da receita orçado em 2020. O demonstrativo trás o comparativo em relação a receita e despesa estimada em 2020, sendo que as projeções para o exercício seguinte e dois subseqüentes, tomam como referência a receita arrecadada até o mês de julho mais a projeção de arrecadação de agosto a dezembro de 2023. Justificamos que o resultado primário negativo estimado para o ano de 2022 encontra-se negativo pois, a parcela de dedução das receitas financeiras (aplicação financeira e alienação de bens) e superior as despesas financeiras(juros e encargos da dívida e



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

amortização da dívida), ou seja, a dívida pública municipal é menor do que as receitas financeiras, evidenciando portanto que os rendimentos de aplicação financeira já seriam suficientes para pagar os juros e o principal da dívida, não precisando gerar economia das receitas primárias para este fim.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O presente Demonstrativo trata sobre a evolução do patrimônio líquido do município, destacando à parte o patrimônio do Fundo Municipal de Previdência dos três últimos exercícios.

 ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2021						
MMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)						
R\$ 1,00						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	38.036.160,38	100,00	31.168.596,40	100,00	23.969.416,14	100,00
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	38.036.160,38	100,00	31.168.596,40	100,00	23.969.416,14	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	3.370.991,14	100,00	2.878.021,26	100,00	-378.162,24	100,00
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	3.370.991,14	100,00	2.878.021,26	100,00	-378.162,24	100,00
Fonte: PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE						
Notas:						

A cada exercício o resultado patrimonial tem contribuído para a melhoria econômica e financeira do município. Os compromissos de curto prazo só são assumidos nos limites da capacidade de pagamento, de forma a não comprometer o equilíbrio das contas públicas. Em 2019, obteve-se um resultado patrimonial significativo em relação aos anos anteriores, pois foram incorporados ao ativo permanente as obras públicas realizadas e em andamento até o período. Da mesma forma, tem-se buscado intensificar a cobrança dos direitos do Município junto aos contribuintes com a adoção de medidas para garantir a realização da receita pública, para dar suporte à capacidade de solver suas obrigações.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Conforme pode ser verificado no demonstrativo, o município realizou alienação de ativos no exercício 2017, através de leilão público pra venda de bens móveis (veículos, máquinas e caminhões), sendo o recurso obtido, revertido em novas aquisições de bens de móveis. Nos demais exercícios não houve recebimento de recursos de alienação de bens.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Na estimativa da receita para o período de 2021/2023 foram consideradas a renúncia de receita com a isenção de IPTU para as pessoas idosas e aposentadas conforme prevê a Lei Municipal nº 293/2010, isenção de IPTU, e alvará para – Micro empreendedor individual – MEI, Micro empresas-ME e Empresas de pequeno Porte - EPP, no seu primeiro ano de atividade. Também para os mesmos beneficiários deverão ser concedidos 50% do valor do IPTU e alvará e ISSQN no seu segundo ano de atividade. Conforme Lei Complementar municipal 005/20009 que regulamenta a Lei Complementar Federal nº 123/2006; incentivos do programa PRODEI – com isenção de ISSQN e taxas.

Foram previstos ainda conforme estudos de projetos de leis em andamento, incentivos de 50% de desconto sobre o IPTU de imóveis urbanos que construirão suas calçadas.

Da mesma forma, no intuito de fomentar o desenvolvimento econômico, com atração de novos empreendimentos, geração de emprego e renda, foi previsto a título de incentivo aos setores da indústria, comércio, serviços, agropecuária, imobiliário e outros o desconto de 80% sobre a base de cálculo do ISSQN incidentes sobre novos empreendimentos, e ou ampliação de atividades já existentes.

Visando fomentar o processo de regularização fundiária urbana em andamento, propõem-se a isenção da multa prevista no art.1º caput e incisos da Lei 603 de 11 de julho de 2017, aos portadores de necessidades especiais - PNE, aos portadores de doenças graves assim definidas pela OMS (Organização Mundial de Saúde), aos idosos assim definidos pela Lei Federal nº 10.741/2003 e aos munícipes com perfil Cadastro Único, assim definido pelo Ministério da Cidadania, desde que, os mesmos possuam um único imóvel.

Da mesma forma, propõe-se o desconto de 30% de desconto no valor da multa prevista no art.1º, IV, da Lei 603 de 11 de julho de 2017, para os contribuintes que optarem pelo pagamento a vista.

Quanto à compensação da receita renunciada, reforçamos que esta renúncia já foi expurgada da estimativa de cada uma das receitas. Desta forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, inciso I, da LRF, que determina que a renúncia de receita deva ser considerada na estimativa de receita e de que não afetará as metas de resultados fiscais, com isso não se faz necessário as medidas de compensação.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º, do art. 17, da LRF).

A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota, para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.

No cálculo das projeções da despesa incluem-se: eventos e situações que poderão ocasionar incremento na folha de pagamento como evolução funcional dos servidores.

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado no município ocorrerá em compatibilidade com o crescimento da receita em função da expansão da economia.

Na apuração da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado – DOCC é prevista a redução permanente de despesas por meio da racionalização da utilização de materiais de consumo, materiais de expediente, despesas com telefone, energia e outros, que possam ser reduzidos sem que percam a qualidade dos serviços.

RECEITAS/DESPESAS E AVALIAÇÃO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

A avaliação financeira e atuarial do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Ipiranga do Norte estão demonstradas nos anexos de Receitas e Despesas Previdenciárias e Projeção Atuarial do RPPS, notando-se o crescente do resultado previdenciário, bem como a sua viabilidade nos próximos 45 anos.

MEMÓRIA DE METODOLOGIA DE CALCULO PARA O ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Apresentamos os possíveis riscos fiscais que poderão afetar as finanças do Município de Ipiranga do Norte no próximo exercício, e as providências, caso ocorram.

Entende-se por “Riscos Fiscais” qualquer evento capaz de provocar desequilíbrio nas contas públicas, sejam no tocante à despesa, ou à receita.

Exemplo de riscos fiscais na despesa é o caso de surgir alguma calamidade pública, como uma epidemia, enchente e outros riscos que não se consegue prever. Consideramos ainda possíveis ações trabalhistas em desfavor do município como outras dívidas em fase de reconhecimento, as quais poderão a vir afetar as contas públicas.

Caso venha a ocorrer algum evento fiscal dessa natureza, utilizar-se-á dos



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

recursos consignados a conta da Reserva de Contingência, na forma da alínea 'b', inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Perdurando o desequilíbrio, serão adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, conforme estabelecido no art. 40, §§ 1º e 2º do Projeto de LDO 2021.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

Lei nº 740 de 09 de dezembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 731 DE 13 DE OUTUBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a presente Lei:

Art. 1º Fica aprovada a Revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o período 2021.

Art. 2º A Revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, especificamente em relação ao período de 2021 compreende a realização dos ajustes necessários à flexibilização governamental especificamente no que tange à atualização de valores das ações mediante alterações realizadas pelo Legislativo.

§ 1º As adequações efetuadas não alteram as metas financeiras globais da Administração Direta e Indireta, sendo alterados apenas os valores por ações, tomando por base as projeções de receitas previstas na Lei Orçamentária Anual 2021, permanecendo o mesmo valor anteriormente aprovado na LDO – 2021 de **R\$ 53.759.300,00 (cinquenta e três milhões setecentos e cinquenta e nove mil e trezentos reais)**, sendo R\$ 2.376.408,00 (dois milhões trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e oito reais), para o Poder Legislativo, 46.887.592,00 (quarenta e seis milhões oitocentos e oitenta e sete mil quinhentos e noventa e dois reais) para o Poder Executivo e R\$ 4.495.300,00 (quatro milhões quatrocentos e noventa e cinco mil e trezentos reais) para a Administração Indireta.

Art. 3º Passa a fazer parte desta lei o **Anexo I – Anexo de Metas e Prioridades** - compreendendo o valor atual constante no projeto de lei orçamentária LOA 2021.

Art. 4º Fica substituído na Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 731 de 13 de outubro de 2020, permanecendo inalterados os demais anexos.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2021 revogando todas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, aos 09 dias do mês de dezembro de 2020.

PEDRO FERRONATTO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
EXERCÍCIO DE 2021

R\$ 1,00

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL		Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA MUNICIPAL					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	01 - LEGISLATIVA 031 - AÇAO LEGISLATIVA	1001 - Aquis. de Equip. e materiais perm.	P	0004 - Equipamentos e materiais permanentes Adquiridos	UN	12,00	100.000,00
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	01 - LEGISLATIVA 031 - AÇAO LEGISLATIVA	1002 - Construção do Paco legislativo	P	0005 - Construção de Paco Publico	UN	1,00	10.000,00
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	01 - LEGISLATIVA 031 - AÇAO LEGISLATIVA	1003 - Real. de Concurso Publico	P	0003 - Concurso Realizado	UN	1,00	20.000,00
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	01 - LEGISLATIVA 031 - AÇAO LEGISLATIVA	2001 - Manut. e Encargos com a Camara Municipal	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	2.246.208,00
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	01 - LEGISLATIVA 031 - AÇAO LEGISLATIVA	2091 - Manutenção e Encargos com a Camara Mirim	A	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	12,00	200,00
Total do Órgão / Unidade:							2.376.408,00
Órgão: 03 - GABINETE DO PREFEITO		Unidade Orçamentária: 001 - GABIENTE DO PREFEITO					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0002 - GESTAO DOS SERVICOS DO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2002 - Manut. e encargos do gabinete do prefeito	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	903.200,00
0002 - GESTAO DOS SERVICOS DO	04 - ADMINISTRACAO 124 - CONTROLE INTERNO	2003 - Manut. da Unidade de Controle Interno	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	13.000,00
0009 - IPIRANGA MELHOR NA	06 - SEGURANCA PUBLICA 182 - DEFESA CIVIL	2089 - Apoio a Projetos e ações de Seg .pública	A	0068 - Ações de Segurança Pública Apoiada	UN	12,00	85.000,00
Total do Órgão / Unidade:							1.001.200,00
Órgão: 04 - SECRETARIA ESPECIAL DE COORDENACAO GERAL		Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DA SECRETARIA ESP. DE COORD. GERAL					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0003 - DEMOCRACIA ATIVA E	04 - ADMINISTRACAO 032 - CONTROLE EXTERNO	2036 - Fort.do Controle Social e Com.com o cidadão	A	0007 - Controle social e comunicacao fortalecidos	Un	12,00	7.000,00
0003 - DEMOCRACIA ATIVA E	04 - ADMINISTRACAO 126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2004 - Publicação de Atos oficiais e Institucionais	A	0006 - Atos oficiais publicados	Un	12,00	30.000,00
0004 - GESTAO DA POLITICA DA	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2088 - Manut. enc. com a Sec. Esp. Coord Geral	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	3.812.860,00
0005 - EXCELENCIA NO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2005 - Qualificação do Servidor Publico	A	0008 - Servidor Qualificado	UN	12,00	11.000,00
0005 - EXCELENCIA NO	04 - ADMINISTRACAO 128 - FORMACAO DE RECURSOS	1030 - Imp. Progr. De atenção, vig. Da Saúde do Servidor	P	0009 - Programa de atenção implantar	UN	12,00	12.000,00
0006 - CIDADANIA TRIBUTARIA	04 - ADMINISTRACAO 129 - ADMINISTRACAO DE RECEITAS	2007 - Incentivo a Arrecadação e Educação Tributária	A	0010 - Educação e arrecadação tributaria incentivada	UN	12,00	80.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****ANEXO DE METAS E PRIORIDADES****EXERCÍCIO DE 2021****R\$ 1,00**

0007 - OPERACOES ESPECIAIS	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2008 - Contribuicao do PASEP	A	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	12,00	495.440,00
0007 - OPERACOES ESPECIAIS	28 - ENCARGOS ESPECIAIS 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2092 - Amortizacao e Enc. da dívida com financiamento	O	0011 - Divida Amortizada	UN	1,00	798.823,20
0015 - INFRAESTRUTURA A SERVICO	04 - ADMINISTRACAO 131 - COMUNICACAO SOCIAL	1025 - Prom. melhorias no ramo de telefonia e sinal de TV	P	0049 - Telefonia e sinal de TV promovidos	UN	1,00	1.000,00
Total do Órgão / Unidade:							5.248.123,20
Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES		Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DA SECRET. MUN. EDUCACAO					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2009 - Manut. e Enc. com a Secretaria Mun. educacao	A	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	12,00	609.600,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2040 - Transferencia as APMs	A	0021 - APMS tranferida	UN	12,00	50.000,00
Total do Órgão / Unidade:							659.600,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES		Unidade Orçamentária: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0010 - QUALIDADE E SEGURANÇA DO	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	1028 - Aquis. de Veiculo para o Transporte Escolar	P	0002 - Veculo Adquirido	UN	1,00	400.000,00
0010 - QUALIDADE E SEGURANÇA DO	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2020 - Manut. do Transporte Escolar	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	1.377.735,00
0011 - QUALIDADE NA MERENDA	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2021 - Aquis. de Merenda Escolar - Ensino Fund.	A	0015 - MERENDA ESCOLAR ADQUIRIDA	UN	12,00	107.000,00
0011 - QUALIDADE NA MERENDA	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2022 - Aquis. de Merenda Escolar - Pre Escola	A	0015 - MERENDA ESCOLAR ADQUIRIDA	UN	12,00	67.000,00
0011 - QUALIDADE NA MERENDA	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2023 - Aquis. de Merenda Escolar - Creche	A	0015 - MERENDA ESCOLAR ADQUIRIDA	UN	12,00	120.000,00
0011 - QUALIDADE NA MERENDA	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2024 - Aquis. de Merenda Escolar - Ed. Especial	A	0015 - MERENDA ESCOLAR ADQUIRIDA	UN	12,00	3.700,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	1019 - Construcão, ampl. e Ref. de Un. Ens - Fund.	P	0022 - Escola de Ensino fundamental ref., ampli. e Const.	UN	1,00	505.000,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2025 - Apoio ao Fundo Municipal de Educacao	A	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	12,00	10.000,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2028 - Formacao Continuada dos Prof. da Educ.	A	0019 - Profissionais da Educacao em formacao continuada	UN	12,00	115.500,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2029 - Manut. das Ativ. da Escola Mun. Nsa S. Ap	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	1.854.500,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2039 - Impl. da educação em tempo integral	A	0020 - Educacao integral implantada	UN	12,00	8.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****ANEXO DE METAS E PRIORIDADES****EXERCÍCIO DE 2021****R\$ 1,00**

0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 363 - ENSINO PROFISSIONAL	1007 - Apoiar a Impl de uma escola Téc.no ensino médio	P	0024 - Escola Tecnica no ensino medio implantada	UN	12,00	5.000,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 363 - ENSINO PROFISSIONAL	2027 - Apoio ao Ensino Profissionalizante	A	0018 - Ensino profissionalizante Apoiado	UN	12,00	3.500,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 364 - ENSINO SUPERIOR	2026 - Apoio com Parcerias para o Ensino Superior	A	0017 - Ensino superior Apoiado	UN	12,00	265.000,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	1020 - Construção, Ampl. e Ref. em Un. do Ensino Infantil	P	0023 - Escola de Educacao infantil ref., ampli. e Const.	UN	1,00	50.000,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2030 - Manut. das Ativ. do CMEI	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	818.800,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2031 - Manut. das Ativ. da Esc. Mun. Crescer e A	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	415.500,00

Total do Órgão / Unidade: 6.126.235,00**Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****Unidade Orçamentária: 003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA**

Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0013 - IPIRANGA MELHOR NA	13 - CULTURA 391 - PATRIMONIO HISTORICO,	1021 - Preservação do Patrimonio e tradições Culturais	P	0029 - Patrimonio e tradicoes Preservadas	UN	12,00	2.000,00
0013 - IPIRANGA MELHOR NA	13 - CULTURA 391 - PATRIMONIO HISTORICO,	1105 - Apoio a Construção do CTN Centro de Tradicoes Nord	P	0079 - Centro Construido	UN	1,00	400.000,00
0013 - IPIRANGA MELHOR NA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	2045 - Manut. e Encargos com o Depart. de Cultura	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	32.000,00
0013 - IPIRANGA MELHOR NA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	2046 - Apoio e Incentivo as Ativ. Culturais	A	0025 - Atividades Culturais Incentivadas e apoiadas	UN	12,00	264.500,00
0013 - IPIRANGA MELHOR NA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	2047 - Manut. da Biblioteca Publica Municipal	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	29.000,00

Total do Órgão / Unidade: 727.500,00**Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****Unidade Orçamentária: 004 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES**

Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0014 - IPIRANGA MELHOR NO	27 - DESPORTO E LAZER 811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	2042 - Apoio ao Esporte Amador	A	0031 - Esporte amador apoiado	UN	12,00	20.000,00
0014 - IPIRANGA MELHOR NO	27 - DESPORTO E LAZER 812 - DESPORTO COMUNITARIO	1010 - Conclusão da Obra do Estádio Municipal	P	0032 - Estadio Municipal Construido	UN	1,00	100.000,00
0014 - IPIRANGA MELHOR NO	27 - DESPORTO E LAZER 812 - DESPORTO COMUNITARIO	1012 - Const. Ampl. e reforma de Espaços Esportivos	P	0034 - Espaco esportivo Const, ampli e reformado	UN	1,00	125.000,00
0014 - IPIRANGA MELHOR NO	27 - DESPORTO E LAZER 812 - DESPORTO COMUNITARIO	2041 - Atendimentos Esportivos	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	300.000,00
0014 - IPIRANGA MELHOR NO	27 - DESPORTO E LAZER 812 - DESPORTO COMUNITARIO	2044 - Manut. das Ativ. do Depart. de Esportes	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	127.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2021

R\$ 1,00

0024 - IPIRANGA MELHOR NO LAZER	27 - DESPORTO E LAZER 813 - LAZER	1011 - Const ampl.e ref.de espaços recr. e de lazer	P	0071 - Espaço recreativo e lazer Const, ampli e reformado	UN	1,00	35.000,00
0024 - IPIRANGA MELHOR NO LAZER	27 - DESPORTO E LAZER 813 - LAZER	2013 - Apoio e real.de Eventos recreativos e de Lazer	A	0047 - Eventos recreativos Apoiados	UN	12,00	60.000,00

Total do Órgão / Unidade: 767.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES		Unidade Orçamentária: 005 - FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - 60%					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2035 - Manut. das Ativ. Ens. Fund. FUNDEB 60%	A	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	12,00	3.419.700,00
Total do Órgão / Unidade:							3.419.700,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES		Unidade Orçamentária: 007 - FUNDEB - ENSINO INFANTIL - 60%					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2032 - Manut. das Ativ. da Pre Escola FUNDEB 60%	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	1.019.600,00
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2033 - Manut. das Ativ. da Creche FUNDEB 60%	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	1.773.100,00
Total do Órgão / Unidade:							2.792.700,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES		Unidade Orçamentária: 011 - FUNDEB - EDUCACAO EDUCACAO ESPECIAL - 60%					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0012 - IPIRANGA MELHOR NA	12 - EDUCACAO 367 - EDUCACAO ESPECIAL	2034 - Manut. das Ativ. Ed. Especial FUNDEB 60%	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	300,00
Total do Órgão / Unidade:							300,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DA SECRET. MUN. DE OBRAS E SERV. PUBLICOS					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0009 - IPIRANGA MELHOR NO	26 - TRANSPORTE 452 - SERVICOS URBANOS	1036 - Impl.e Manu. do Sistema Mun.de Transito	P	0014 - Sistema de transito implantado	UN	1,00	10.000,00
0015 - INFRAESTRUTURA A SERVICO	15 - URBANISMO 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1008 - Const., Ampl. e Ref. de Prédios Públicos	P	0043 - Predios publicos Const, ampli e reformado	UN	1,00	650.000,00
0015 - INFRAESTRUTURA A SERVICO	15 - URBANISMO 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1009 - Prom. a Infra-Estr. e reg. no setor das chacaras	P	0039 - Serviços Mantidos	UN	1,00	5.000,00
0015 - INFRAESTRUTURA A SERVICO	15 - URBANISMO 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1033 - Execucao de Obras de Urb, Pav. e Drenagem	P	0036 - Obras de urbanizacao e pavimentacao executadas	UN	12,00	1.940.000,00
0015 - INFRAESTRUTURA A SERVICO	15 - URBANISMO 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1041 - Elab. de Proj. Urb. de mob. acessibilidade	P	0040 - Projetos Urbanisticos de mobilidades elaborados	UN	1,00	30.000,00
0015 - INFRAESTRUTURA A SERVICO	15 - URBANISMO 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	2048 - Manut. e Enc. com a Fabrica de Tubos	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	279.200,00



ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
EXERCÍCIO DE 2021

R\$ 1,00

0015 - INFRAESTRUTURA A SERVICO	15 - URBANISMO 452 - SERVICOS URBANOS	2050 - Manut. Enc. de Obras e Serv. Publicos	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	5.112.856,82
0015 - INFRAESTRUTURA A SERVICO	26 - TRANSPORTE 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO	2090 - Manut. das Acoes Prev com Rec. do FETHAB	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	1.050.000,00
0016 - IPIRANGA LIMPA E	18 - GESTAO AMBIENTAL 541 - PRESERVACAO E CONSERVACAO	1042 - Impl. e massificar o projeto da coleta seletiva	P	0050 - Projeto da coleta seletiva implantada	UN	1,00	8.000,00
0016 - IPIRANGA LIMPA E	18 - GESTAO AMBIENTAL 541 - PRESERVACAO E CONSERVACAO	1103 - Construcao do Aterro Sanitario	P	0075 - Aterro Sanitario Construido	un	1,00	500,00
0016 - IPIRANGA LIMPA E	18 - GESTAO AMBIENTAL 541 - PRESERVACAO E CONSERVACAO	2052 - Execucao da Limpeza Urbana	A	0052 - Limpeza Urbana Executada	UN	12,00	510.000,00
0017 - IPIRANGA ILUMINADA	25 - ENERGIA 752 - ENERGIA ELETRICA	2053 - Melhorias no sist. de iluminacao publica	A	0053 - Iluminacao publica melhorada	UN	12,00	150.000,00
0019 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO	23 - COMERCIO E SERVICOS 691 - PROMOCAO COMERCIAL	1101 - Implantacao de Usina de Compostagem do Lixo	P	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	1,00	104.500,00
0031 - SANEAMENTO PARA TODOS	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	1029 - Const. de Reservatórios de Agua	P	0060 - Reservatórios de Agua Construido	UN	1,00	500.000,00
0031 - SANEAMENTO PARA TODOS	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	1031 - Impl. do sistema de Esgotamento sanitário	P	0073 - Sistema de Esgotamento sanitário Implantado	UN	1,00	2.000.000,00

Total do Órgão / Unidade: 12.350.056,82

Órgão: 07 - SECRETARIA MUN. DE AGRIC. INDUSTRIA E COMERCIO

Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - SEC. AGRICULTURA

Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0018 - APOIO A AGRICULTURA	20 - AGRICULTURA 605 - ABASTECIMENTO	2063 - Apoio a Agricultura Familiar	A	0013 - Agricultura familiar Apoiada	UN	12,00	81.128,89
0016 - IPIRANGA LIMPA E	18 - GESTAO AMBIENTAL 541 - PRESERVACAO E CONSERVACAO	2056 - Manut. das Acoes, Fundo Mun. do Meio Amb.	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	6.000,00
0016 - IPIRANGA LIMPA E	18 - GESTAO AMBIENTAL 543 - RECUPERACAO DE AREAS	2054 - Manut. Viveiro Municipal	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	11.000,00
0018 - GESTAO DA POLITICA DA	20 - AGRICULTURA 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2010 - Manut. e enc. com a Sec. Mun. de Agricultura	A	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	12,00	224.000,00
0019 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO	20 - AGRICULTURA 606 - EXTENSAO RURAL	2065 - Apoio ao Consorcio CIDESA	A	0059 - Consorcio CIDESA apoiado	UN	12,00	50.000,00
0019 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO	22 - INDUSTRIA 661 - PROMOCAO INDUSTRIAL	1026 - Incentivo a div.e transf. da producao Primaria	P	0065 - Producao primaria incentivada	UN	1,00	1.000,00
0019 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO	23 - COMERCIO E SERVICOS 691 - PROMOCAO COMERCIAL	1051 - Apoio a Real. da Feira Agropecuaria e Outras	P	0057 - Feira agropecuaria e outras apoiadas	UN	1,00	105.000,00
0019 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO	23 - COMERCIO E SERVICOS 691 - PROMOCAO COMERCIAL	1058 - Apoio p/ a Const. e Laticínios e Abatedouro	P	0055 - Abatedouro Construido	UN	12,00	1.000,00
0019 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO	23 - COMERCIO E SERVICOS 691 - PROMOCAO COMERCIAL	1102 - Implantacao do Fundo Mun.de Micro Crédito as Empre	P	0028 - Fundo Apoiado	UN	1,00	1.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
EXERCÍCIO DE 2021

R\$ 1,00

0019 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO	23 - COMERCIO E SERVICOS 691 - PROMOCAO COMERCIAL	2058 - Apoio ao Desenvolvimento Economico	A	0062 - Desenvolvimento economico apoiado	UN	12,00	20.000,00
0019 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO	23 - COMERCIO E SERVICOS 691 - PROMOCAO COMERCIAL	2059 - Apoio, ao Cooperativismo e Associativismo	A	0064 - Cooperativismo e associativismo apoiado	UN	12,00	2.000,00
0021 - IPIRANGA MELHOR NO	23 - COMERCIO E SERVICOS 695 - TURISMO	2066 - Apoio ao Desenv. do Turismo Local	A	0069 - Turismo local apoiado	UN	12,00	6.000,00

Total do Órgão / Unidade: 508.128,89

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0022 - IPIRANGA MELHOR NA SAUDE	10 - SAUDE 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2011 - Manut. e enc. com a Secretaria Mun. de Saude	A	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	12,00	2.166.000,00

Total do Órgão / Unidade: 2.166.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		Unidade Orçamentária: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0022 - IPIRANGA MELHOR NA SAUDE	10 - SAUDE 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1024 - Modernização e Informatização dos Serv. do SUS	P	0038 - Serviços do SUS Modernizados	UN	12,00	110.000,00
0022 - IPIRANGA MELHOR NA SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	1075 - Real. de Campanhas Educ. e Preventivas	P	0033 - Campanhas educativas Realizadas	UN	12,00	19.500,00
0022 - IPIRANGA MELHOR NA SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2012 - Apoio ao Fundo Municipal de saúde	A	0028 - Fundo Apoiado	UN	12,00	40.000,00
0022 - IPIRANGA MELHOR NA SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2075 - Constrib ao Consorcio Interm. de Saude	A	0037 - Consórcio de saude apoiado	UN	12,00	692.991,08
0022 - IPIRANGA MELHOR NA SAUDE	10 - SAUDE 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1071 - Aquis. de Veic. Ambulancias e Equip. Diverso	P	0002 - Veculo Adquirido	UN	1,00	50.000,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2074 - Bloco Gestao do SUS	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	101.500,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2093 - Enfrentamento da Emergencia COVID19	A	0078 - Acao Realizada	un	6,00	6.000,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	1005 - Impl. da Saúde Móvel	P	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	1,00	1.000,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	1032 - Aquisição de 01 UTI Móvel	P	0041 - UTI móvel adquirida	UN	1,00	1.000,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	1034 - Const., Ampl. e ref. de unid. e estab.de saúde	P	0043 - Predios publicos Const, ampli e reformado	UN	1,00	280.000,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	1035 - Manut. do Centro de Imagens	P	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	175.000,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	1037 - Manut. Academia da saúde	P	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	95.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
EXERCÍCIO DE 2021

R\$ 1,00

0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2067 - Bloco Atencao Basica - Manut. dos PSFs	A	0028 - Fundo Apoiado	UN	12,00	2.355.579,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2068 - Manut. dos Serv.e Urg. e Emergência	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	3.359.500,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2070 - Bloco Media e Alta Complexidade	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	580.653,34
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 303 - SUPORTE PROFILATICO E	2073 - Bloco Assistencia Farmaceutica	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	643.685,78
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 304 - VIGILANCIA SANITARIA	2072 - Bloco Vigilancia em Saude - Sanitaria	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	47.200,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	2071 - Bloco Vigilancia em Saude - Epid.	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	97.000,00
0023 - FINANCIAMENTO DOS BLOCOS	10 - SAUDE 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1070 - Bloco Investimentos	P	0035 - Gestão Mantida	UN	1,00	1.000,00
0035 - Combate a Pandemia COVID19	10 - SAUDE 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2095 - Acoes de Enfrentamento ao COVID19- no SUS	A	0078 - Acao Realizada	un	6,00	63.000,00

Total do Órgão / Unidade: 8.719.609,20

Programa		Função e Subfunção		Ação		Indicadores Físico / Financeiro	
				Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida
0020 - GESTÃO DA POLITICA DA	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2015 - Manutenca e encargos da Sec. de Acao Social	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	476.700,00
0025 - IPIRANGA MELHOR NO SOCIAL	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	1081 - Aquis. de Veiculos e Equip. Diversos	P	0002 - Veculo Adquirido	UN	1,00	10.000,00
0030 - DESENVOLVIMENTO	16 - HABITACAO 482 - HABITACAO URBANA	1022 - Aquisição de áreas urbanas destinadas à habitação	P	0058 - Áreas Urbanas Adquiridas	UN	1,00	1.000,00
0030 - DESENVOLVIMENTO	16 - HABITACAO 482 - HABITACAO URBANA	1023 - Apoio para Impl. de Unidades Habitacionais	P	0061 - Unidades Habitacionais Apoiadas	UN	1,00	530.000,00

Total do Órgão / Unidade: 1.017.700,00

Programa		Função e Subfunção		Ação		Indicadores Físico / Financeiro	
				Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida
0025 - IPIRANGA MELHOR NO SOCIAL	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	1027 - Apoio aos Projetos Sociais com iniciativa privada	P	0072 - Projetos Sociais com iniciativa privada Apoiado	UN	12,00	10.000,00
0025 - IPIRANGA MELHOR NO SOCIAL	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2016 - Apoio ao Fundo Municipal de Acao Social	A	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	12,00	22.000,00
0025 - IPIRANGA MELHOR NO SOCIAL	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2085 - Manut. e Encargos com Ativ. do FUPIS	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	1.600,00
0026 - PROTECAO SOCIAL BASICA -	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 241 - ASSISTENCIA AO IDOSO	2080 - Serv. de Conv. e Fort. de Vinculos - Idosos	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	85.628,89



ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
EXERCÍCIO DE 2021

R\$ 1,00

0026 - PROTECAO SOCIAL BASICA -	08 - ASSISTENCIA SOCIAL	2077 - Serv. de Protecao Social Basica -	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	12.000,00
242 - ASSISTENCIA AO PORTADOR DE		APD					
0026 - PROTECAO SOCIAL BASICA -	08 - ASSISTENCIA SOCIAL	2081 - Serv. de Protecao Social Basicasa	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	73.000,00
243 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO		crianca - PBV II					
0026 - PROTECAO SOCIAL BASICA -	08 - ASSISTENCIA SOCIAL	2078 - Manut. da Ativ. do CRAS	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	628.350,00
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA							
0026 - PROTECAO SOCIAL BASICA -	08 - ASSISTENCIA SOCIAL	2079 - Serv. de Protecao Social Basicas -	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	72.000,00
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA		PAIF					
0027 - IGD - INDICE DE GESTAO	08 - ASSISTENCIA SOCIAL	2083 - Manut. das Ativ. de Gestao Bolsa	A	0039 - Serviços Mantidos	UN	12,00	46.160,00
	244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	Familia					
0025 - Combate a Pandemia COVID19	08 - ASSISTENCIA SOCIAL	2096 - Acoes de Enfrentamento ao	A	0078 - Acao Realizada	un	6,00	5.000,00
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA		COVID19- no SUAS					

Total do Órgão / Unidade: 955.738,89

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL		Unidade Orçamentária: 003 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0028 - PROTECAO E APOIO A CRIANCA	08 - ASSISTENCIA SOCIAL	2084 - Apoio as Acoes do FMCA	A	0056 - Fundo Mun. da Criança e Ad. Apoiado	UN	12,00	25.000,00
243 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO							
0028 - PROTECAO E APOIO A CRIANCA	08 - ASSISTENCIA SOCIAL	2087 - Manut. das Ativ. do Conselho	A	0035 - Gestão Mantida	UN	12,00	163.000,00
243 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO		Tutelar					
0028 - PROTECAO E APOIO A CRIANCA	08 - ASSISTENCIA SOCIAL	2097 - Programa Primeira Infancia no	A	0078 - Acao Realizada	un	6,00	90.000,00
243 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO		SUAS					

Total do Órgão / Unidade: 278.000,00

Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA		Unidade Orçamentária: 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0099 - RESERVA DE CONTINGENCIA	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA OU	9999 - Reserva de Contingencia	O	0001 - Unid. Orcamentaria/DPTO Mantido	Und	12,00	150.000,00
	999 - RESERVA DE CONTINGENCIA						

Total do Órgão / Unidade: 150.000,00

TOTAL GERAL: 49.264.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUN PREV SOCIAL DOS SERV IPIRANGA DO NORTE****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****ANEXO DE METAS E PRIORIDADES****EXERCÍCIO DE 2021****R\$ 1,00**

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Previdência Social		Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Previdência Social					
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
0032 - PREVIDENCIA DOS	09 - PREVIDENCIA SOCIAL 272 - PREVIDENCIA DO REGIME	2017 - MANUTENCAO DAS ACOES DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDE	A	0001 - Previdencia	percentagem	12,00	347.763,00
0032 - PREVIDENCIA DOS	09 - PREVIDENCIA SOCIAL 272 - PREVIDENCIA DO REGIME	2018 - MANUTENCAO DOS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	A	0003 - beneficios mantidos	percentagem	12,00	460.000,00
0032 - PREVIDENCIA DOS	09 - PREVIDENCIA SOCIAL 272 - PREVIDENCIA DO REGIME	2019 - Manutencao das Acoes do RPPS-res. da TX AM	A	0003 - beneficios mantidos	percentagem	12,00	69.017,00
0032 - PREVIDENCIA DOS	09 - PREVIDENCIA SOCIAL 272 - PREVIDENCIA DO REGIME	9997 - Reserva Legal RPPS	P	0003 - beneficios mantidos	percentagem	12,00	2.650.520,00
Total do Órgão / Unidade:							3.527.300,00
TOTAL GERAL:							3.527.300,00

**ESTADO DE MATO GROSSO - SAAE SERV AUT DE AGUA E ESGOTO IPIRANGA DO NORTE****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****ANEXO DE METAS E PRIORIDADES****EXERCÍCIO DE 2021****R\$ 1,00**

Órgão: 10 - SAAE - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO		Unidade Orçamentária: 001 - SAAE - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO						
Programa	Função e Subfunção	Ação		Indicadores Físico / Financeiro				
		Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira	
0001 - SANEAMENTO PARA TODOS	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	1090 - Ampliacao e Manut.da Rede de Distribuicao de Agua	P	0001 - populacao atendida	un	1,00	46.000,00	
0001 - SANEAMENTO PARA TODOS	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	1092 - Ampliacao e Reforma da Sede do SAAE	P	0001 - populacao atendida	un	1,00	6.000,00	
0001 - SANEAMENTO PARA TODOS	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	2086 - Manutencao das Atividades do SAAE	A	0001 - populacao atendida	un	1,00	916.000,00	
Total do Órgão / Unidade:							968.000,00	
TOTAL GERAL:							968.000,00	



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
Estado de Mato Grosso – CNP 07.209.245.0001-72
Rua dos Girassóis s/n – Centro – CEP 78.578.000

EDITAL Nº 004/2020

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE Estado de Mato Grosso, **SENHOR PEDRO FERRONATTO**, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no art. 48 e no seu Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 “A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”; torna público a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, no dia **27 de Agosto de 2020 (quinta-feira)**, com início às 19h00, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, com **o objetivo de elaboração e discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício 2021.**

Atendendo aos princípios da administração pública, destacados em textos legais, **fazemos a CONVOCAÇÃO** pública de todos os munícipes, representantes de entidades de classe, conselhos Municipais e associações para participarem desta audiência, onde os mesmos poderão opinar e sugerir sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento municipal do exercício 2020.

Ipiranga do Norte, 21 de Agosto de 2020.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - B - LOA - Lei Orçamentária Anual 2021

APÊNDICE - B

LOA - Lei Orçamentária Anual 2021



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

Lei nº 741 de 14 de dezembro de 2020.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte,
Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal
APROVOU e ele SANCIONA a presente Lei:**

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2021, no valor de R\$ 53.759.300,00 (cinquenta e três milhões setecentos e cinquenta e nove mil e trezentos reais).

I -Administração Direta: R\$ 49.264.000,00 (quarenta e nove milhões duzentos e sessenta e quatro mil reais);

II -Administração Indireta: R\$ 4.495.300,00,00 (quatro milhões quatrocentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), com a seguinte distribuição:

a) Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte - MT: R\$ 3.527.300,00 (três milhões quinhentos e vinte e sete mil e trezentos reais);

b) Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ipiranga do Norte – SAAE: R\$ 968.000,00 (novecentos e sessenta e oito mil reais).

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Orçamento Geral	53.759.300,00
Poder Legislativo	2.376.408,00
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte - MT	3.527.300,00
Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE	968.000,00
Prefeitura Municipal	46.887.592,00



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

Sendo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Orçamento Fiscal	38.146.642,98
Orçamento da Seguridade Social	15.612.657,02
TOTAL	53.759.300,00

Art. 2º. A receita será arrecadada, mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes do "ANEXO 2", observando o seguinte desdobramento sintético:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	44.962.000,00
1.1 Imposto, Taxas e Contribuição de Melhoria	8.641.568,00
(-) Deduções da Receita Tributária	445.178,00
1.2 Receita de Contribuições	40.000,00
1.3 Receita Patrimonial	111.085,00
1.6 Receita de serviços	24.100,00
1.7 Transferências Correntes	42.628.799,50
(-) Deduções da Receita do FUNDEB	6.483.629,50
1.9 Outras Receitas Correntes	446.255,00
(-) Deduções de Outras Receitas	1.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.302.000,00
2.1 Alienação de Bens	100.000,00
2.2 Transferências de Capital	4.202.000,00
TOTAL GERAL	49.264.000,00



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 3º. O detalhamento da receita do Fundo Municipal de Previdência de Ipiranga do Norte, anexo à presente lei, será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. RECEITAS CORRENTES	1.708.680,00
1.2 Receitas de Contribuição	1.335.350,00
1.3 Receitas Patrimoniais	360.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	13.330,00
7.0 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.818.620,00
7.2 Receitas de Contribuição	1.514.720,00
7.9 Outras Receitas Correntes	303.900,00
TOTAL GERAL	3.527.300,00

Art. 4º. O detalhamento da receita do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ipiranga do Norte – SAAE, anexo à presente lei, será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. RECEITAS CORRENTES	
1.3 Receitas Patrimoniais	1.815,00
1.6 Receitas de Serviços	960.135,00
1.9 Outras Receitas Correntes	6.050,00
TOTAL	968.000,00

Art. 5º. A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros “Programas de Trabalho” a “Natureza da Despesa”, que integram a presente lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

Legislativa	2.376.408,00
Administração	5.365.500,00
Segurança Pública	85.000,00
Assistência Social	1.720.438,89
Saúde	10.885.609,20
Educação	12.998.535,00
Cultura	727.500,00
Urbanismo	8.017.056,82
Habitação	531.000,00
Saneamento	2.500.000,00
Gestão Ambiental	535.500,00
Agricultura	355.128,89
Indústria	1.000,00
Comércios e Serviços	239.500,00
Energia	150.000,00
Transporte	1.060.000,00
Desporto e Lazer	767.000,00
Encargos Especiais	798.823,20
Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL GERAL	49.264.000,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
2 – POR PROGRAMAS:	
Processo Legislativo	2.376.408,00



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

Gestão dos Serviços do Gabinete do Prefeito	916.200,00
Democracia Ativa e Controle Social	37.000,00
Gestão da Política da Secretaria Especial de Coordenação Geral	3.812.860,00
Excelência no Atendimento - Gestão para Resultados	23.000,00
Cidadania Tributária - Consciência Fiscal	80.000,00
Operações Especiais	1.294.263,20
Apoio a Agricultura Familiar	81.128,89
Ipiranga Melhor no Trânsito	10.000,00
Qualidade no Transporte Escolar	1.777.735,00
Qualidade na Merenda Escolar	297.700,00
Ipiranga Melhor na Educação	10.923.100,00
Ipiranga Melhor na Cultura	727.500,00
Ipiranga Melhor no Esporte	672.000,00
Infra-estrutura a Serviço do Desenvolvimento de Ipiranga	9.068.056,82
Ipiranga Limpa e Sustentável	535.500,00
Ipiranga Iluminada	150.000,00
Gestão da Política da Secretaria de Agricultura	224.000,00
Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Agrícola.	284.500,00
Ipiranga Melhor no Lazer	95.000,00
Ipiranga Melhor no Turismo	6.000,00
Ipiranga Melhor na Segurança Pública	85.000,00
Blocos de Financiamentos do SUS	7.744.118,12
Ipiranga melhor na Saúde	3.078.491,08



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

Gestão da Política de Secretaria de Trabalho e Ação Social	476.700,00
Proteção Social Básica – Ipiranga Acolhe e Protege	870.978,89
IGD – Índice de Gestão Descentralizada	46.160,00
Ipiranga Melhor no Social	43.600,00
Proteção a Criança e ao Adolescente	278.000,00
Desenvolvimento Habitacional de Ipiranga	531.000,00
Saneamento para todos	2.500.000,00
Combate a Pandemia - COVID19	68.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL DESPESA POR PROGRAMAÇÃO:	49.264.000,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
3 .POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Despesas Correntes	39.954.385,23
Despesas de Capital	9.159.614,77
Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL DESPESA POR CATEGORIA ECON.:	49.264.000,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
4.POR ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	
01 - CÂMARA MUNICIPAL	
01 - Câmara Municipal	2.376.408,00



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

03 – GABINETE DO PREFEITO	
01 – Chefe de Gabinete	1.001.200,00
04 – SECRETARIA ESPECIAL DE COORD. GERAL	
01 – Gabinete do Secretario da Sec. Esp. Coord. Geral	5.248.123,20
05 – SEC. DE EDUC., CULTURA E ESPORTE.	
01 – Gabinete do Secretario	659.600,00
02 – Fundo Municipal de Educação	6.126.235,00
03 – Departamento de Cultura	727.500,00
04 – Departamento de Esporte e Lazer	767.000,00
05 – FUNDEB – Ensino Fundamental 60%	3.419.700,00
07 – FUNDEB – Ensino Infantil 60%	2.792.700,00
11 – FUNDEB – Educação Especial 60%	300,00
06 – SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. URBANOS	
01 – Gabinete do Secretário	12.350.056,82
07 – SEC. MUNICIPAL DE AGRIC. IND. E COM.	
01 – Gabinete do Secretário	508.128,89
08 – SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	
01 – Gabinete do Secretário	2.166.000,00



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

02 – Fundo Municipal de Saúde	8.719.609,20
09 – SEC. MUN. DE TRAB. E AÇÃO SOCIAL	
01 – Gabinete do Secretário	1.017.700,00
02 – Fundo Municipal de Ação Social	955.738,89
03 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	278.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGENCIA	
09 – Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE:	49.264.000,00

Art. 6º. O detalhamento da despesa do Fundo Municipal de Previdência de IPIRANGA DO NORTE, anexo a presente lei será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	
09 – Previdência Social	3.527.300,00
TOTAL DA DESPESA POR FUNÇÃO	3.527.300,00
2. POR PROGRAMAÇÃO	
Previdência dos Servidores Municipais – IPIRANGA PREVI	3.527.300,00



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

TOTAL DA DESPESA POR PROGRAMAÇÃO:	3.527.300,00
3. POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Despesas Correntes	802.763,00
Despesas de Capital	5.000,00
Reserva do RPPS	2.719.537,00
TOTAL DA DESPESA P/ CATEGORIA ECONÔMICA:	3.527.300,00
4. POR ÓRGÃO DA ADM.	
1. Fundo Municipal de Previdência	3.527.300,00
TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	3.527.300,00

Art. 7º. O detalhamento da despesa do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de IPIRANGA DO NORTE anexo a presente Lei será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	
17 - Saneamento	968.000,00
TOTAL DESPESA POR FUNÇÃO	968.000,00



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

2. POR PROGRAMAÇÃO	
Saneamento Para Todos	968.000,00
TOTAL DESPESA POR PROGRAMAÇÃO:	968.000,00
3. POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Despesas Correntes	933.000,00
Despesas de Capital	35.000,00
TOTAL DA DESPESA:	968.000,00
4. POR ÓRGÃO DA ADM.	
1. SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto	968.000,00
TOTAL DA DESPESA:	968.000,00

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - adequar a estrutura do orçamento às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, alterando a programação orçamentária fixada para o exercício 2020 até o limite de 5% (cinco por cento) do Orçamento aprovado, utilizando como recursos as formas previstas na Lei Federal 4.320/64.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento através do excesso de arrecadação apurado por fontes de recursos até o limite descrito no caput deste artigo.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

§ 2º O Poder Executivo Municipal também fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao seu orçamento através de superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior até o limite descrito no caput deste artigo.

§ 3º A Transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um órgão para outro ou de uma categoria de programação para outra, somente será realizada mediante autorização em lei específica.

II - abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, orçada em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme prevê o inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2.000;

III - contratar operações de Crédito desde que não ultrapasse o limite do valor das despesas de Capital, nos termos previstos no Artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, aos 14 dias do mês de dezembro de 2020.

PEDRO FERRONATTO
PREFEITO MUNICIPAL



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - C - Alterações Orçamentária

APÊNDICE - C

Alterações Orçamentária



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

CNPJ: 07209245000172

Rua dos Girassois, 0000387 - Centro

Telefone 06635881566

recursoshumano@ipirangadonorte.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00033/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR

NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de IPIRANGA DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 00741/2020, e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2021 em conformidade com o inciso I do artigo 41 da Lei 4.320/64 no Valor de R\$ 768.625,54 (setecentos e sessenta e oito mil seissentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), nas Seguintes Dotações Orçamentárias

06.001-GABINETE DA SECRET. MUN. DE OBRAS E SERV. P

06.001.15.451.0015.1033.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0133000000-Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relat		386.625,54
06.001.15.451.0015.1033.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0124054000-Transferencia de Convenios da Uniao		382.000,00
Sub-Total:		768.625,54
Total Parcial Suplementado:		768.625,54

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação nos termos do §1º, inciso II do art. 43 da Lei Federal 4.320/1964.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. IPIRANGA DO NORTE, 02, Marco de 2021

ORLEI JOSÉ GRASSELLI

Prefeito(a)

Prefeito Municipal

CPF: 394.062.100-53





Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

Lei nº 746 de 05 de fevereiro de 2021.

SÚMULA: Autoriza a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, Remanejamento, Transposição, Realocação e a transferência de saldos Orçamentários na LOA – Lei Orçamentária Anual do Município de Ipiranga do Norte para o Exercício Financeiro de 2021 e dá outras providências.

ORLEI JOSÉ GRASSELLI, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a presente Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo mediante decreto a abrir créditos suplementares, nos termos do artigo 42 e dos incisos I, II, III e IV do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e, em obediência ao que dispõe o inciso V do art. 167 da Constituição Federal até o limite de **10% (Dez por cento)** do total da despesa fixada na lei Municipal nº 741 de 14 de dezembro de 2020 de 53.759.300,00 (Cinquenta e três milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e trezentos reais) ou seja, o valor de R\$ 5.375.930,00 (Cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta reais).

Art. 2º - Autoriza o Poder Executivo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias constantes na lei Municipal nº 741 de 14 de dezembro de 2020 e de seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza da despesa e modalidades de aplicação.



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

Parágrafo único: As transferências de saldos entre fontes e destinação de recursos dentro do mesmo projeto, atividade, operação especial, e elemento de despesa das dotações orçamentárias, não será constituído em alteração orçamentária, portanto, não contará para fins do limite de programação estabelecido no art. 1º desta Lei.

Art. 3º- Essa Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2021.

ORLEI JOSÉ GRASSELLI
Prefeito Municipal

SISTEMA APLIC **AMOSTRA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - 2021**
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE
ACESSO EM 07/06/2022

Lei_Numero	Decr_numero	Val_Suplementar	Val_Especial	Val_Transposicao	Val_Anulacao	Val_Excesso	Val_Superavit
00741/2020	00006/2021	869.632,78	-	-	-	-	869.632,78
00741/2020	00033/2021	768.625,54	-	-	-	768.625,54	-
00741/2020	00036/2021	928.708,97	-	-	-	-	928.708,97
00741/2020	00040/2021	48.400,00	-	-	-	-	48.400,00
00741/2020	00055/2021	5.236,47	-	-	-	-	5.236,47
00741/2020	00083/2021	9.000,00	-	-	-	-	9.000,00
00741/2020	00089/2021	20.000,00	-	-	-	-	20.000,00
00741/2020	00113/2021	2.367,21	-	-	-	-	2.367,21
00746/2021	00029/2021	666.175,00	-	-	666.175,00	-	-
00746/2021	00047/2021	1.062.380,00	-	-	1.062.380,00	-	-
00746/2021	00059/2021	977.400,00	-	-	977.400,00	-	-
00746/2021	00061/2021	1.155.800,00	-	-	1.155.800,00	-	-
00746/2021	00070/2021	283.825,00	-	-	283.825,00	-	-
00746/2021	00077/2021	739.760,19	-	-	739.760,19	-	-
00746/2021	00104/2021	303.262,00	-	-	303.262,00	-	-
00751/2021	00050/2021	-	230.000,00	-	-	-	230.000,00
00752/2021	00056/2021	369.999,00	-	-	-	-	369.999,00
00753/2021	00063/2021	294.965,16	-	-	-	-	294.965,16
00755/2021	00072/2021	162.618,76	-	-	-	162.618,76	-
00756/2021	00076/2021	-	276.500,00	-	-	-	276.500,00
00757/2021	00075/2021	2.198.500,00	-	-	-	-	2.198.500,00
00761/2021	00086/2021	3.149.394,00	-	-	3.149.394,00	-	-
00763/2021	00087/2021	1.807.464,89	-	-	-	-	1.807.464,89
00763/2021	00088/2021	483.810,45	-	-	-	-	483.810,45
00763/2021	00100/2021	692.557,17	-	-	-	-	692.557,17
00764/2021	00093/2021	3.117.966,82	-	-	-	3.117.966,82	-
00765/2021	00095/2021	2.310.000,00	-	-	-	2.310.000,00	-
00773/2021	00110/2021	68.489,45	-	-	68.489,45	-	-
TOTAL GERAL		22.496.338,86	506.500,00	-	8.406.485,64	6.359.211,12	8.237.142,10



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - D - Educação

APÊNDICE - D

Educação

CONSULTA DE EMPENHOS - AMOSTRA - DESPESAS EDUCAÇÃO - DQNSE
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/2021
GERADO EM: 06/06/2022 16:54:40

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Empenhado	Função	SubFunção
20/12/2021	004844/2021	SAN MARINO ONIBUS LTDA	819.482,00	12	361
10/11/2021	004097/2021	TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO E	676.000,00	12	361
20/12/2021	004835/2021	UM CONSTRUTORA E INCOPOR	489.005,56	12	361
20/12/2021	004831/2021	SAN MARINO ONIBUS LTDA	112.518,00	12	361
19/11/2021	004213/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	94.436,42	12	122
16/12/2021	004766/2021	EDITORA POSITIVO LTDA	79.614,40	12	361
04/01/2021	000091/2021	EDITORA POSITIVO LTDA	72.971,99	12	361
26/11/2021	004344/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	65.535,00	12	122
04/01/2021	000090/2021	EDITORA POSITIVO LTDA	53.493,34	12	365
04/01/2021	000112/2021	PELEGRINO E CIA LTDA ME	45.057,60	12	122
17/05/2021	001662/2021	TNOVE COMERCIO DE PECAS EI	38.870,51	12	361
28/09/2021	003485/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	34.470,71	12	361
16/12/2021	004767/2021	EDITORA POSITIVO LTDA	33.050,00	12	365
26/11/2021	004349/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	32.095,00	12	365
26/11/2021	004350/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	31.800,00	12	365
02/06/2021	001887/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	31.671,61	12	122
05/08/2021	002806/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	31.671,61	12	122
05/10/2021	003578/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	31.671,61	12	122
26/11/2021	004346/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	30.545,00	12	122
05/08/2021	002807/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	23.509,98	12	361
05/10/2021	003579/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	23.509,98	12	361
02/06/2021	001914/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	23.508,98	12	361
07/05/2021	001539/2021	KIRST TRR LTDA	23.302,00	12	361
16/12/2021	004764/2021	EDITORA POSITIVO LTDA	21.262,50	12	365
17/05/2021	001648/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	20.000,00	12	361
02/06/2021	001915/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	19.982,63	12	365
05/08/2021	002808/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	19.982,63	12	365
05/10/2021	003580/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	19.982,63	12	365
07/05/2021	001541/2021	KIRST TRR LTDA	18.489,60	12	361

14/09/2021	003299/2021	PELEGRINO E CIA LTDA ME	17.522,40	12	122
02/06/2021	001916/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	15.672,65	12	365
05/08/2021	002809/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	15.672,65	12	365
05/10/2021	003581/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADOR	15.672,65	12	365
18/01/2021	000210/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	15.000,00	12	361
16/09/2021	003308/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	15.000,00	12	365
08/12/2021	004584/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE C	14.884,48	12	122
09/04/2021	001203/2021	POSITIVO INFORMATICA S/A	13.382,40	12	122
02/09/2021	003215/2021	EDITORA POSITIVO LTDA	12.391,47	12	361
08/03/2021	000822/2021	K.L.C CONSULTORIA EM GESTAO	12.200,00	12	122
20/12/2021	004827/2021	OLMI INFORMATICA LTDA EPP	11.508,00	12	122
01/12/2021	004418/2021	M. DO CARMO MENDONAA MA	10.700,00	12	122
11/02/2021	000542/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	10.000,00	12	365
11/06/2021	001989/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	10.000,00	12	365
01/07/2021	002294/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	10.000,00	12	361
13/08/2021	002909/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	10.000,00	12	361
02/09/2021	003216/2021	EDITORA POSITIVO LTDA	9.545,28	12	365
25/05/2021	001732/2021	SCABURI ENGENHARIA LTDA	9.500,00	12	365
08/11/2021	004041/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE C	9.295,04	12	122
01/07/2021	002288/2021	TNOVE COMERCIO DE PECAS EI	8.803,15	12	361
31/05/2021	001863/2021	ROGERIO DE JESUS SOUSA 0498	8.500,00	12	365
25/01/2021	000265/2021	E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERI	8.400,00	12	361
25/11/2021	004263/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	8.000,00	12	365
26/11/2021	004332/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGRO	8.000,00	12	365
TOTAL			3.297.141,46		

Descrição	Dest. Rec.	Dotação
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE VEICULOS TIPO ONIBUS ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRANS	1	4.4.90.52.48
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE 02 ONIBUS ESCOLAR 2020/2021 VOLARE ATTACK 9 49 LUGARES EM ATENDIN	1	4.4.90.52.48
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA PARA REALIZAR REFO	1	4.4.90.51.91
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE VEICULOS TIPO ONIBUS ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRANS	1	4.4.90.52.48
VALOR QUE SE EMPENHA REF. TERMO DE RECONHECIMENTO DE DIVIDA FACE OS SERVICOS REALIZADOS DE FORNECIMENTO	1	3.3.90.37.02
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATO 091/2021 DO FORNECIMENTO DE MAT. DIDATICOS QUE COMPOEM O SISTEMA D	1	3.3.90.32.04
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 3o TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2019 DO FORN. DE MATERIAIS DIDATICOS QUE COMI	1	3.3.90.32.04
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA A	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 3o TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2019 DO FORN. DE MATERIAIS DIDATICOS QUE COMI	1	3.3.90.32.04
VALOR COMP. QUE SE EMPENHA REF. 4o TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2018 DE PRESTACAO DE SERVICOS DE CONSUL	1	3.3.90.40.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE PECAS MECANICAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENCAO DE VE	1	3.3.90.30.39
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO A ESCOLA MUN	1	3.3.90.39.43
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATO 091/2021 DO FORNECIMENTO DE MAT. DIDATICOS QUE COMPOEM O SISTEMA D	1	3.3.90.32.04
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA A	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA A	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 7o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTA	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 8o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTA	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTA	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA A	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 7o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTA	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTA	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 7o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTA	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S-10 PARA ATENDER A FROTA DO TRANSPORTE ES	1	3.3.90.30.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATO 091/2021 DO FORNECIMENTO DE MAT. DIDATICOS QUE COMPOEM O SISTEMA D	1	3.3.90.32.04
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO A ESCOLA MUN	1	3.3.90.39.43
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 7o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREST	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 8o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREST	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREST	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE COMBUSTIVEL OLEO DIESEL COMUM PARA ATENDER A FROTA DO TRANSPORT	1	3.3.90.30.01

VALOR COMP. QUE SE EMPENHA REF. 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2018 DE PRESTACAO DE SERVICOS DE CONSUL	1	3.3.90.40.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 7º TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTA	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 8º TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTA	1	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9º TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTA	1	3.3.90.37.01
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO A ESCOLA MUN	1	3.3.90.39.43
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AO CENTRO MU	1	3.3.90.39.43
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS E OFICINAS PARA ATENDIMENTO A SMECEL CONFORME TERMO DE PARCERIA 001	1	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. LOCACAO DE PLATAFORMA DE SOFTWARE - APRIMORA BRASIL PLATAFORMA MAIS SUPORTE	1	3.3.90.40.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2019 DO FORNECIMENTO DE MAT. DIDATICOS QUE	1	3.3.90.32.04
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICO NA ELABORACAO E EXECUCAO DE	1	3.3.90.39.48
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE 03 KIT COMPUTADOR DESKTOP PROCESSADOR INTEL CORE I5 GERACAO 10 M	1	4.4.90.52.35
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 037/2021 P. P. 022/2020 DA CONT. DE EMP. ESP. PARA LOCACAO DE ESTRUTURAS DE S	1	3.3.90.39.79
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AO CENTRO MU	1	3.3.90.39.43
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AO CENTRO MU	1	3.3.90.39.43
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO A ESCOLA MUN	1	3.3.90.39.43
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO A ESCOLA MUN	1	3.3.90.39.43
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2019 DO FORNECIMENTO DE MAT. DIDATICOS QUE	1	3.3.90.32.04
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICO A SER PRESTADO EM ELABORACAO DE PROJETO DE ESTRUTURA METALICA PARA COE	1	3.3.90.39.05
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVICO SOCIAL EM ATENDIMENTO A ESCOLA MUN	1	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE PECAS MECANICAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENCAO DE VE	1	3.3.90.30.39
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICO A SER PRESTADO EM PINTURA PREDIAL VISANDO A MANUTENCAO DE MUROS E GRA	1	3.3.90.39.16
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA PARA REALIZACAO DE FORMACAO CONTINUADA PARA OS PROFI	1	3.3.90.39.79
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO A UNIDADE ESC	1	3.3.90.39.43
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AO CENTRO MU	1	3.3.90.39.43

CONSULTA DE EMPENHOS - AMOSTRA - DESPESAS EDUCAÇÃO - DQNSE
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/2021
GERADO EM: 06/06/2022 16:54:40

DESPESAS QUE NÃO SE ENQUADRAM NA MDE						
Data	Nº Empenho	Credor	Valor – R\$	Descrição	Sub-função	Dotação
08/03/2021	000822/2021	K.L.C CONSULTORIA EM GESTAO PUBLICA LTDA	12.200,00	VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICO NA ELABORACAO E EXECUCAO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO CONTRATO 019/2021 DISPENSA DE LICITACAO 005/2021.	122	3.3.90.39.48
01/12/2021	004418/2021	M. DO CARMO MENDONAA MARCONDES DE SOUZA - LTDA	10.700,00	VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 037/2021 P. P. 022/2020 DA CONT. DE EMP. ESP. PARA LOCACAO DE ESTRUTURAS DE SOM E IMAGEM PARA UTILIZACAO EM EVENTOS ALUSIVOS AS FESTAS DE ENCERRAMENTO DE ANO OF 7013.	122	3.3.90.39.79
01/12/2021	004419/2021	M. DO CARMO MENDONAA MARCONDES DE SOUZA - LTDA	1.980,00	VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 037/2021 P. P. 022/2020 DA CONT. DE EMP. ESP. PARA LOCACAO DE ESTRUTURAS TEMPORARIAS TIPO TENDA PARA UTILIZACAO EM EVENTOS ALUSIVOS AS FESTAS DE ENCERRAMENTO DE ANO OF 7012.	122	3.3.90.39.79
Total			24.880,00			

CONSULTA DE EMPENHOS**UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/2021****GERADO EM: 06/06/2022 16:54:40**

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Empenhado	Função	SubFunção	Dest. Rec.	Dotação
18/01/2021	000211/2021	ELENICE MAGNAGNAGNO EIRELI	2.141,60	12	361	1	3.3.90.30.07
27/01/2021	000340/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	135,72	12	361	1	3.3.90.30.07
27/01/2021	000341/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	27,72	12	122	1	3.3.90.30.07
27/01/2021	000342/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	75,54	12	365	1	3.3.90.30.07
27/01/2021	000343/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	75,54	12	365	1	3.3.90.30.07
23/03/2021	000973/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	92,40	12	365	1	3.3.90.30.07
23/03/2021	000974/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	118,90	12	122	1	3.3.90.30.07
23/03/2021	000975/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	92,40	12	361	1	3.3.90.30.07
23/03/2021	000976/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	92,40	12	365	1	3.3.90.30.07
17/05/2021	001670/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	78,46	12	122	1	3.3.90.30.07
19/05/2021	001705/2021	ELENICE MAGNAGNAGNO EIRELI	272,00	12	361	1	3.3.90.30.07
09/06/2021	001952/2021	ELENICE MAGNAGNAGNO EIRELI	170,35	12	361	1	3.3.90.30.07
23/06/2021	002097/2021	ELENICE MAGNAGNAGNO EIRELI	1.235,60	12	361	1	3.3.90.30.07
01/07/2021	002266/2021	ELENICE MAGNAGNAGNO EIRELI	1.000,00	12	361	1	3.3.90.30.07
01/07/2021	002267/2021	ELENICE MAGNAGNAGNO EIRELI	196,60	12	122	1	3.3.90.30.07
02/07/2021	002313/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	100,66	12	122	1	3.3.90.30.07
09/07/2021	002419/2021	ELENICE MAGNAGNAGNO EIRELI	534,60	12	122	1	3.3.90.30.07
30/07/2021	002637/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	113,30	12	122	1	3.3.90.30.07
02/08/2021	002677/2021	ELENICE MAGNAGNAGNO EIRELI	1.294,78	12	122	1	3.3.90.30.07
06/10/2021	003589/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	241,50	12	122	1	3.3.90.30.07
15/12/2021	004731/2021	GRANJA SANTOS LTDA- EPP	190,46	12	122	1	3.3.90.30.07
Total			8.280,53				



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - E - Saúde

APÊNDICE - E

Saúde

CONSULTA DE EMPENHOS - AMOSTRA DESPESAS SAÚDE - FUNÇÃO 10**UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/2021****GERADO EM: 06/06/2022 16:54:40**

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Empenhado	Função	SubFunção
07/01/2021	000168/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	511.257,78	10	303
01/07/2021	002285/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	502.348,97	10	122
07/01/2021	000165/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	497.691,72	10	302
07/05/2021	001537/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	497.523,60	10	122
09/09/2021	003270/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	492.304,33	10	122
02/06/2021	001928/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	490.836,73	10	122
07/10/2021	003651/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	470.457,67	10	122
05/03/2021	000818/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	449.048,79	10	122
05/02/2021	000483/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	444.751,80	10	301
06/04/2021	001148/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	419.741,62	10	122
09/08/2021	002835/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	400.000,00	10	302
29/12/2021	004894/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	363.681,81	10	301
08/12/2021	004589/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	302.571,35	10	301
08/11/2021	004057/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	264.969,00	10	301
04/08/2021	002721/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	262.319,11	10	122
04/08/2021	002722/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	235.958,20	10	122
12/05/2021	001608/2021	MANUPA COM. EXP. IMP. DE EQUIPAMENTOS E VEICULO	209.999,00	10	301
19/04/2021	001267/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	200.000,00	10	122
27/08/2021	003059/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	200.000,00	10	122
08/04/2021	001185/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	193.880,00	10	122
10/11/2021	004085/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	130.000,00	10	303
26/11/2021	004353/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORR	105.362,00	10	122
19/11/2021	004158/2021	OLMI INFORMATICA LTDA EPP	98.174,49	10	451
04/01/2021	000092/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	88.582,98	10	301
02/06/2021	001902/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORR	86.810,92	10	301
05/08/2021	002813/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORR	86.810,92	10	122
03/02/2021	000462/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORR	85.282,82	10	301
05/04/2021	001132/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORR	85.282,82	10	301
02/06/2021	001927/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	74.556,67	10	301

07/05/2021	001536/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	73.722,18	10	301
01/12/2021	004443/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	72.441,78	10	302
27/08/2021	003060/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	71.785,04	10	122
24/03/2021	000980/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	70.000,00	10	122
21/09/2021	003369/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	70.000,00	10	302
05/03/2021	000820/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	65.173,43	10	301
05/07/2021	002344/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	63.478,59	10	302
06/04/2021	001147/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	63.112,60	10	301
09/09/2021	003248/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	61.515,80	10	301
09/09/2021	003253/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	60.000,00	10	302
05/02/2021	000485/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	59.663,88	10	301
29/04/2021	001417/2021	TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA - ME	59.600,00	10	122
06/10/2021	003609/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORR	59.277,53	10	122
07/01/2021	000163/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	58.000,00	10	122
04/11/2021	003973/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	55.237,45	10	302
19/11/2021	004214/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORR	54.942,03	10	122
04/01/2021	000133/2021	ERS ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA	48.000,00	10	122
27/07/2021	002542/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	46.241,66	10	302
28/07/2021	002587/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	46.000,00	10	302
07/10/2021	003652/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	45.126,01	10	301
01/07/2021	002284/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	40.114,93	10	301
08/11/2021	004058/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	39.882,00	10	301
04/08/2021	002763/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	38.783,25	10	301
04/01/2021	000014/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSE S/A	38.500,00	10	301
13/08/2021	002888/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	35.000,00	10	302
02/06/2021	001903/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	33.000,00	10	301
07/06/2021	001940/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	31.105,34	10	302
04/01/2021	000105/2021	CUIABA MED COM. DE PROD. PARA SAUDE E ASSIS. TEC.	28.000,00	10	301
04/01/2021	000111/2021	TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA - ME	27.996,28	10	122
25/05/2021	001731/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSE S/A	26.000,00	10	301
05/03/2021	000813/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	25.998,10	10	302
08/11/2021	004053/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	25.214,29	10	301
11/06/2021	001990/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSE S/A	25.000,00	10	301
07/01/2021	000172/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	24.339,36	10	302

08/12/2021	004591/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	24.068,88	10	301
04/01/2021	000013/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSE S/A	24.000,00	10	301
08/11/2021	004051/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	23.228,44	10	122
01/07/2021	002282/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	22.779,63	10	301
07/04/2021	001149/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	22.742,44	10	302
07/10/2021	003653/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	22.727,29	10	301
02/09/2021	003218/2021	OLIVEIRAS CENTRO DE APOIO PSICOLOGICO DE TRATAME	22.000,00	10	122
08/11/2021	004059/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	21.903,85	10	302
09/09/2021	003246/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	21.662,29	10	301
27/08/2021	003063/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	21.264,09	10	301
15/06/2021	002029/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	20.000,00	10	302
13/09/2021	003292/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSE S/A	20.000,00	10	301
08/12/2021	004590/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	19.834,33	10	301
04/01/2021	000067/2021	TODAY TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA -ME	19.532,99	10	302
04/08/2021	002761/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	19.064,48	10	301
04/08/2021	002762/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	18.144,77	10	301
09/09/2021	003247/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	18.051,94	10	301
07/10/2021	003654/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	17.296,26	10	301
06/04/2021	001139/2021	GONCALVES E GONCALVES LTDA	16.500,00	10	122
04/11/2021	003968/2021	STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFOR	16.500,00	10	122
07/10/2021	003655/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	15.425,71	10	301
01/07/2021	002283/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	15.369,63	10	301
08/11/2021	004054/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	15.297,00	10	301
04/01/2021	000107/2021	JULIANY DA COSTA MELO	15.000,00	10	301
07/01/2021	000167/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	15.000,00	10	302
18/06/2021	002054/2021	AUTO POSTO TIBIRISSA IPIRANGA DO NORTE LTDA	15.000,00	10	122
27/08/2021	003061/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	13.972,99	10	301
17/08/2021	002945/2021	CUIABA MED COM. DE PROD. PARA SAUDE E ASSIS. TEC.	13.500,00	10	301
04/01/2021	000021/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	12.690,14	10	302
25/01/2021	000263/2021	OXIGENIO NORTAO LTDA	12.495,00	10	301
04/01/2021	000099/2021	MAILON DO SANTOS - EPP	12.212,00	10	301
07/10/2021	003660/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSE S/A	12.000,00	10	122
06/10/2021	003604/2021	AUTO POSTO TIBIRISSA IPIRANGA DO NORTE LTDA	11.929,13	10	122
04/01/2021	000048/2021	AUTO POSTO TIBIRISSA IPIRANGA DO NORTE LTDA	11.233,38	10	122

22/07/2021	002512/2021	EMERSON LUIZ GABRIELLI	11.124,00	10	122
04/01/2021	000104/2021	BIO RESIDUOS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	10.837,67	10	302
01/12/2021	004429/2021	GD PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI	10.800,00	10	301
17/12/2021	004771/2021	P C R DO AMARAL AMARAL LTDA	10.749,99	10	451
04/01/2021	000064/2021	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IPIRANGA LTDA ME	10.590,86	10	302
09/09/2021	003258/2021	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	10.491,60	10	302
08/11/2021	004052/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	10.241,00	10	301
15/04/2021	001255/2021	AUTO POSTO TIBIRISSA IPIRANGA DO NORTE LTDA	9.994,94	10	122
18/08/2021	002960/2021	AUTO POSTO TIBIRISSA IPIRANGA DO NORTE LTDA	9.984,74	10	122
22/07/2021	002507/2021	OLAPER COM. E DISTR. DE LUBRIF. E PNEUS LTDA - ME	9.946,16	10	122
04/10/2021	003552/2021	D.P DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP	9.912,40	10	122
17/02/2021	000582/2021	N CARRER EIRELI	9.879,00	10	122
02/06/2021	001926/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.793,64	10	301
03/08/2021	002720/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.518,23	10	301
01/07/2021	002286/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.420,52	10	301
08/11/2021	004050/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.402,83	10	301
03/02/2021	000464/2021	GALEAO DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA	9.380,00	10	122
06/04/2021	001146/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.224,33	10	301
09/09/2021	003271/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.209,69	10	301
07/10/2021	003650/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.165,42	10	301
05/02/2021	000484/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.066,74	10	301
08/12/2021	004585/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	8.945,98	10	301
05/03/2021	000819/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	8.871,40	10	301
21/05/2021	001712/2021	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSE S/A	8.815,93	10	301
07/05/2021	001535/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	8.806,95	10	301
10/03/2021	000851/2021	AUTO POSTO TIBIRISSA IPIRANGA DO NORTE LTDA	8.703,83	10	122
13/08/2021	002884/2021	OLAPER COM. E DISTR. DE LUBRIF. E PNEUS LTDA - ME	8.569,30	10	122
04/10/2021	003551/2021	PNEUS BARBOSA LTDA - ME	8.386,00	10	122
29/07/2021	002614/2021	OXIGENIO NORTAO LTDA	8.046,00	10	301
TOTAL			10.772.762,44		

Descrição	Dest. Rec.	Dotação
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2021 RELACIONADO A CONSECUCAO DAS ACOES PREVISTAS NA LE	2	3.3.71.70.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2021 RELACIONADO A CONSECUCAO DAS ACOES PREVISTAS NA LE	2	3.3.71.70.39
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO 8º T. A. AO CTR. DE RATEIO NR. 001/2021 RELACIONADO A CONSECUCAO DAS ACOES PREVISTAS	0	3.3.71.70.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME T	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAUDE CONFORME TERM	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE MEDICOS JUNTO A UNIDADE BASICA DE SAUDE PSM E SECRE	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	0	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	0	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE AMBULANCIA TIPO UTI MOVEL DE FABRICACAO NACIONAL PARA ATENDER AS NECES	2	4.4.90.52.48
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2021 DE REPASSE PARA O CONS. PUB. DE S	0	3.3.71.70.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	0	3.3.90.34.02
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2021 DE REPASSE PARA O CONS. PUB. DE S	0	3.3.71.70.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO 10º TERMO AD. AO CTR. DE RATEIO NR. 001/2021 DA CONSECUCAO DAS ACOES PREVISTAS NA LE	2	3.3.71.70.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDAD	2	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA APARELHAMENTO DAS UNIDADES BASICAS D	2	4.4.90.52.35
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE EXAMES LABORATOR	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 7º TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO S	2	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 8º TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO S	2	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATRATO 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SER	2	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATRATO 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SER	2	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME T	2	3.3.90.34.03

VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME C	2	3.3.90.34.03
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. CONT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS PA	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.02
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO 3o TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE RATEIO No 001/2021 DE REPASSE PARA O CONS. PUB. DE S	2	3.3.71.70.01
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. CONT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS PA	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME C	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDIM	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME C	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME T	0	3.3.90.34.03
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. CONT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS PA	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME C	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO E LOCACAO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE	2	3.3.90.40.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO S	2	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO CONTRATO DE RATEIO NR. 001/2021 RELACIONADO A CONSECUCAO DAS ACOES PREVISTAS NA L	2	3.3.71.70.39
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. CONT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS PA	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. TERMO DE RECONHECIMENTO DE DIVIDA FACE OS SERVICOS REALIZADOS DE FORNECIMENTO DE MA	2	3.3.90.37.02
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 2o TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2019 RELATIVO A LOCACAO DE IMOVEL URBANO DESTINADO	2	3.3.90.39.10
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDIM	2	3.3.90.39.50
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. CONT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS PA	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME T	0	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE MEDICOS JUNTO A UNIDADE BASICA DE SAUDE PSM E SECRE	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL	2	3.3.90.39.79
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AO PSM E FARMACIA N	2	3.3.90.39.43
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. CONT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS PA	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE EXAMES LABORATOR	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE EXAMES LABORATOR	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA PARA LOCACAO DE EQUIPAMENTO RAO-X PARA ATENDIMENTO A SECR	2	3.3.90.39.12
VALOR QUE SE EMPENHA REF. QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 032/2017 DE EMPRESA ESPECIALISTA DA AREA DE TI COM	2	3.3.90.40.01
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AOS PSFs NO EXERCICIO	2	3.3.90.39.43
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE EXAMES LABORATOR	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICI	2	3.3.90.39.79
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AO PSM E FARMACIA N	2	3.3.90.39.43
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO CONTRATO DE RATEIO No 001/2021 RELACIONADO A CONSECUCAO DAS ACOES PREVISTAS NA LE	2	3.3.71.70.39

VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO AO CENTRO DE IMAGEM	2	3.3.90.39.79
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AOS PSFs NO EXERCICIO	2	3.3.90.39.43
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPI	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE EXAMES LABORATORIAIS ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SA	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPI	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 062/2021 DA CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRATAMENTO PSIQUIATRICO	2	3.3.90.91.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE MEDICOS JUNTO A UNIDADE BASICA DE SAUDE PSM E SECRE	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPI	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE EXAMES LABORATOR	2	3.3.90.39.50
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AOS PSFs NO EXERCICIO	2	3.3.90.39.43
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS JUNTO A ACADEMIA DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 1o TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2020 DE CONTRATACAO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENT	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPI	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE EDUCACAO FISICA E FISIOTERAPIA JUNTO A ACADEMIA MUNI	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE FISIOTERAPIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CO	0	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS JUNTO A ACAMIA DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA O	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA PARA LOCACAO DE RESPIRADOR COM FINS DE PREVENCAO E ENFRENTA	2	3.3.90.39.12
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE 03 NOTEBOOK COM TECLADO NUMERICO INTEGRADO MARCA ACER PROCESSADOR I	2	4.4.90.52.35
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS JUNTO AS UNIDADES BASICAS DE SAUDE E PSM CONFORME TER	0	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE EDUCACAO FISICA E FISIOTERAPIA JUNTO A ACADEMIA MUNI	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS JUNTO A ACADEMIA DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. LOCACAO DE IMOVEL URBANO DESTINADO A INSTALACAO E FUNCIONAMENTO DE UMA LAVANDERIA	2	3.3.90.36.15
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AO CONTRATO DE RATEIO No 001/2021 RELACIONADO A CONSECUCAO DAS ACOES PREVISTAS NA LE	2	3.3.71.70.39
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA	2	3.3.90.30.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPI	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 056/2021 DA CONT. DE EMPRESA ESP. PARA LOCACAO DE EQUIP. DE RAO-X COM MANUTENCA	2	3.3.90.39.12
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 1o TERMO ADITIVO AO CONTRATO 078/2020 RELATIVO A CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZAD	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE RECARGA DE OXIGENIO MEDICINAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE DI	2	3.3.90.30.04
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 1o TERMO ADITIVO AO CONTRATO 041/2020 PARA RESTACAO DE SERVICO DE LOCACAO DE ESTRUTU	2	3.3.90.39.05
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO AO GABINETE DA SEC.	2	3.3.90.39.43
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA	2	3.3.90.30.01
VALOR ESTIMADO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA M	2	3.3.90.30.01

VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 049/2021 DISPENSA 015/2021 CONT. DE EMPRESA ESP. PARA INTERNACAO COMPULSORIA E T	2	3.3.90.91.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA TRANSPORTE TRATAMENTO E DESTINAC	2	3.3.90.39.78
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE AVENTAIS CIRURGICOS DESCARTAVEIS MANGA LONGA PARA ATENDIMENTO AS UNID	2	3.3.90.30.28
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE 05 APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTUS E 01 APARELHO DE AR	2	4.4.90.52.34
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 2o TERMO ADITIVO AO CONTRATO 078/2020 RELATIVO A CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZAD	2	3.3.90.39.50
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. DE RATEIO No 001/2021 RELACIONADO A CONSECUCAO DAS ACOES PRE	2	3.3.71.70.39
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS SERVICOS DE ENFERMAGEM E TECNICOS DE ENFERMAGEM EM EN	2	3.3.90.34.03
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA	2	3.3.90.30.01
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA	2	3.3.90.30.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE PECAS MECANICAS ORIGINAIS/PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENCAO DOS VEICULOS P	2	3.3.90.30.39
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE PNEUS RADIAIS A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENCAO DOS VEICULOS MUNICIPAIS P	2	3.3.90.30.39
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPA	2	3.3.90.30.26
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	2	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	0	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE PNEUS E CAMARAS DE AR PARA ATENDER AOS VEICULOS COM PLACA QBS-7701 QCJ-	2	3.3.90.30.39
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	0	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS FARMACEUTICOS PARA ATENDIMENTO A SEC. MUN. DE SAUDE CONFORME TER	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	2	3.3.90.34.03
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	2	3.3.90.34.03
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA JUNTO A ACADEMIA MUNICIPI	2	3.3.90.39.43
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORM	2	3.3.90.34.03
VALOR ESTIMATIVO QUE SE EMPENHA REF. DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA	2	3.3.90.30.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE PECAS MECANICAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA DE MONTAGEM PARA MANUTENC	2	3.3.90.30.39
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE PNEUS RADIAIS A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENCAO DOS VEICULOS MUNICIPAIS P	2	3.3.90.30.39
VALOR QUE SE EMPENHA REF. AQUISICAO DE RECARGA DE GAS OXIGENIO MEDICINAL PARA ATENDER A UNID. DE SAUDE - PSM PA	2	3.3.90.30.04



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - F - Pessoal

APÊNDICE - F

Pessoal

CONSULTA DE EMPENHOS GASTOS COM PESSOAL
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/2021
GERADO EM: 06/06/2022 16:54:40

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Liquidado	Valor Pago	Função	SubFunção
04/01/2021	000017/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	13.255,48	12445,91	4	122
04/01/2021	000018/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	300.717,66	288316,9	15	452
04/01/2021	000019/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	235,18	235,18	10	301
03/02/2021	000460/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	30.817,04	28968,32	4	122
03/02/2021	000461/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	307.632,75	288318,7	15	452
03/02/2021	000462/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	85.282,82	81403,31	10	301
05/04/2021	001130/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	30.817,04	29391,96	4	122
05/04/2021	001131/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	307.362,75	287717,8	15	452
05/04/2021	001132/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	85.282,82	81196,68	10	301
02/06/2021	001887/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	31.671,61	29929,67	12	122
02/06/2021	001898/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	5.649,80	5386,69	8	244
02/06/2021	001899/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	14.069,87	13356	4	122
02/06/2021	001900/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	141.488,53	132434,9	15	452
02/06/2021	001901/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	189.758,08	180813,3	18	541
02/06/2021	001902/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	86.810,92	82036,31	10	301
02/06/2021	001914/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	23.508,98	22215,98	12	361
02/06/2021	001915/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	19.982,63	18883,58	12	365
02/06/2021	001916/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	15.672,65	14810,66	12	365
05/08/2021	002805/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	14.069,87	12922,9	4	122
05/08/2021	002806/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	31.671,61	29768,84	12	122
05/08/2021	002807/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	23.509,98	22216,36	12	361
05/08/2021	002808/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	19.982,63	18619,17	12	365
05/08/2021	002809/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	15.672,65	15009,52	12	365
05/08/2021	002810/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	68.515,97	59785,27	15	452
05/08/2021	002811/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	72.972,37	72972,37	15	452
05/08/2021	002812/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	189.758,08	179348,7	18	541
05/08/2021	002813/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	86.810,92	82741,19	10	122
05/08/2021	002814/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	4.350,20	4087,09	8	244
05/08/2021	002815/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	1.299,60	1299,6	8	244

05/10/2021	003577/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	14.069,87	12936,93	4	122
05/10/2021	003578/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	31.671,61	29847,96	12	122
05/10/2021	003579/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	23.509,98	21926	12	361
05/10/2021	003580/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	19.982,63	18599,25	12	365
05/10/2021	003581/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	15.672,65	14385,86	12	365
06/10/2021	003585/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	72.972,37	70469,13	15	452
06/10/2021	003595/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	137.791,05	130545,8	15	452
06/10/2021	003608/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	120.483,00	113223,6	18	541
06/10/2021	003609/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	59.277,53	56092,14	10	122
06/10/2021	003610/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	4.350,20	4194,84	8	244
06/10/2021	003611/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	1.299,60	1299,6	8	244
19/11/2021	004213/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	94.436,42	89242,41	12	122
19/11/2021	004214/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	54.942,03	51920,22	10	122
26/11/2021	004325/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	3.859,40	3327,22	8	244
26/11/2021	004343/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	10.057,02	9503,88	4	122
26/11/2021	004344/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	39.245,97	37087,44	12	122
26/11/2021	004346/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	-	0	12	122
26/11/2021	004347/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	13.913,84	13148,58	12	361
26/11/2021	004348/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	-	0	12	361
26/11/2021	004349/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	12.109,64	11443,61	12	365
26/11/2021	004350/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	12.080,84	11416,4	12	365
26/11/2021	004351/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	19.005,26	19005,26	15	452
26/11/2021	004352/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	129.368,08	121207,5	15	452
26/11/2021	004353/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	18.605,19	17581,9	10	122
29/11/2021	004387/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	3.050,60	3050,6	8	244
29/12/2021	004896/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	1.175,60	1175,6	8	244
29/12/2021	004897/2021	COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERV	1.590,47	1590,47	8	244
TOTAL			3.133.151,34			

(-) TAXA DE ADMINISTRAÇÃO INFORMADA PELA PREFEITURA - 1.000.697,35

TOTAL INCLUÍDO NO GASTO COM PESSOAL 2.132.453,99

VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. 9o TERMO ADITIVO AO CTR. 059/2020 RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO SERVI	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA FACE OS SERVIÇOS REALIZADOS DE FORNECIMENTO DE MAO D	3.3.90.37.02
VALOR QUE SE EMPENHA REF. TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA FACE OS SERVIÇOS REALIZADOS DE FORNECIMENTO DE MAO D	3.3.90.37.02
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.04
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. CTR. 087/2021 DA CONTRATAÇÃO DE EMP. PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES C	3.3.90.37.01



Prefeitura Municipal de

Ipiranga do Norte

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 07.209.245/0001-72

SUMÁRIO

Código do Cadastro/TCE: 1.148.147

ASSUNTO: Resposta ao Ofício Circular Nº 19/2022/5ª SECEX- Informações sobre os gastos com Terceirizadas.

OFICIO DE ENCAMINHAMENTO	01
Declaração – sobre a existência de terceirizadas	02
Anexos – Gastos com OSCIP e cooperativa de trabalho	03-04

ORLEI JOSÉ GRASSELLI

Prefeito Municipal

CPF: 394.062.100-53

RG: 9026524737 SSP/RS

Avenida Fortaleza s/n, Bairro Centro, Ipiranga do Norte-MT



**Prefeitura Municipal de
Ipiranga do Norte**
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 07.209.245/0001-72

OFICIO DE ENCAMINHAMENTO

Ofício GAPRE Nº 137/2022

Ipiranga do Norte – MT, 05 de maio de 2022.

Código do Cadastro/TCE: 1.148.147

ASSUNTO: Resposta ao Ofício Circular Nº 19/2022/5ª SECEX- Informações sobre os gastos com Terceirizadas.

Senhor Relator,

Em atendimento ao **Ofício Circular Nº 19/2022/5ª SECEX** – que solicita informações sobre existência e o total de gastos com terceirizações por intermédio de OSCIP e cooperativas de trabalho, segue anexo documentação solicitada.

Sendo o que se apresentava para o momento, reiteramos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


ORLEI JOSÉ GRASELLI

Prefeito Municipal

CPF. 394.062.100-53

RG: 9026524737 SSP/RS

Avenida Fortaleza s/n, Bairro Centro, Ipiranga do Norte-MT

Ao

Ilmo Sr.

Valdenir Ferreira Mendes

Secretário da 5ª SECEX - TCE

CUIABÁ-MT.



**Prefeitura Municipal de
Ipiranga do Norte**
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 07.209.245/0001-72

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins junto ao **Tribunal De Contas do Estado de Mato Grosso**, e em especial para atender ofício Circular nº 19/2022/5ªSECEX, que a Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte-MT no exercício 2021 executou terceirizações de serviços por intermédio de **Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**, e **Cooperativa de Trabalho** conforme destacado abaixo:

RELAÇÃO DAS DESPESAS COM TERCERIZADOS				
NOME	CNPJ	Vlr Total	Vlr. Sem Taxas ADM	Vlr. Da Tx ADM
COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORRISO	02.355.192/0001.84	3.133.151,34	2.132.453,99	1.000.697,34
ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	21.103.364/0001.77	7.327.521,53	6.428.587,43	898.934,10
TOTAL GERAL		10.460.672,87	8.561.041,43	1.899.631,44

No Termo de Parceria firmado pelo Município, não há pagamento de taxas de administração, mas sim repasse dos valores dos custos e despesas inerentes a execução do plano de trabalho, conforme determinado pelo artigo 10, parágrafo 2o, IV da Lei 9.790/99 (e também pelo Art. 8, IV a Lei Estadual 11.082/2020).

Ipiranga do Norte-MT, 05 de maio de 2022.


ORLEI JOSÉ GRASSELLI
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de
Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 07.209.245/0001-72

CNPJ: 02.355.192/0001.84 Nome: COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORRISO - COOPSERV'S	Total de Pagamentos	Existe cargo igual ou similar no PCCS?
COLETOR DE DETRITOS	R\$ 262.283,18	Sim
SERVENTE DE LIMPEZA	R\$ 954.720,58	Sim
AGENTE DE APOIO E LOGISTICA	R\$ 1.017.141,61	Sim
AUX. DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	R\$ 573.204,74	Sim
OFICIAL SER. GERAL	R\$ 114.139,25	Sim
AUX. DE COZINHA	R\$ 31.661,98	Sim
AUXILIAR DE OFICIAL SER. GERAL	R\$ 84.000,00	Sim
GUARDA PATRIMONIAL	R\$ 96.000,00	Sim
TOTAL	R\$ 3.133.151,34	

Ipiranga do Norte-MT, 05 de maio de 2022.


ORLEI JOSÉ GRASSELI
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de
Ipiranga do Norte
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 07.209.245/0001-72

CNPJ: 21.103.364.0001-77		
Nome: ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPÃ	Total de Pagamentos	Existe cargo igual ou similar no PCCS?
Médicos	541.038,19	sim
Técnicos em enfermagem	269.397,26	sim
Enfermeiros	162.818,05	sim
Serv. Médicos-plantão covid-19	3.446.673,04	não
Serv. Enfermagem-plantão covid-19	470.319,44	não
Serv. Técnico de enfermagem-plantão covid-19	610.487,07	não
Serv. Fisioterapia covid-19	44.788,35	não
Técnicos em radiologia	162.158,45	não
Auxiliar odontológico	43.454,01	sim
Fisioterapeuta + Uroginecologia	133.625,05	sim
Auxiliar adm.	137.532,96	sim
Psicólogo	107.830,77	sim
Educador físico	55.813,75	não
Assistente social	75.338,62	sim
Farmacêutica	110.846,25	sim
Exames Complementares e Diagnósticos	117.393,41	não
Oficinas de Artesanato	18.381,75	não
Oficinas de Judô	44.551,86	não
Oficinas de Informática	11.925,62	não
Orientadora Social	24.504,81	não
Oficina de Yoga	15.825,92	não
Oficinas de Música	40.494,07	não
Oficina de Teatro	2.547,36	não
Oficina de Organização Financeira	12.539,10	não
Serviço de Educadora Social Facilitadora	34.631,62	não
Coordenadora Programa Criança Feliz	61.007,40	não
Serviços Administrativos	33.482,73	sim
Hidroginástica- idosos	5.446,49	não
Serviço de Supervisor de Programa Criança Feliz	6.771,38	não
Oficinas de Voleibol	36.564,12	não
Oficina de Futebol	13.451,40	não
Oficinas de Dança	56.175,26	não
Oficinas de Musica	57.286,60	não
Oficina de Ginastica	14.103,37	não
Serviço de Assistente Social	19.717,60	não
Serviços Administrativos	160.541,59	sim
Informática	94.110,01	não
Serviços Administrativos	41.224,95	sim
Engenheiro Ambiental	32.721,86	não
TOTAL	7.327.521,53	

CONSULTA DE EMPENHOS GASTOS COM PESSOAL
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/2021
GERADO EM: 06/06/2022 16:54:40

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Liquidado	Função	SubFunção
01/07/2021	002280/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	17.119,77	8	244
01/07/2021	002281/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	5.592,45	8	243
01/07/2021	002282/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	22.779,63	10	301
01/07/2021	002283/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	15.369,63	10	301
01/07/2021	002284/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	40.114,93	10	301
01/07/2021	002286/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.420,52	10	301
02/08/2021	002676/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	3.799,06	12	122
03/08/2021	002698/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.747,59	12	365
03/08/2021	002699/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	723,29	12	365
03/08/2021	002701/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.055,82	8	243
03/08/2021	002702/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	17.913,42	8	244
03/08/2021	002719/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.801,79	12	361
03/08/2021	002720/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.518,23	10	301
04/08/2021	002761/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	19.064,48	10	301
04/08/2021	002762/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	18.144,77	10	301
04/08/2021	002763/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	38.783,25	10	301
27/08/2021	003061/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	13.972,99	10	301
27/08/2021	003062/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.658,68	10	301
27/08/2021	003063/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	21.264,09	10	301
09/09/2021	003246/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	21.662,29	10	301
09/09/2021	003263/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	4.145,08	12	122
09/09/2021	003266/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	7.517,16	12	361
09/09/2021	003267/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	5.457,06	12	365
09/09/2021	003268/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	965,01	12	365
09/09/2021	003273/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	20.031,94	8	244
09/09/2021	003274/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.812,04	8	243
07/10/2021	003642/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	7.955,12	12	361
07/10/2021	003643/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	5.746,61	12	365
07/10/2021	003644/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	957,77	12	365

07/10/2021	003646/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	12.800,00	8	244
07/10/2021	003647/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.898,27	8	244
07/10/2021	003648/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	675,44	8	243
07/10/2021	003649/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.085,28	8	243
07/10/2021	003653/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	22.727,29	10	301
07/10/2021	003654/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	17.296,26	10	301
08/11/2021	004040/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	4.903,06	12	122
08/11/2021	004041/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	9.295,04	12	122
08/11/2021	004042/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.055,99	12	365
08/11/2021	004043/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	1.009,33	12	365
08/11/2021	004047/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	7.124,70	8	243
08/11/2021	004048/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	10.628,00	8	241
08/11/2021	004053/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	25.214,29	10	301
08/11/2021	004054/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	15.297,00	10	301
08/11/2021	004055/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	2.871,05	10	122
08/11/2021	004058/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	39.882,00	10	301
08/11/2021	004059/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	21.903,85	10	302
08/12/2021	004583/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	7.320,00	12	122
08/12/2021	004584/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	14.884,48	12	122
08/12/2021	004586/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.573,72	8	241
08/12/2021	004588/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.800,40	8	243
08/12/2021	004590/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	19.834,33	10	301
08/12/2021	004591/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	24.068,88	10	301
29/12/2021	004884/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	4.583,55	12	361
29/12/2021	004885/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	4.281,33	12	361
29/12/2021	004886/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	1.902,81	12	365
29/12/2021	004887/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	475,70	12	365
29/12/2021	004891/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	8.091,00	8	244
29/12/2021	004892/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	7.679,00	8	241
29/12/2021	004893/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	6.950,71	8	243
29/12/2021	004895/2021	ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA	13.630,29	4	122
TOTAL			698.837,52		

Descrição	Dotação
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE OFICINAS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO A PRIMEIRA INFANCIA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE ASSISTE SOCIAL PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO A PRIMEIRA INFANCIA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE EDUCACAO FISICA E FISIOTERAPIA JUNTO A ACADEMIA MUNICIPAL DE EDUCACAO FISICA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVICO SOCIAL EM ATENDIMENTO AO SMECEL CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL PARA ATENDIMENTO A UNIDADE ESCOLAR - EMEF JOSE DE FREITAS	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL PARA ATENDIMENTO A UNIDADE ESCOLAR - EMEF JOSE DE FREITAS	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE ASSISTE SOCIAL PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO A PRIMEIRA INFANCIA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS OFICINAS ORIENTACAO SOCIAL MUSICA JUDO ARTESANATO E INFORMATICA PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO A PRIMEIRA INFANCIA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL PARA ATENDIMENTO A UNIDADE ESCOLAR - EMEF JOSE DE FREITAS	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE FARMACEUTICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE EDUCACAO FISICA E FISIOTERAPIA JUNTO A ACADEMIA MUNICIPAL DE EDUCACAO FISICA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE EDUCACAO FISICA E FISIOTERAPIA JUNTO A ACADEMIA MUNICIPAL DE EDUCACAO FISICA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE EDUCACAO FISICA E FISIOTERAPIA JUNTO A ACADEMIA MUNICIPAL DE EDUCACAO FISICA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE URGENCIA E EMERGENCIA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVICO SOCIAL EM ATENDIMENTO AO SMECEL CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE SERVICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A ESSE MUNICIPIO CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE SERVICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A ESSE MUNICIPIO CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE SERVICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A ESSE MUNICIPIO CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE OFICINAS DIVERSAS ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE ASSISTE SOCIAL PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO A PRIMEIRA INFANCIA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVICO SOCIAL EM ATENDIMENTO A ESCOLA MUN. NOS	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL PARA ATENDIMENTO A UNIDADE ESCOLAR - EMEF JOSE DE FREITAS	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE SERVICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A ESSE MUNICIPIO CONFORME TERMO DE PARCERIA 01/2019	3.3.90.39.79

VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE OFICINAS DIVERSAS ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA JUN	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE OFICINAS DIVERSAS ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA JUN	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE ASSISTE SOCIAL PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO A PRIMEIRA INFA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE ASSISTE SOCIAL PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO A PRIMEIRA INFA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNIC	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS JUNTO A ACAMIA DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCERIA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVICO SOCIAL EM ATENDIMENTO AO SMECEL CONFOR	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVICO SOCIAL EM ATENDIMENTO A ESCOLA MUN. NOS	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL PARA ATENDIMENTO A UNIDADE ESCOLAR - E	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL PARA ATENDIMENTO A UNIDADE ESCOLAR - C	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE ASSISTE SOCIAL PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO A PRIMEIRA INFA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE OFICINAS DIVERSAS ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA JUN	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO A SECRETARIA MUNIC	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS JUNTO A ACADEMIA DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCEP	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS JUNTO A ACADEMIA DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCEP	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE MEDICOS JUNTO A UNIDADE BASICA DE SAUDE PSM E SECR	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE MEDICOS JUNTO A UNIDADE BASICA DE SAUDE PSM E SECR	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS E OFICINAS PARA ATENDIMENTO A SMECEL CONFORME TERMO DE PARCERIA 001/2017	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS E OFICINAS PARA ATENDIMENTO A SMECEL CONFORME TERMO DE PARCERIA 001/2017	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE OFICINA DE IOGA DANCA E DEMAIS OFICINAS PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DE	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS TECNICOS ADMINISTRATIVOS E OFICINAS EM ATENDIMENTO A AO PROGRAMA CRIANCA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS JUNTO A ACADEMIA DE SAUDE CONFORME TERMO DE PARCEP	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO JUNTO AO CENTRO DE IMAGE	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS E OFICINAS PARA ATENDIMENTO A SMECEL CONFORME TERMO DE PARCERIA 001/2017	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVICO SOCIAL EM ATENDIMENTO A ESCOLA MUN. NOS	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL PARA ATENDIMENTO A UNIDADE ESCOLAR - E	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL PARA ATENDIMENTO A UNIDADE ESCOLAR - C	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE OFICINAS DIVERSAS ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA JUN	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE OFICINAS DIVERSAS ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA JUN	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REF. SERVICOS DE ASSISTE SOCIAL PARA ATENDIMENTO AOS SERVICOS DA PROTECAO A PRIMEIRA INFA	3.3.90.39.79
VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE SERVICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A ESSE MUNICIPIO CONFORME CONCURSO 001/2017	3.3.90.39.79



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - G - Previdência

APÊNDICE - G

Previdência



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE - MT
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO
CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - Exercício 2021

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos arts. 31 e 74 da Constituição da República que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art. 74, IV; ao art. 8º e 9º da Lei Complementar 269/2007; aos arts. 161, 162 e 163 da Resolução Normativa TCE/MT 14/2007 e à Resolução Normativa TCE/MT nº 033/2012, apresenta-se o **PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO** da Controladoria Geral do Município - CGM sobre as **CONTAS ANUAIS DE GOVERNO**, referente ao **EXERCÍCIO 2021** do Município de Ipiranga do Norte/MT.

Informa-se que a Unidade de Controle Interno - UCI do Município de Ipiranga do Norte/MT é exercida pela Controladoria Geral do Município - CGM exerce um conjunto de sistemas de controle, **de forma integrada**, no âmbito do Poder Executivo Municipal, incluindo a Administração Direta e Indireta (Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE e IPIRANGA-PREVI).

Assim sendo, as atividades de controle desenvolvidas por esta Unidade de Controle Interno, no âmbito de suas atribuições, se deram através auditorias que resultaram em manifestações por meio de **Relatórios, Check-List, Pareceres e Recomendações** ao respectivo Gestor, em conformidade com as obrigações determinadas através das Instruções Normativas e legislações vigentes referentes ao Sistema de Controle Interno de cada subsistema administrativo.

2. DOS RESPONSÁVEIS

As Contas do Poder Executivo, durante o Exercício de 2019, estiveram sob o governo do Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal, cujos dados pessoais são os seguintes:

PREFEITO MUNICIPAL	
NOME:	ORLEI JOSÉ GRASSELI
PERÍODO:	DE 01 JANEIRO A 31 DEZEMBRO DE 2021
FONE:	(66) 9 9923-6699
E-MAIL:	governo@ipirangadonorte.mt.gov.br

3. DO RESULTADO DA ANÁLISE

3.1 Processo Orçamentário

3.1.1 Plano Plurianual - PPA

Após análise e verificação acerca do **Plano Plurianual - PPA**, esta Unidade de Controle Interno **CONSTATOU** que:

- ✓ não houve no exercício alguma irregularidade/inconsistência identificada;
- ✓ não houve comunicado ao gestor, bem como ao responsável pelo sistema administrativo a que se refere a irregularidade/inconsistência (anexar ao relatório o documentocomprobatório da comunicação);
- ✓ houve por parte do gestor adoção de providências para sanar/extinguir a irregularidade/inconsistência, e se for o

caso abertura de Tomada de Contas Especial (anexar ao relatório o documento comprobatório da ação);

✓ há no município procedimentos de controle interno implantados relativos à elaboração do PPA, encaminhamento ao legislativo do projeto e suas alterações;

✓ as alterações realizadas no PPA estão de acordo com os preceitos constitucionais estabelecidos para a matéria;

✓ houve incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão do plano;

✓ foram estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada;

✓ as metas foram quantificadas física e financeiramente, ano a ano, para o período de quatro anos;

✓ foram estabelecidos indicadores para mensurar os programas.

3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Após análise e verificação acerca da **Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO**, esta Unidade de Controle Interno **CONSTATOU** que:

- não houve no exercício alguma irregularidade/inconsistência identificada;
- não houve comunicado ao gestor, bem como ao responsável pelo sistema administrativo a que se refere a irregularidade/inconsistência (anexar ao relatório o documento comprobatório da comunicação);
- houve por parte do gestor adoção de providências para sanar/extinguir a irregularidade/inconsistência, e se for o caso abertura de Tomada de Contas Especial (anexar ao relatório o documento comprobatório da ação);

✓ houve incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de elaboração da LDO;

▪ a LDO está compatível com o PPA;

▪ a LDO contém:

a) metas e prioridades da Administração;

b) orientações para elaboração da LOA;

c) alterações da legislação tributária;

d) disposição sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;

e) critérios e forma de limitação de empenho;

f) normas relativas ao controle de custos;

g) normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

h) condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

i) forma de utilização e montante da reserva de contingência;

j) disposições acerca da programação financeira e do cronograma de execução mensal;

k) disposições acerca da renúncia de receita;

l) exigências para realização de transferências voluntárias;

m) disposições sobre projetos em andamento e despesas de conservação do patrimônio, para fins de inclusão de novos projetos na LOA;

Anexo de Metas Fiscais com:

Metas (exercício corrente e os dois próximos) em valores correntes e constantes relativas a:

a) Receita;

b) Despesa;

c) Resultado Nominal;

d) Resultado Primário;

e) Montante da Dívida Pública;

f) Demonstrativo das Metas Anuais com:

g) Memória e metodologia de cálculo;

- h) Comparação com as metas dos três exercícios anteriores;
- i) Evidência da consistência das metas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- j) Avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano anterior;
- k) Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios, destacando a origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

✓ Avaliação da situação financeira e atuarial

- a) Regime próprio de previdência social;
- b) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- c) Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

✓ Anexo de Riscos Fiscais referente a:

- a) Passivo contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas;
- b) Providências a serem tomadas caso os riscos se concretizem.

4. Lei Orçamentária Anual - LOA

Após análise e verificação acerca da **Lei Orçamentária Anual - LOA**, esta Unidade de Controle Interno **CONSTATOU** que:

✓ não houve no exercício alguma irregularidade/inconsistência identificada;

✓ não houve comunicado ao gestor, bem como ao responsável pelo sistema administrativo a que se refere a irregularidade/inconsistência (anexar ao relatório o documento comprobatório da comunicação);

✓ houve por parte do gestor adoção de providências para sanar/extinguir a irregularidade/inconsistência, e se for o caso abertura de Tomada de Contas Especial (anexar ao relatório o documento comprobatório da ação);

✓ Houve incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de elaboração da LOA;

✓ A LOA guarda compatibilidade com o PPA e a LDO;

✓ O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos;

✓ A LOA dispõe sobre as matérias definidas na legislação e atende o princípio da exclusividade;

✓ Há na LOA autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados;

✓ Os créditos adicionais suplementares e especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo;

✓ Os créditos adicionais extraordinários foram abertos por decreto do Poder Executivo e comunicados ao Poder Legislativo;

✓ A LOA e os de créditos adicionais somente incluíram novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

✓ Os créditos adicionais - suplementares ou especiais - foram abertos com a indicação dos recursos efetivamente existentes;

✓ Os créditos extraordinários abertos destinaram-se a atender despesas imprevisíveis e urgentes;

✓ A transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro ocorreram com prévia autorização legislativa;

✓ O crédito adicional especial ou extraordinário aberto nos últimos quatro meses do exercício anterior, reaberto no exercício em análise, foi incorporado ao orçamento no limite de seu saldo.

5. Execução Orçamentária

E Física dos Programas de Governo

Após análise e verificação acerca da **Execução Orçamentária e Física dos Programas de Governo**, esta Unidade de Controle Interno **CONSTATOU** que:

✓ não houve no exercício alguma irregularidade/inconsistência identificada;

✓ não houve comunicado ao gestor, bem como ao responsável pelo sistema administrativo a que se refere a irregularidade/inconsistência (anexar ao relatório o documento comprobatório da comunicação);

✓ houve por parte do gestor adoção de providências para sanar/extinguir a irregularidade/inconsistência, e se for o caso abertura de Tomada de Contas Especial (anexar ao relatório o documento comprobatório da ação);

✓ as metas orçamentárias e físicas dos programas e seus projetos/atividades relacionados aos objetivos estratégicos do PPA, em especial os elencados como prioritários pela Lei de Diretrizes orçamentárias, foram alcançadas.

✓ Informa-se que as tabelas das execuções referentes aos programas de Governo encontram-se devidamente demonstradas.

6. Avaliação dos Resultados de Políticas Públicas

6.1 Despesa de Pessoal

Para o exercício 2021, no que se refere a **Despesa de Pessoal**, informa-se que o total das despesas consideradas para fins do limite constitucional permaneceu abaixo do limite de **54%**, referente ao Poder Executivo, e também observando o limite de **6%** referente ao Poder Legislativo, estando abaixo dos limites previsto pela legislação vigente.

Desta forma, após análise e verificação da **Despesa de Pessoal**, esta Unidade de Controle Interno **CONSTATOU** que:

✓ os limites previsto pela norma legal foram devidamente observados;

✓ não houve no exercício alguma irregularidade/inconsistência identificada;

✓ não houve comunicado ao gestor, bem como ao responsável pelo sistema administrativo a que se refere a irregularidade/inconsistência (anexar ao relatório o documento comprobatório da comunicação);

✓ embora tenha atingido o limite de alerta quanto aos gastos com folha de pagamento do Poder Executivo, houve por parte do Gestor adoção de medidas visando conter as despesas e manter o equilíbrio financeiro conforme determina as normas legais vigentes.

6.2 Educação

Para o exercício 2021, no que se refere a **Educação**, informa-se que o total das despesas consideradas para fins do limite constitucional superou o limite mínimo de **25%** das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Quanto ao FUNDEB, o valor apurado também superou o limite mínimo de 70%, conforme prescreve o art. 212 da CF/88.

Assim sendo, após análise e verificação dos gastos com **Educação**, esta Unidade de Controle Interno **CONSTATOU** que:

✓ não houve no exercício alguma irregularidade/inconsistência identificada;

✓ não houve comunicado ao gestor, bem como ao responsável pelo sistema administrativo a que se refere a irregularidade/inconsistência (anexar ao relatório o documento comprobatório da comunicação);

✓ houve por parte do gestor adoção de providências para sanar/extinguir a irregularidade/inconsistência, e se for o caso abertura de Tomada de Contas Especial (anexar ao relatório o documento comprobatório da ação);

✓ não houve despesas custeadas com recursos próprios classificadas impropriamente como manutenção e desenvolvimento do ensino;

✓ não houve despesas realizadas com recursos do FUNDEB destinadas a outras finalidades, que não à manutenção e desenvolvimento do ensino básico e à valorização dos profissionais da educação;

✓ os recursos de convênios e programas destinados ao ensino foram aplicados integralmente na finalidade.

6.3 Saúde

Para o exercício 2021, no que se refere a **Saúde**, informa-se que o total das despesas próprias com ações e serviços públicos de Saúde superou o limite mínimo constitucional de **15%** das receitas resultantes da participação das despesas com ações e serviços públicos de saúde na receita de impostos e transferências constitucionais e legais, conforme prescreve o art. 212 da CF/88.

Após análise e verificação dos gastos com **Saúde**, esta Unidade de Controle Interno **CONSTATOU** que:

✓ não houve no exercício alguma irregularidade/inconsistência identificada;

✓ não houve comunicado ao gestor, bem como ao responsável pelo sistema administrativo a que se refere a irregularidade/inconsistência (anexar ao relatório o documento comprobatório da comunicação);

✓ houve por parte do gestor adoção de providências para sanar/extinguir a irregularidade/inconsistência, e se for o caso abertura de Tomada de Contas Especial (anexar ao relatório o documento comprobatório da ação);

✓ não houveram despesas classificadas impropriamente em ações e serviços públicos de saúde;

✓ os recursos de convênios e programas destinados à saúde foram aplicados integralmente na sua finalidade.

Pelo exposto, no que se refere ao cumprimento dos limites legais, podemos afirmar que as despesas estão em situação **REGULAR** conforme demonstra-se no quadro abaixo:

Índices/Limites Legais						
Índice	Receita Base	Limite	Aplicado	Valor Limite	Valor Aplicado	
Mínimo de 25% da Receita Resultante de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Metodologia - SIOPE/MEC/FNDE	R\$ 50.717.720	25,00%	28,57%	R\$ 12.679.430	R\$ 14.490.183	
Mínimo de 25% da Receita Resultante de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Metodologia - TCE-MT	R\$ 50.717.720	25,00%	25,14%	R\$ 12.679.430	R\$ 12.750.301	
Mínimo de 15% da Receita Resultante de Impostos em Serviços Públicos de Saúde	R\$ 49.984.065	15,00%	27,65%	R\$ 7.497.610	R\$ 13.821.535	
Mínimo de 70% da Receita do FUNDEB na Remuneração de Profissionais do Magistério	R\$ 7.434.629	70,00%	74,13%	R\$ 5.204.240	R\$ 5.511.017	
Máximo de 54% da Receita Corrente Líquida com Despesas de Pessoal (últimos 12 meses)*	R\$ 59.208.926	54,00%	43,95%	R\$ 31.972.820	R\$ 26.022.078	
Limites de Indivíduo Operações de Crédito Internas e Externas	R\$ 59.208.926	16,00%	1,87%	R\$ 9.473.428	R\$ 1.109.489	

Nota:
- Metodologia SIOPE: inclui gastos com FUNDEB e deduz o ganho do FUNDEB
- Metodologia TCE-MT: considera somente os gastos em MDE com Recursos Próprios

7. Sistema de Controle Interno - SCI

Informa-se que a Unidade de Controle Interno do Município de Ipiranga do Norte/MT exerce um conjunto de sistemas de controle, **de forma integrada**, no âmbito do Executivo Municipal, incluindo a Administração Direta e Indireta (Prefeitura Municipal, Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE e IPIRANGA-PREV).

Assim sendo, após análise e verificação quanto ao **Sistema de Controle Interno - SCI**, esta Unidade de Controle Interno **CONSTATOU** que:

✓ não houve no exercício qualquer irregularidade/inconsistência identificada;

✓ não houve comunicado ao gestor, bem como ao responsável

pelo sistema administrativo a que se refere a irregularidade/inconsistência;

✓ as normas de rotinas e procedimentos de controle interno estão implantadas conforme dispõe o cronograma de implantação aprovado pela Resolução Normativa TCE/MT 01/2007 e em caso de descumprimento, quais medidas adotadas pela UCI;


✓ há observância ao princípio da segregação de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações;

✓ os procedimentos de controle dos sistemas administrativos são eficientes.

8. DA CONCLUSÃO

POR TODO EXPOSTO, esta Unidade de Controle Interno - UCI, representada pela Controladoria Geral do Município - CGM, vem à presença de Vossa Senhoria para apresentar **PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO**, enfocando aspectos da gestão financeira, orçamentária, patrimonial e administrativa deste município, de forma clara e objetiva, com a finalidade de **OPINAR** pela **APROVAÇÃO** das **CONTAS ANUAIS DE GOVERNO** referente ao **EXERCÍCIO 2021** sob a gestão do senhor **ORLEI JOSÉ GRASSELLI - Prefeito Municipal**, conforme prescreve o art. 74, IV; ao art. 8º e 9º da Lei Complementar 269/2007; aos arts. 161, 162 e 163 da Resolução Normativa TCE/MT 14/2007 e à Resolução Normativa TCE/MT nº 033/2012.

É o meu parecer, salvo melhor juízo.
Ipiranga do Norte/MT, 14 de abril de 2022.


JONATHAN DA SILVA TELLES
- Controlador Interno -
Município de Ipiranga do Norte/MT

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE (DEFICIT ATUARIAL)

RPPS	:	FUNDO MUNIC PREV SOC SERV IPIRANGA DO NORTE – IPIRANGA PREVI
ASSUNTO	:	CONTRIBUIÇÕES

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema Aplic, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuições de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de 2021 (exercício seguinte):

PREFEITURA MUNICIPAL – (RPPS)

Mês de Competência	Tipo Segurados ou patronal	Valor devido (R\$)	Valor pago (R\$)	Data dos Pagamentos	Multa/juros (R\$)	Multa/juros (R\$)	Saldo devedor
Janeiro	Segurados	69.685,12	69.685,12	18/02/2021	0,00	0,00	0,00
Janeiro	Patronal	79.741,03	79.464,03	18/02/2021	0,00	0,00	0,00
Janeiro	APORTES	19.882,36	19.882,36	18/02/2021	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	Segurados	96.612,01	96.612,01	19/03/2021	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	Patronal	110.414,72	110.414,72	19/03/2021	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	APORTES	19.882,36	19.882,36	19/03/2021	0,00	0,00	0,00
Março	Segurados	98.296,57	98.296,57	20/04/2021	0,00	0,00	0,00
Março	Patronal	112.339,95	112.339,95	20/04/2021	0,00	0,00	0,00
Março	APORTES	19.882,36	19.882,36	20/04/2021	0,00	0,00	0,00
Abril	Segurados	102.571,47	102.571,47	19/05/2021	0,00	0,00	0,00
Abril	Patronal	117.225,47	117.225,47	19/05/2021	0,00	0,00	0,00
Abril	APORTES	19.882,36	19.882,36	19/05/2021	0,00	0,00	0,00
Maio	Segurados	100.552,06	100.552,06	18/06/2021	0,00	0,00	0,00
Maio	Patronal	114.917,59	114.917,59	18/06/2021	0,00	0,00	0,00
Maio	APORTES	21.104,14	21.104,14	18/06/2021	0,00	0,00	0,00

Junho	Segurados	100.509,97	100.509,97	16/07/2021	0,00	0,00	0,00
Junho	Patronal	116.018,31	116.018,31	16/07/2021	0,00	0,00	0,00
Junho	APORTES	21.104,14	21.104,14	16/07/2021	0,00	0,00	0,00
Julho	Segurados	101.122,60	101.122,60	18/08/2021	0,00	0,00	0,,0
Julho	Patronal	116.147,47	116.147,47	18/08/2021	0,00	0,00	0,00
Julho	APORTES	21,104,14	21,104,14	18/08/2021	0,00	0,00	0,00
Agosto	Segurados	99.839,51	99.839,51	17/09/2021	0,00	0,00	0,00
Agosto	Patronal	114.673,76	114.673,76	17/09/2021	0,00	0,00	0,00
Agosto	APORTES	21.104,14	21.104,14	17/09/2021	0,00	0,00	0,00
Setembro	Segurados	102.102,45	102.102,45	19/10/2021	0,00	0,00	0,00
Setembro	Patronal	117.272,83	117.272,83	19/10/2021	0,00	0,00	0,00
Setembro	APORTES	21.104,14	21.104,14	19/10/2021	0,00	0,00	0,00
Outubro	Segurados	100.046,93	100.046,93	19/11/2021	0,00	0,00	0,00
Outubro	Patronal	114.911,92	114.911,90	19/11/2021	0,00	0,00	0,00
Outubro	APORTES	21.104,14	21.104,14	19/11/2021	0,00	0,00	0,00
Novembro	Segurados	100.693,16	100.693,16	14/12/2021	0,00	0,00	0,00
Novembro	Patronal	115.654,17	115.654,19	14/12/2021	0,00	0,00	0,00
Novembro	APORTES	21.104,14	21.104,14	14/12/2021	0,00	0,00	0,00
Dezembro	Segurados	135.792,21	135.792,21	28/12/2021	0,00	0,00	0,00
Dezembro	Patronal	155.968,51	155.968,51	28/12/2021	0,00	0,00	0,00
Dezembro	PATRONAL	11.329,46	11.329,46	28/12/2021	0,00	0,00	0,00
13º Salario	Segurados	99.116,84	99.116,84	17/12/2021	0,00	0,00	0,00
13º Salario	Patronal	113.843,68	113.843,68	17/12/2021	0,00	0,00	0,00
13º Salario	APORTE	0,00	0,00			0,00	0,00
TOTAL GERAL		3.044.558,19	3.044.558,19				

CÂMARA MUNICIPAL – DEFICIT ATUARIAL (RPPS)

Mês de Competência	Tipo Segurados ou patronal	Valor devido (R\$)	Valor pago (R\$)	Data dos Pagamentos	Multa/juros (R\$)	Multa/juros (RS)	Saldo devedor
Janeiro	Segurados	3.767,54	3.767,54	18/03/2021	0,00	0,00	0,00
Janeiro	Patronal	4.305,80	4.305,80	18/03/2021	0,00	0,00	0,00
Janeiro	APORTES	777,52	777,52	18/03/2021	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	Segurados	4.230,78	4.230,78	11/03/2021	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	Patronal	4.835,22	4.835,22	11/03/2021	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	APORTES	777,52	777,52	11/03/2021	0,00	0,00	0,00
Março	Segurados	3.927,29	3.927,29	09/04/2021	0,00	0,00	0,00
Março	Patronal	4.488,36	4.488,36	09/04/2021	0,00	0,00	0,00
Março	APORTES	777,52	777,52	09/04/2021	0,00	0,00	0,00
Abril	Segurados	4.151,92	4.151,92	11/05/2021	0,00	0,00	0,00
Abril	Patronal	4.745,08	4.745,08	11/05/2021	0,00	0,00	0,00
Abril	APORTES	777,52	777,52	11/05/2021	0,00	0,00	0,00
Maio	Segurados	3.407,98	3.407,98	11/06/2021	0,00	0,00	0,00
Maio	Patronal	3.914,35	3.914,35	11/06/2021	0,00	0,00	0,00
Maio	APORTES	777,52	777,52	11/06/2021	0,00	0,00	0,00
Junho	Segurados	3.313,44	3.313,44	12/07/2021	0,00	0,00	0,00
Junho	Patronal	3.805,75	3.805,75	12/07/2021	0,00	0,00	0,00
Junho	APORTES	777,52	777,52	12/07/2021	0,00	0,00	0,00
Julho	Segurados	3.301,64	6.301,64	03/08/2021	0,00	0,00	0,00
Julho	Patronal	3.792,20	3.792,20	03/08/2021	0,00	0,00	0,00
Julho	APORTES	777,52	777,52	03/08/2021	0,00	0,00	0,00
Agosto	Segurados	3.313,44	3.313,44	13/09/2021	0,00	0,00	0,00
Agosto	Patronal	3.805,75	3.805,75	13/09/2021	0,00	0,00	0,00
Agosto	APORTES	777,52	777,52	13/09/2021	0,00	0,00	0,00
Setembro	Segurados	3.418,48	3.418,47	06/10/2021	0,00	0,00	0,00
Setembro	Patronal	3.926,40	3.926,40	06/10/2021	0,00	0,00	0,00
Setembro	APORTES	777,52	777,52	06/10/2021	0,00	0,00	0,00
Outubro	Segurados	3.418,48	3.418,48	09/11/2021	0,00	0,00	0,00
Outubro	Patronal	3.926,40	3.926,40	09/11/2021	0,00	0,00	0,00
Outubro	APORTES	777,52	777,52	09/11/2021	0,00	0,00	0,00
Novembro	Segurados	3.982,36	3.982,36	01/12/2021	0,00	0,00	0,00
Novembro	Patronal	4.574,09	4.574,09	01/12/2021	0,00	0,00	0,00
Novembro	APORTES	777,52	777,52	01/12/2021	0,00	0,00	0,00
Dezembro	Segurados	2.950,23	2.950,23	21/12/2021	0,00	0,00	0,00
Dezembro	Patronal	3.388,58	3.388,58	21/12/2021	0,00	0,00	0,00
Dezembro	APORTES	777,53	777,53	21/12/2021	0,00	0,00	0,00
13º Salario	Servidor	3.470,82	3.470,82	06/12/2021	0,00	0,00	0,00
13º Salario	Patronal	3.986,52	3.986,52	06/12/2021	0,00	0,00	0,00
13º Salario	APORTES	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		109479,15	109479,15				

SAAE SERV DE ÁGUA E ESGOTO – DEFICIT ATUARIAL (RPPS)

Mês de	Tipo	Valor devido	Valor pago	Data dos	Multa/juros	Multa/juros	Saldo
--------	------	--------------	------------	----------	-------------	-------------	-------

Competência	Segurados ou patrona	(R\$)	(R\$)	Pagamentos	(R\$)	(R\$)	devedor
Janeiro	Segurados	1.590,66	1.590,66	18/02/2021	0,00	0,00	0,00
Janeiro	Patronal	1.817,90	1.817,90	18/02/2021	0,00	0,00	0,00
Janeiro	APORTES	444,30	444,30	18/02/2021	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	Segurados	1.590,66	1.590,66	18/03/2021	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	Patronal	1.817,90	1.817,90	18/03/2021	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	APORTES	444,30	444,30	18/03/2021	0,00	0,00	0,00
Março	Segurados	1.590,66	1.590,66	16/04/2021	0,00	0,00	0,00
Março	Patronal	1.817,90	1.817,90	16/04/2021	0,00	0,00	0,00
Março	APORTES	444,30	444,30	16/04/2021	0,00	0,00	0,00
Abril	Segurados	1.590,66	1.590,66	19/05/2021	0,00	0,00	0,00
Abril	Patronal	1.817,90	1.817,90	19/05/2021	0,00	0,00	0,00
Abril	APORTES	444,30	444,30	19/05/2021	0,00	0,00	0,00
Mai	Segurados	1.310,38	1.310,38	17/06/2021	0,00	0,00	0,00
Mai	Patronal	1.505,08	1.505,08	17/06/2021	0,00	0,00	0,00
Mai	APORTES	444,30	444,30	17/06/2021	0,00	0,00	0,00
Junho	Segurados	1.014,56	1.014,56	20/07/2021	0,00	0,00	0,00
Junho	Patronal	1.165,30	1.165,30	20/07/2021	0,00	0,00	0,00
Junho	APORTES	444,30	444,30	20/07/2021	0,00	0,00	0,00
Julho	Segurados	638,87	638,87	10/08/2021	0,00	0,00	0,00
Julho	Patronal	733,78	733,78	10/08/2021	0,00	0,00	0,00
Julho	APORTES	444,30	444,30	10/08/2021	0,00	0,00	0,00
Agosto	Segurados	972,20	972,20	17/09/2021	0,00	0,00	0,00
Agosto	Patronal	1.116,64	1.116,64	17/09/2021	0,00	0,00	0,00
Agosto	APORTES	444,30	444,30	17/09/2021	0,00	0,00	0,00
Setembro	Segurados	705,17	705,17	15/10/2021	0,00	0,00	0,00
Setembro	Patronal	809,94	809,94	15/10/2021	0,00	0,00	0,00
Setembro	APORTES	444,30	444,30	15/10/2021	0,00	0,00	0,00
Outubro	Segurados	853,25	853,25	16/11/2021	0,00	0,00	0,00
Outubro	Patronal	980,02	980,02	16/11/2021	0,00	0,00	0,00
outubro	APORTES	444,30	444,30	16/11/2021	0,00	0,00	0,00
Novembro	Segurados	853,25	853,25	08/12/2021	0,00	0,00	0,00
Novembro	Patronal	980,02	980,02	08/12/2021	0,00	0,00	0,00
Novembro	APORTES	444,30	444,30	08/12/2021	0,00	0,00	0,00
Dezembro	Segurados	853,25	853,25	22/12/2021	0,00	0,00	0,00
Dezembro	Patronal	980,02	980,02	22/12/2021	0,00	0,00	0,00
Dezembro	APORTES	444,30	444,30	22/12/2021	0,00	0,00	0,00
13º Salario	Segurados	1.052,97	1.052,97	20/12/2021	0,00	0,00	0,00
13º Salario	Patronal	1.209,42	1.209,42	20/12/2021	0,00	0,00	0,00
13º Salario	APORTES	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		36692,47	36692,47				

Informo ainda, a seguinte situação relativa a débitos a RPPS de exercícios anteriores:

Órgão devedor	Exercicio	Valor devido (R\$)

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Atenciosamente,

Ipiranga do Norte, 30 de Dezembro de 2021.

Loreci de Araujo Palhano
CPF: 746.818.690-15
Portaria 462/2021



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Ipiranga do Norte UF: MT
CNPJ Principal: 07.209.245/0001-72

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 27/02/2022
VÁLIDO ATÉ 26/08/2022

N.º 981184 -
207096



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - H - Outros

APÊNDICE - H

Outros

SISTEMA APLIC - RAZÃO CONTÁBIL**REPASSE DUODÉCIMO 2021**

UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/2021

GERADO EM: 13/06/2022 16:41:58

Data	Descrição	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento
20/01/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
19/02/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
19/03/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
19/04/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
19/05/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
18/06/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
20/07/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
19/08/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
17/09/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
19/10/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
19/11/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
17/12/2021	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	198.034,00	-	1149343 0 1 00 000000
TOTAL		2.376.408,00		



UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

Ofício nº **006/2022/UCI-CM**

Ipiranga do Norte - MT, **02 de maio de 2022.**

Ao Senhor

Valdenir Ferreira Mendes

Secretário da 5ª Secretária de Controle Externo

Prezado **Secretário**,

Esta Unidade de Controle Interno – UCI/CM, com base nas atribuições conferidas pelos arts. 70 a 74 da CF/88, arts. 20, 78, 81 e 132 da Lei Orgânica Municipal, em cumprimento ao ofício nº 20/2022 da 5ª SECEX, informar que:

- As contas anuais de governo **do** Município de Ipiranga do Norte – MT, foi protocolada na Câmara Municipal na data de 18/04/2022 e Disponibilizada a população para exame e apreciação na data de 29/04/2022, conforme segue comprovantes em anexo.

Sem mais para o presente, **RATIFICO** a Declaração apresentada pelo Presidente do Poder legislativo, a qual segue em anexo.

Sendo o que se apresenta para o momento elevamos votos de consideração e apreço, a disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos.

Atenciosamente


Keila Martim
Controladora Interna



Câmara Municipal de Ipiranga do Norte
Av. Vitória, nº 972 - Centro - Caixa Postal 04
Ipiranga do Norte/MT - CEP 78.578-000
Fone/Fax: (66) 3588 1623



Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte
Estado de Mato Grosso - CNP 07.209.245.0001-72
Rua dos Girassóis s/n - Centro - CEP 78.578.000

Ofício GAPRE Nº. 110/2022

Ipiranga do Norte - MT, 14 de Abril de 2022.

Assunto: ENCAMINHAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO EXERCÍCIO 2021.

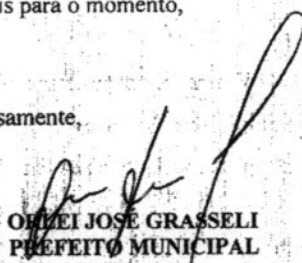
Senhor Presidente,

Vimos por meio deste, encaminhar a Vossa Excelência as **Contas Anuais de Governo do Município de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso**, referente ao exercício de 2021, para fins de análise da legalidade legitimidade e registro.

Sendo o que se apresentava para o momento, reiteramos votos de elevada estima e consideração.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,


ORLEI JOSÉ GRASSELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 394.062.100-53
RG: 9026524737 SSP/RS

ENDEREÇO: Avenida Rio Branco, s/n - Ipiranga do Norte - MT

CÂMARA MUNICIPAL DE	
IPIRANGA DO NORTE/MT	
PROTOCOLO	
Nº	343 / 2022
EM	18 / 04 / 2022
Brunete	

Ao Exmo Sr.
ELUIR CAVAZIN
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Ipiranga do Norte - MT

Rua dos Girassóis, s/n - Esq. Av. Fortaleza - Centro - Tels. (66) 588-1566/1538 - Cep 78578-000 Ipiranga do Norte - MT



JÁ SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO E GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL

por **BRUNO OLIVEIRA HÜBNER**

(<https://www.ipirangadonorte.mt.leg.br/author/Imprensa01>)

— publicado 29/04/2022 11h55,

última modificação 29/04/2022

12h16



(https://www.ipirangadonorte.mt.leg.br/institucional/noticias/ja-se-encontram-disponiveis-as-contas-de-gestao-anual-do-exercicio-de-2021-da-prefeitura-municipal/image/image_view_fullscreen)

A câmara municipal de Ipiranga do Norte comunica que a partir desta data, encontra-se a disposição do público no átrio da Câmara de Vereadores de Ipiranga do Norte, durante o horário de expediente, das 07h às 13h as Contas Anuais do Exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, pelo prazo legal, para fiscalização e análise, conforme preceitua o Art. 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso e art. 325 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Para acessar é simples, basta apenas descer ao final da página em "Publicações" ao lado esquerdo e clicar na pasta "contas anuais de gestão", ir em "Exercício 2021", clicar em "leia mais" e estará o PDF disponível para download.

10



Câmara Municipal de Ipiranga do Norte

Av. Vitória, s/nº - Centro - Caixa Postal 04

Ipiranga do Norte/MT - CEP 78.578-000

Fone/Fax: (66) 3588 1623

Declaração

Declaro para os fins que se fizeram necessários que as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte-MT, referente ao exercício de 2021, estão à disposição dos contribuintes na sede desse Poder Legislativo, também poderão ser acessadas através do site www.ipirangadonorte.mt.leg.br. Tendo sido disponibilizadas a partir de 29 de abril de 2022.

Atenciosamente.

Ipiranga do Norte/MT, em 29 de Abril de 2022.

Eluir Cavassin
Presidente da Câmara Municipal
Gestão 2021/2022

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
EXERCÍCIO DE 2021

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964)

em R\$

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964)

DÍVIDA FUNDADA INTERNA POR CONTRATOS												
AUTORIZAÇÕES					SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS		DATA		VALOR EMISSÃO	EMIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
		TOT.	PAGAS									
637/2018	OPERAÇÃO DE CREDITO - BANCO DO BRASIL - PROEFICIE	54	35	20/06/2018	3.000.000,00	1.783.935,93		85.418,09	759.865,37		19	1.109.488,65
TOTAL					3.000.000,00	1.783.935,93		85.418,09	759.865,37		19	1.109.488,65

Emissão: 11/02/2022 14:19:37

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Página 1
Homologado